UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Walter Guedes da Silva

**O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO DE DOURADOS À
ECONOMIA NACIONAL**
(versão corrigida)

São Paulo, 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO DE DOURADOS À
ECONOMIA NACIONAL**

(versão corrigida)

Walter Guedes da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Lencioni.

São Paulo, 2011.

Walter Guedes da Silva

**O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO DE DOURADOS À
ECONOMIA NACIONAL**

Aprovada em: 27/11/2011

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sandra Lencioni - FFLCH/USP _____

Prof. Dr. André Roberto Martin - FFLCH/USP _____

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel - FFLCH/USP _____

Prof^a. Dr^a. Lisandra Lamoso – UFGD _____

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. - UFPA _____

*O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza
porém nos extraviamos.
A cobiça envenenou a alma do homem...
levantou no mundo as muralhas do ódio...
e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e os morticínios.
Criamos a época da velocidade,
mas nos sentimos enclausurados dentro dela.
A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria.
Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos;
nossa inteligência, empedernidos e cruéis.
Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.
Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.
Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura.*

(Charles Chaplin)

Aos meus pais,

José Guedes da Silva e

Lindinalva Deolinda da Silva

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr^a. Sandra Lencioni, que, de forma competente e com rigor científico, orientou-me em todas as fases deste trabalho e, com muita clareza e objetividade, soube lidar com minhas angústias e inquietações.

À Professora Dr^a. Maria Evaristo Wenceslau, uma sonhadora que acreditou em minha proposta de trabalho e que tenho a honra de chamar de amiga, e ao Professor Luis Antônio Fittipaldi (*in memorian*), pelo apoio e incentivo que sempre me estendeu.

A Ricardo Rigo, que durante os quatro anos de dedicação ao doutorado foi amigo e companheiro.

Aos amigos Ana Paula, Andréia de Cássia, André Baldraia, Isaque dos Santos, Marcos Castro e Rita de Cássia, pelas ricas discussões que tivemos em nossos colóquios no Laboratório de Estudos Regionais da FFLCH/USP, sob orientação da Pr^a. Dr^a. Sandra Lencioni, e pelas críticas e sugestões feitas a este trabalho.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro dispensado.

Ao grande Deus Su, Sukuinushisama, Seishusama, Oshienushisama, sinceramente, muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de integração produtiva da região de Dourados, localizada no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, à economia nacional durante o período de 1976 a 2006. Uma integração que se deu pelo e para o capital, com a inserção dessa região ao novo padrão produtivo nacional que direcionou os produtores para as modernas lavouras de grãos, principalmente de soja. Essa lavoura não foi a única atividade produtiva que conferiu à região uma integração econômica, seja ao mercado nacional seja ao internacional. Desde o final da Guerra do Paraguai (1870) até meados dos anos 70, houve, pelo menos, duas outras formas de integração econômica regional. Uma delas se processou com as tradicionais atividades da pecuária bovina e do extrativismo da erva-mate ocorridas no período de 1870 a 1937, que configurou o território regional em grandes propriedades rurais voltadas ao mercado externo; a outra se processou com a necessidade da formação de um mercado de produção agrícola e de consumo de produtos industriais, que reconfigurou o território regional em pequenas propriedades rurais frutos dos projetos de colonização ocorridos no período de 1943 a 1956. A partir de 1976, com a criação do Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados, as relações capitalistas de produção que se consolidaram na região deixaram de serem pautadas quase que exclusivamente pelas tradicionais atividades da pecuária bovina e do extrativismo da erva mate, para se constituírem num novo eixo de acumulação vinculado às modernas lavouras de grãos. Ao constituir esse novo eixo de acumulação, a região de Dourados foi conduzida a um processo de integração seletivo e excludente do ponto de vista sócio-territorial. Nesse processo, parte dos produtores mudaram seu eixo de acumulação para as modernas lavouras de grãos sendo inseridos à nova dinâmica produtiva nacional integrada ao novo padrão agrário de produzir.

Palavras-chave: integração produtiva, região de Dourados, desenvolvimento regional, soja, Prodegran.

ABSTRACT

This study aims to analyze the productive integration process of Dourados' region, located in the southern of Mato Grosso do Sul, in the national economy during the period 1976 to 2006. Integration that has by and for the working capital with the insertion of this new pattern of the national production, which directed the producers to modern grain crops, especially soybeans. Since the end of the Paraguayan War (1870) until the mid 70's of last century, there was, at least, two other economic integration forms, one of them took place with the traditional activities of cattle raising and extraction of mate occurred on the period 1870 to 1937, who set up the regional territory in large farms aimed at foreign markets, the other was processed with the formation need of a market for agricultural production and consumption of industrial products, which reconfigured the regional territory in small fruit farms in the settlement projects occurred during the period 1943 to 1956. Since 1976, with the creation of Prodegran (*Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados* - Special Program for the Great Dourados Development), capitalist relations of production that have been consolidated in the region was no longer guided almost exclusively by traditional activities of cattle and the extraction of the herb mate, to constitute a new axis of accumulation linked to the modern grain crops. As an axis of accumulation, the Dourados region has led to an integration process from the point of socio-territorial, selective and exclusive, that part of the producers changed their accumulation axis for modern grain crops integrated to the new pattern of national production.

Keywords: productive integration, the region of Dourados, regional development, soybeans, Prodegran.

SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
ÍNDICE	XI
LISTA DE SIGLAS	XVI
 1. INTRODUÇÃO	 1
 2. A PECUÁRIA BOVINA E O EXTRATIVISMO DA ERVA-MATE COMO ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (1870–1937)	 24
2.1 O contexto histórico da Guerra do Paraguai e a formação das fazendas de gado	31
2.2 O império da erva-mate e o monopólio da Cia Matte Larangeira	40
 3. A INTEGRAÇÃO DA REGIÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS À ECONOMIA NACIONAL (1930-1956)	 66
3.1 A campanha Marcha para o Oeste e a Colônia Agrícola Nacional	74
3.2 A criação do Território Federal de Ponta Porã e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados	82
 4. A ATUAÇÃO DA SUDECO NA INTEGRAÇÃO DA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS À ECONOMIA NACIONAL A PARTIR DE 1967	 95
4.1 O I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento e sua relação com a expansão da fronteira agrícola do país para o centro-oeste	100
4.2 O Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados	106
4.3 A região da Grande Dourados e as mudanças na dinâmica populacional e na produção agrícola	118

5. A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO E A INTEGRAÇÃO DA REGIÃO PRODUTIVA DE DOURADOS À ECONOMIA NACIONAL (1976–2006)	137
5.1 A modernização do campo brasileiro: integração e exclusão produtiva	140
5.2 A ascensão da soja no mercado nacional	155
5.3 A criação do Estado de Mato Grosso do Sul e a formação da indústria do setor alimentício	167
5.4 A modernização técnica na região produtiva de Dourados	177
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199

ÍNDICES

MAPAS

Cartograma 1: Evolução dos limites da região de Dourados (1870–2006)	10
Mapa 1: Região da Grande Dourados segundo o Prodegran (1976)	11
Mapa 2: Espaço de Dourados segundo Mário Cezar Tompes Silva (1992)	13
Mapa 3: Região da Grande Dourados segundo o Ministério do Meio Ambiente (2000)	14
Mapa 4: Região da Grande Dourados segundo o governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2001)	15
Mapa 5: Região produtiva de Dourados segundo a produção de grãos (1976-2006)	19
Mapa 6: Sul do Estado de Mato Grosso – Região de domínio da erva-mate (1870-1937)	26
Mapa 7: Sul da Província de Mato Grosso - Primeiros povoados (1593-1862)	30
Mapa 8: Sul do Estado de Mato Grosso - Rota de avanço da pecuária bovina (1780-1903)	36
Mapa 9: Sul da Província de Mato Grosso - Área de concessão para exploração da erva-mate (Decreto nº. 8.779 de 04/12/1882)	41
Mapa 10: Sul do Estado de Mato Grosso - Área de concessão para exploração da erva-mate (Lei nº. 520 de 23/06/1890)	44
Mapa 11: Sul do Estado de Mato Grosso - Área de concessão para exploração da erva-mate (Lei nº 26 de 11/11/1892)	46
Mapa 12: Sul do Estado de Mato Grosso - Área de concessão para exploração da erva-mate (Resolução nº 103 de 15/06/1895)	47
Mapa 13: Sul do Estado de Mato Grosso – Área das concessões para exploração da erva-mate (1882–1895)	48
Mapa 14: Sul do Estado de Mato Grosso - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1908-1953)	60
Mapa 15: Área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1956)	66
Mapa 16: Sul do Estado de Mato Grosso - Região das Colônias Agrícolas (1943–1956)	77

Mapa 17: Sul do Estado de Mato Grosso – Área do Território Federal de Ponta Porã (1943)	83
Mapa 18: Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1943–1956)	87
Mapa 19: Estado de Mato Grosso do Sul - Áreas de atuação dos Programas Especiais da Sudeco (1974-1979)	105
Mapa 20: Área da região da Grande Dourados (2011)	108
Mapa 21: Região da Grande Dourados - Sistema de transmissão de energia (1978)	114
Mapa 22: Região da Grande Dourados – Dinâmica da população rural (1970–2007)	122
Mapa 23: Região da Grande Dourados - Predomínio das propriedades rurais segundo o tamanho (1978)	123
Mapa 24: Região da Grande Dourados – Municípios produtores de soja (1976-2006)	133
Mapa 25: Região da Grande Dourados - Municípios criadores de gado (1976-2006)	135
Mapa 26: Estado de Mato Grosso do Sul - Divisão administrativa (2011)	171
Cartograma 2: Região produtiva de Dourados – Predomínio da população por situação de domicílio (1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007)	188

FOTOS

Foto 1: Showtec – Exposição realizada pela Fundação MS para pesquisa e difusão de tecnologias agropecuárias (2009)	01
Foto 2: Empregados e empregadores da Cia Matte Larangeira	24
Foto 3: Fazenda Campanário – Vista parcial da escola	49
Foto 4: Fazenda Itamaraty – Marcenaria (2007)	51
Foto 5: Fazenda Itamaraty – Almoxarifado (2007)	51
Foto 6: Fazenda Itamaraty – Igreja católica (2007)	52
Foto 7: Fazenda Itamaraty – Locomotiva da fazenda (2007)	53
Foto 8: Tampora - 1ª. fase da secagem da erva-mate	54

Foto 9: Barbaquá - 2ª. fase da secagem da erva-mate	54
Foto 10: Moinho – Máquina de moer a erva-mate	55
Foto 11: Armazém – Local de armazenamento da erva-mate	55
Foto 12: Transporte da erva-mate pelos trabalhadores	56
Foto 13: Transporte da erva-mate por caminhão	57
Foto 14: Queimada no cerrado sul-mato-grossense para o plantio de lavouras (2010)	95
Foto 15: Avanço da área cultivada da soja no perímetro urbano do município de Maracaju (2008)	137
Foto 16: Trabalhadores indígenas em meio à plantação de canaviais (2010)	191

IMAGEM

Imagem 1: Fazenda Itamaraty – Vista parcial da sede da Fazenda (2007)	50
---	----

TABELAS

Tabela 1: Estado de Mato Grosso - Valor de exportação da erva-mate (1889-1894)	43
Tabela 2: Estado de Mato Grosso - Imposto arrecadado com a exportação dos principais gêneros alimentícios (1895, 1897, 1899 e 1901)	43
Tabela 3: Estado de São Paulo - Exportações totais para o exterior e para os demais Estados brasileiros (1900-1960)	70
Tabela 4: Prodegran - Investimentos no subprograma de energia elétrica (1978)	114
Tabela 5: Prodegran - Investimentos no subprograma de armazenamento (1976-1978)	115
Tabela 6: Prodegran - Investimentos nos subprogramas de infraestrutura (1976-1978)	116
Tabela 7: Prodegran - Investimentos no subprograma de combate e prevenção de erosão (1976-1978)	117
Tabela 8: Estrutura demográfica da região da Grande Dourados e do Estado de Mato Grosso (1960 e 1970)	119

Tabela 9: Região da Grande Dourados - Potencial agrícola segundo o Prodegran (1978)	129
Tabela 10: Região da Grande Dourados – Produção de soja (1976–2006)	131
Tabela 11: Região da Grande Dourados – Produção de trigo (1976–2006)	131
Tabela 12: Região da Grande Dourados – Produção de milho (1976–2006)	132
Tabela 13: Região da Grande Dourados – Rebanho bovino (1976–2006)	135
Tabela 14: Brasil – Exportação de soja em grãos, óleos e farelos (1965, 1970, 1973, 1975, 1980 e 1988)	157
Tabela 15: Brasil – Produção de soja (1965-2006)	159
Tabela 16: Brasil – Consumo dos principais óleos comestíveis (1960, 1970, 1975 e 1980)	160
Tabela 17: Brasil – Esmagamento de soja e produção dos derivados óleos e farelos (1960, 1970, 1971, 1973, 1975, 1980 e 1990)	161
Tabela 18: Brasil – Unidades de plantas esmagadoras de soja (1970, 1977, 1980 e 1990)	162
Tabela 19: Produção de óleos e farelo de soja (1980)	163
Tabela 20: Brasil – Distribuição dos estabelecimentos por classe de capacidade de processamento (1977, 1987 e 1990)	164
Tabela 21: Distribuição dos estabelecimentos por classe de capacidade de processamento dos principais estados esmagadores de grãos (1977 e 1990)	164
Tabela 22: Brasil – Participação relativa (%) da capacidade de esmagamento de soja por regiões (1986-1990)	166
Tabela 23: Estado de Mato Grosso do Sul – Evolução das pastagens natural e artificial (1970, 1980 e 1985)	175
Tabela 24: Região produtiva de Dourados – Unidade de tratores, máquinas e arados nos estabelecimentos agrícolas (1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6)	178
Tabela 25: Região produtiva de Dourados – Utilização das terras – ha (1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6)	179
Tabela 26: Região produtiva de Dourados – Evolução da produção de grãos (soja, trigo e milho) e do rebanho bovino (1976-2006)	180

Tabela 27: Região produtiva de Dourados – Silos para forragens e depósitos para armazenamento de grãos (1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6)	181
Tabela 28: Região produtiva de Dourados – Número de estabelecimentos rurais e área total ocupada segundo faixas de área (1970)	183
Tabela 29: Região produtiva de Dourados – Número de estabelecimentos rurais e área total ocupada segundo faixas de área (1980)	183
Tabela 30: Região produtiva de Dourados – Número de estabelecimentos rurais e área total ocupada segundo faixas de área (1985)	184
Tabela 31: Região produtiva de Dourados – Condição do produtor (1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6)	185
Tabela 32: Região produtiva de Dourados – Evolução da população por situação de domicílio (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007)	187
Tabela 33: Mato Grosso do Sul e região produtiva de Dourados - Produção e área plantada de cana-de-açúcar (2000–2007)	190

QUADROS

Quadro 1: Termos utilizados para se referir a região de Dourados (1870-2006)	8
Quadro 2: Terminologias utilizadas para se referir ao Estado de Mato Grosso do Sul (1500-2011)	20
Quadro 3: Sul do Estado de Mato Grosso - Empresas que aturaram na formação de fazendas de gado até 1923	37
Quadro 4: Programas especiais da Sudeco (1974-1980)	103
Quadro 5: Região da Grande Dourados – Lei e data de criação dos municípios (1908-1992)	107
Quadro 6: Estado de Mato Grosso do Sul – Evolução da organização administrativa dos municípios (1850–2003)	172

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
CAI	Complexo Agroindustrial
CAN	Colônia Agrícola Nacional
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CDR	Centro de Documentação Regional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Companhia
CIC	Conselho de Colonização e Imigração
CMD	Colônia Municipal de Dourados
CNM	Conselho Nacional do Mate
CO	Centro-Oeste
COREDES	Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável
DNPEA	Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária
DNT	Departamento Nacional de Trabalho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
GO	Goiás
HA	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NCD	Núcleo Colonial de Dourados

NOB	Noroeste do Brasil
PIN	Programa de Integração Nacional
PLADESCO	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNA	Plano Nacional de Agroenergia
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PR	Paraná
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRODEGRAN	Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados
PRODEPAN	Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Pantanal Mato-Grossense
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
RID	Reserva Indígena de Dourados
RO	Rondônia
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SP	São Paulo
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
USDA	<i>United States Department of Agriculture</i>
USP	Universidade de São Paulo

1. Introdução

Foto 1: Showtec – Exposição realizada pela Fundação MS para pesquisa e difusão de tecnologias agropecuárias (2009). (Fonte: Acervo da Prefeitura municipal de Maracajú, 2009).

Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os torne mais atraentes para o capital altamente móvel.

(David Harvey. Condição pós-moderna, p. 266).

As inovações tecnológicas, organizacionais, produtivas e políticas que se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial, devem ser pensadas como novo período de organização do capitalismo mundial, com evidências de um mundo cada vez mais dinâmico, moderno e acelerado, no qual o mercado intensifica sua internacionalização e o capital parece, cada vez mais, não ter pátria, mas capaz de ditar regras ao sistema produtivo mundial, conduzindo, via intensificação da modernização, a profundas mudanças no padrão produtivo mundial.

A tendência à internacionalização dos mercados aprofundou à agricultura um padrão produtivo condizente com a lógica de acumulação capitalista, o que acarretou em transformações produtivas no campo com a subordinação crescente do capital agrícola ao capital industrial. Essa subordinação deu-se pelo próprio processo de integração das atividades agrícolas à economia nacional, que se processou tanto pela industrialização da agricultura como por sua agroindustrialização.

A integração produtiva do campo à economia nacional não foi direcionada para todos os estratos produtivos; muitos produtos e regiões não foram inseridos na moderna dinâmica produtiva integrada ao capital industrial, ficando à margem desse processo. A integração selecionou tanto o produto como a região que deveria ser integrada conforme os interesses do capital e do Estado.

Os mesmos arranjos produtivos que permitiram a integração de determinados produtos e regiões à economia nacional, também foram os responsáveis pela desintegração da economia regional preexistente, uma vez que as atividades tradicionais não foram capazes de concorrerem com o dinamismo das modernas atividades agrícolas. Do ponto de vista sócio-territorial, a integração produtiva da agricultura à economia nacional foi seletiva e excludente.

A integração de produtores ao moderno padrão agrário inserido a uma dinâmica produtiva moderna, técnica, informatizada e especializada, foi direcionada e conduzida aos produtos de maior demanda e necessidade no mercado mundial, seja ela natural ou construída, desde que os mesmos pudessem representar reais oportunidades de lucratividade à crescente acumulação capitalista que se processava na indústria.

A integração das atividades agrícola à economia nacional não se processou de forma contínua no tempo e no espaço, ela foi direcionada para determinados produtos e regiões em períodos específicos. Trata-se de uma integração desigual e contraditória, que também desarticulou os vínculos econômicos de quem era integrado e excluiu quem estava incluído. No caso específico da região de Dourados, localizada na porção meridional do Estado de Mato Grosso do Sul, muitos produtores que tinham vínculo com o mercado externo, via produtos de agroexportação, não mudaram seu eixo de acumulação ou não produziram conforme as exigências do novo padrão agrário produtivo, o que comprometeu seu vínculo com o mercado que passou a consumir produtos dentro de padrões pré-estabelecidos.

O contexto da integração de regiões produtivas à economia nacional inspirou este trabalho que tem como objetivo analisar o processo de integração produtiva da região de Dourados à economia nacional. A compreensão desse objetivo pressupõe que esclareçamos dois aspectos-chave da pesquisa: primeiro, o que venha a ser integração produtiva; segundo, qual a delimitação da região de Dourados.

Quando falamos em integração nosso imaginário popular nos remete à ideia de fazer parte de algo. A palavra integrar tem origem no latim *integrare*, que significa “tornar inteiro”. A formação dessa palavra agrupa o prefixo *in*, que tem sentido de negação, e a raiz latina *tangere*, que significa tocar, palpável. Assim, em seu significado original, a palavra trazia o sentido de algo não tocável ou modificado. Mas a partir do século XVII a palavra assume novo significado, não mais de “intocado”, mas de combinação, de parte de um todo. No dicionário Michaelis¹, integrar significa “tornar inteiro, completar”, e integrado significa “adaptado, metido dentro”.

Ao longo do século XX a ideia de integração foi se incorporando ao discurso de economistas e cientistas políticos, sendo utilizada em vários sentidos como o de integração vertical e horizontal, integração entre países e regiões. Entendendo a integração como uma possibilidade de aumento produtivo e de acumulação de bens e capitais, adotamos a definição de Alberto Passos Guimarães, que define integração como “uma modalidade da centralização de capitais; um meio pelo qual

¹ MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998, p. 1.164.

uma unidade econômica qualquer se une a outras para alcançar um grau mais elevado de acumulação de capitais e, portanto, uma rentabilidade econômica superior”². Como nossa discussão de integração está inserida no contexto regional, remetemos à ideia de integração regional realizada por Rolim e Carleial ao afirmarem que, se a discussão de integração “se faz no contexto da análise regional, ela assume a conotação de vinculação física, vinculação de mercado, densidade econômica interna e vinculação ao sistema produtivo nacional”³.

Nesse contexto, entendemos que a integração não é um fenômeno que se dá igualmente em todos os espaços; ela se processa sob várias formas e aspectos, podendo ser uma integração física e imaterial, em que a circulação, a comunicação e o fluxo de informações tendem a serem eficientes; integração de mercado, no qual a principal característica é a diminuição ou queda das barreiras que impedem a consolidação de um mercado regional, nacional ou internacional; integração produtiva, em que a perspectiva produtiva é a grande unidade que comanda a integração regional à economia nacional e ao território; ou outras possíveis formas de integração. Vale dizer que um tipo de integração não elimina a outra; ao contrário, costumam se processar de forma articulada e muitas vezes dependentes.

Rolim e Carleial chamam a atenção para a palavra integração no que se refere a aparente atmosfera otimista que o termo costuma sugerir, como se esta fosse sinônimo de algo desejado. Para os autores, do ponto de vista nacional, a integração desintegra as economias regionais que passam a interessar, para a economia nacional, enquanto regiões especializadas na produção de determinados produtos conforme os interesses do capital. “Esse processo de especialização para a produção nacional implica na desagregação das atividades preexistentes e na concentração de esforços naquelas atividades em que se está dando a especialização”⁴.

A integração produtiva traz consigo a desintegração das atividades tradicionais e a “formação de uma estrutura produtiva extremamente dependente e subordinada”⁵, o que exige, em nossa análise, um esforço analítico para

² GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 99.

³ ROLIM, Cássio F. C.; CARLEIAL, Liana M. de F. A integração desintegradora: estudo de caso do complexo agroindustrial de algodão no Ceará. **Revista Espaço & Debate**. Ano XIV, nº. 38. São Paulo: Núcleo de estudos regionais e urbanos, 1994, p. 28.

⁴ *Idem, Ibidem*, p. 29.

⁵ *Idem, Ibidem*, p. 29.

compreendermos a natureza do processo de integração da região de Dourados à economia nacional que ultrapasse a aparência dos fenômenos, na busca da compreensão de que as relações produtivas são articuladas e conectadas a uma estrutura hegemônica e dominante que subordina a estrutura produtiva regional.

Entendendo a integração de uma região produtiva à economia nacional como forma de centralização de capital e de reestruturação produtiva, ditadas por uma estrutura hierárquica dominante vinculada ao capital financeiro, industrial e estatal, temos agora a tarefa de esclarecer o que vem a ser o recorte geográfico chamado região de Dourados.

Definir um recorte geográfico com base num sistema produtivo e chamá-lo de região é, antes de tudo, o reconhecimento de uma configuração geográfica que se define pelo entendimento das relações produtivas internas e externas que aí se processam, tanto no presente quanto no passado.

Um recorte geográfico com base no presente, ou seja, nas atuais relações políticas, econômicas e geográficas, possibilita uma configuração regional do momento histórico presente. Tal configuração, que representa uma realidade histórica – o presente – não pode ser transportada, de forma aleatória, para representar outros momentos históricos – o passado, até porque não podemos afirmar que na região de Dourados sempre houve uma configuração regional baseada em um sistema produtivo; mesmo quando houve, o recorte geográfico mudou ao longo do tempo em função das próprias interações do processo produtivo regional.

O recorte geográfico de uma região, neste caso de uma região produtiva, não se resume a uma delimitação geográfica que agrupa determinados municípios, até porque uma delimitação regional com base num determinado sistema produtivo nem sempre respeita os limites político-administrativos estabelecidos, tampouco se configura uma única unidade geográfica. O estudo de uma região produtiva requer um esforço que ultrapasse a simples enumeração e classificação de cada elemento produtivo existente em uma determinada região, à compreensão da estrutura interna dessa região, que leve em consideração as relações sociais que regem a sua existência e o seu funcionamento.

É importante destacar que a concepção de região adotada neste trabalho segue aquela utilizada por Richard Hartshorne que, segundo Lencioni, a concebe a partir de um processo de construção mental: “A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesma, ela é uma construção intelectual”⁶. Discutindo a noção de região de Hartshorne, Gomes também afirma que “a região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço”⁷.

Seguindo o raciocínio de Hartshorne explanado por Lencioni, “[...] de que os recortes que são feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual”⁸, teremos, neste trabalho, vários recortes geográficos do que venha a ser a região de Dourados, pois, se na visão de Hartshorne “[...] as divisões regionais são produzidas pelo intelecto, segundo objetivos determinado pelo pesquisador”⁹, a forma com que o espaço geográfico dessa região foi organizado determinou, ao longo da história, diferentes configurações geográficas com distintas terminologias para se referir à região de Dourados. As diversas configurações foram fruto de diferentes critérios de regionalização utilizados ao longo da pesquisa e que foram capazes de conferir, ao investigador, uma escala de análise que evidenciou um recorte geográfico específico para cada período analisado.

Ao longo da tese, o termo região de Dourados, de forma genérica expressa a região que está sendo estudada desde o ano de 1870 até 2006, que varia de limites e de conteúdo, foi sendo substituído por outros termos em função da própria dinâmica de reprodução do capital que se estabeleceu na região ao longo desse período. Por isso, usamos os termos: região de domínio da erva-mate, região das Colônias Agrícolas, região da Grande Dourados e região produtiva de Dourados. Cada termo retrata uma determinada configuração geográfica e representa um modo específico da reprodução do capital que se processou num determinado período.

Como serão utilizados vários termos e mapas que registram os limites historicamente constituídos, com ênfase na produção, elaboramos o Quadro 1 com a indicação do termo que será utilizado na tese, período, critério regionalizador,

⁶ LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 127.

⁷ GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; et. al. **Geografia: conceitos e temas**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 59-60.

⁸ Lencioni, *op. cit.*, p. 127.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 127.

municípios envolvidos, base cartográfica do mapa e a referência ao Cartograma 1, com a representação de cada mapa descrito no referido Quadro.

Assim, quando nos referirmos à região de Dourados no período de 1870 a 1937, utilizaremos a terminologia região de domínio da erva-mate; se a análise for do período de 1930 a 1956, o termo será região das Colônias Agrícolas; e assim sucessivamente conforme observações realizadas no Quadro 1 e na representação realizada no Cartograma 1 (p. 10).

Quadro 1: Termos utilizados para se referir a região de Dourados (1870-2006)

TERMO	AUTOR	ONDE SERÁ UTILIZADO NA TESE	PERÍODO E Nº. MUNICÍPIOS	CRITÉRIO REGIONALIZADOR	MUNICÍPIOS MEMBROS DA REGIÃO	BASE CARTOGRÁFICA	MAPA	MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO EM 2006
Região de domínio da erva-mate	Walter Guedes	Cap. 1	1870-1937 (10 municípios)	Erva-mate	Aquidauana*, Bela Vista, Campo Grande*, Dourados, Maracaju, Nioaque*, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo*, Rio Brilhante e Três Lagoas*.	20/12/1935 – 30/12/1943	Mapa A, p. 10.	Amambai, Anastácio*, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Bonito, Brasilândia*, Caarapó, Campo Grande*, Caracol, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti*, Dourados, Douradina, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque*, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo*, Rio Brilhante, Sete Quedas, Santa Rita do Pardo*, Sidrolândia*, Tacuru, Taquarussu e Vicentina.
Região das Colônias Agrícolas	Walter Guedes	Cap. 2	1943-1956 (5 municípios)	Colônias Agrícolas públicas e privadas	Bataguassu, Caarapó, Dourados, Itaporã e Nova Andradina	20/12/1958 – 10/11/1963	Mapa B, p. 10.	Anaurilândia, Angélica, Batayporã, Bataguassu, Caarapó, Deodápolis, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti, Naviraí, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu e Vicentina.
Região da Grande Dourados	Sudeco	Introdução	1976 (22 municípios)	Prodegran	Amambai, Anaurilândia, Antônio João, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracajú, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.	18/03/1964 – 12/05/1976	Mapa C1, p. 10.	Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru, Taquarussu e Vicentina.
Região da Grande Dourados	Sudeco	Cap. 3	1976-1980 (27 municípios)	Prodegran	Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Caarapó, Deodápolis, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.	13/07/1976 – 11/05/1980	Mapa C2, p. 10.	Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru, Taquarussu e Vicentina.

TERMO	AUTOR	ONDE SERÁ UTILIZADO NA TESE	PERÍODO E Nº. MUNICÍPIOS	CRITÉRIO REGIONALIZADOR	MUNICÍPIOS MEMBROS DA REGIÃO	BASE CARTOGRÁFICA	MAPA	MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO EM 2006
Região da Grande Dourados	Sudeco	Cap. 3	1980-2006 (40 municípios)	Prodegran	Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru, Taquarussu e Vicentina.	30/04/1992 – atual	Mapa C3, p. 10.	Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru, Taquarussu e Vicentina.
Espaço de Dourados	Mário César Tompes Silva	Introdução	1992 (11 municípios)	Binômio soja-trigo	Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.	18/12/1991 – 21/04/1992	Mapa D, p. 10.	Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.
Região da Grande Dourados	Ministério do Meio Ambiente	Introdução	2000 (25 municípios)	Sub-bacia hidrográfica do Rio Ivinhema	Anaurilândia*, Angélica, Antônio João*, Batayporã, Caarapó*, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti*, Laguna Carapã*, Maracaju*, Naviraí*, Nova Alvorada do Sul*, Nova Andradina*, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã*, Rio Brilhante, Sidrolândia*, Taquarussu e Vicentina.	30/04/1992 - atual	Mapa E, p. 10.	Anaurilândia*, Angélica, Antônio João*, Batayporã, Caarapó*, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti*, Laguna Carapã*, Maracaju*, Naviraí*, Nova Alvorada do Sul*, Nova Andradina*, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã*, Rio Brilhante, Sidrolândia*, Taquarussu e Vicentina.
Região da Grande Dourados	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	Introdução	2001 (13 municípios)	Coredes	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante e Vicentina.	18/12/1991 – atual	Mapa F, p. 10.	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante e Vicentina.
Região produtiva de Dourados	Walter Guedes	Cap. 4	1976-2006 (14 municípios)	Lavouras de grãos: soja, trigo e milho	Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.	22/04/1992 - atual	Mapa G, p. 10.	Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.

* Apenas parte da área do município está na região.

Cartograma 1: Evolução dos limites da região de Dourados (1870-2006)

São vários os trabalhos e estudos que utilizam os termos Região de Dourados, Espaço de Dourados, Região da Grande Dourados para expressar diferentes interesses e propostas de regionalização. A ideia de constituir a região de Dourados remonta aos ideários da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) ao ter criado o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN)¹⁰, com vigência para o período de 1976 a 1978, em que foram delimitados 22 municípios¹¹ da porção meridional do Estado de Mato Grosso que deveriam ser orientados para a moderna agricultura de grãos.

Mapa 1: Região da Grande Dourados segundo o Prodegran (1976)

¹⁰ Na quarta parte dessa tese, há um subitem que discute esse Programa (pp. 106-118).

¹¹ Devido ao desmembramento de alguns municípios da região, essa mesma área é hoje composta por 40 municípios, conforme Mapa 20, p. 108.

Em sua dissertação de mestrado, Mário Cezar Tompes Silva examina o processo de mudanças acarretadas pela expansão do Complexo Agroindustrial (CAI) nessa região, a qual chama de espaço de Dourados e não de região da Grande Dourados. Para o autor, o que determinou a forma de acumulação assumida por esse espaço foi a presença do CAI, que implantou uma estrutura própria de produção, distribuição e consumo das riquezas regionais¹².

A delimitação do recorte geográfico utilizado pelo autor levou em consideração o predomínio das lavouras mecanizadas de soja e trigo, principais culturas que evidenciaram a presença do CAI no campo. Seu trabalho analisou 29 municípios localizados no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre eles, delimitou 11 como sendo o espaço de Dourados. Para tal classificação, o autor levou em consideração dois aspectos: o predomínio do sistema soja-trigo nos municípios com orientação agrícola para a lavoura e o domínio do sistema soja-trigo nos municípios com orientação para a pecuária¹³. Por esse critério o espaço de Dourados foi delimitado conforme o Mapa 2.

¹² SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 1992, p. 29-30.

¹³ *Idem, ibidem*, pp. 33-34.

Mapa 2: Espaço de Dourados segundo Mário Cezar Tompes Silva (1992)

Com o objetivo de desenvolver Planos e Programas ambientais na região da Grande Dourados, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizou, em 2000, outra classificação para delimitar o recorte geográfico dessa região, em que o critério regionalizador passou a ser a bacia hidrográfica. O Estado de Mato Grosso do Sul é dividido em duas grandes bacias hidrográficas: Alto Paraguai e Paraná, essa última é subdividida em nove sub-bacias; entre elas há a sub-bacia do rio Ivinhema, composta por 25 municípios. Para o MMA, a região da Grande Dourados passou a ser composta pela área dos municípios que fazem parte da sub-bacia do rio Ivinhema, configurando uma regionalização que não segue os limites político-administrativos dos municípios, mas a área da sub-bacia hidrográfica.

Mapa 3: Região da Grande Dourados segundo o Ministério do Meio Ambiente (2000)

Em 2001, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul fez outra regionalização ao criar os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável (COREDES). Nessa nova regionalização a região da Grande Dourados, que era composta segundo o Prodegran por 22 municípios e segundo o MMA por 25 municípios, passou a ser composta por 13 municípios¹⁴.

¹⁴ GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Grande Dourados**. Dourados: IPLAN/MS, 2001.

Mapa 4: Região da Grande Dourados segundo o governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2001)

As regionalizações realizadas na porção meridional do Estado de Mato Grosso do Sul tiveram interesses e objetivos diversos, e não atendem à proposta dessa pesquisa, que é a de realizar uma regionalização com base no sistema produtivo regional. Das regionalizações apresentadas, a que mais se aproxima de nossa proposta foi a realizada pelo geógrafo Mário Cezar Tompes Silva que a denominou de Espaço de Dourados (Mapa 2, p.13); o critério utilizado foi baseado na presença do CAI e do binômio soja-trigo no sul do Estado. Mesmo assim, acreditamos que é necessária a inserção de outros critérios para que possamos agregar o maior número possível de elementos capazes de revelar o recorte geográfico que configurou a região de Dourados.

Alguns recortes geográficos utilizados na tese foram estabelecidos pelo próprio Estado, como foi o caso da configuração que será utilizado no terceiro capítulo denominada de região da Grande Dourados. Essa configuração foi definida pelo Prodegran em 1976 e teve como objetivo o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade em toda a região atendida pelo Programa.

Já os recortes geográficos utilizados no primeiro, segundo e quarto capítulos não foram estabelecidos com base nas regionalizações estabelecidas pelo Estado, mas construídos ao longo da tese, como foi o caso da regionalização que será utilizada no primeiro capítulo – denominada região de domínio da erva-mate, que teve como critério regionalizador o domínio da tradicional atividade da erva-mate no sul do Estado de Mato Grosso durante o período de 1870 a 1937. No segundo capítulo o critério regionalizador foi estruturado em função da área das Colônias Agrícolas públicas e privadas, que configuraram uma regionalização assentada, principalmente, nas pequenas propriedades rurais.

Já no quarto e último capítulo o critério regionalizador utilizado foi baseado nas modernas lavouras de grãos (soja, trigo e milho) dos 40 municípios estabelecidos pelo Prodegran. Partindo do recorte geográfico desse Programa, foi possível configurar outro recorte geográfico com base nas lavouras de grãos. Para isso, foram adotados cinco procedimentos metodológicos:

1. Identificação das principais atividades agrícolas responsáveis pela organização do sistema produtivo regional e o período de sua expansão nesses 40 municípios;
2. Verificação de como as atividades agrícolas estavam distribuídas entre os 40 municípios da região;
3. Análise da base territorial desses municípios, ou seja, a estrutura fundiária que assentava essas atividades;
4. Identificação do uso das terras para lavouras e pastagens;
5. Quantificação do uso de máquinas e instrumentos agrícolas nesses municípios.

Se uma região agrícola é definida em função do seu processo produtivo, cuja produção pode ser alterada no tempo e no espaço, a delimitação da região produtiva de Dourados utilizada no quarto capítulo foi definida em função das mudanças no padrão agrário de produzir ocorridas a partir de meados dos anos 70 do século XX. Nessa época houve a modernização do campo na região e a ascensão das modernas lavouras de grãos, principalmente de soja, que, articulada às agroindústrias esmagadoras e refinadoras de grãos, tornou-se a principal atividade agrícola de reprodução do capital na região.

Se a soja foi a principal atividade agrícola de integração da região produtiva de Dourados à economia nacional a partir de meados dos anos 70, ela também foi a principal atividade de análise dessa pesquisa. Trata-se de uma cultura que, ao se inserir no novo contexto produtivo mundial, alterou profundamente a estrutura produtiva regional e a relação do campo com a cidade.

É preciso frisar que uma região não se mantém com as mesmas formas de produção e interação e, conseqüentemente, de configuração geográfica, o que exige um esforço de análise do comportamento produtivo dessa atividade ao longo do tempo, como afirma Milton Santos:

Devemos, por outro lado, considerar que, para cada produto ou região produtiva, a periodização não será a mesma, e isso se dá em virtude do tipo de relações internas e externas exigidas por cada produto ou atividade, com repercussão sobre as possibilidades de evolução interna e a frequência e o nível dos impactos externos¹⁵.

Se para cada região as relações sociais de produção que se processam em determinados períodos determinam um recorte geográfico, têm-se mais de um recorte geográfico do que venha a ser a região de Dourados. Em outras palavras, a delimitação da região em estudo não seguiu sempre o mesmo recorte geográfico ao longo do tempo, pois as relações produtivas que aí se processaram não foram homogêneas, tampouco se deram em todos os lugares. Assim, quando mencionamos a expressão região produtiva de Dourados estamos nos referindo a um determinado recorte geográfico que se processou num determinado tempo, fruto

¹⁵ SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª. edição. São Paulo: Edusp, 2008, p. 98.

do predomínio de uma forma de reprodução do capital; esse recorte não serve, necessariamente, para representar outros períodos.

Cientes disso, realizamos uma análise do processo de expansão das culturas de grãos soja, trigo e milho durante o período de 1976, data de criação do Prodegran, até o ano de 2006, quando já é possível perceber um novo arranjo produtivo regional com a ascensão de uma moderna atividade econômica: a cana-de-açúcar. Durante essas três décadas foi a soja a lavoura hegemônica do processo de acumulação capitalista do campo na região produtiva de Dourados.

Com base nos cinco critérios apresentados anteriormente (levantamento da expansão da cultura de grãos e sua distribuição pelos 40 municípios da região da Grande Dourados, análise da estrutura fundiária desses municípios, identificação do uso das terras para lavouras, máquinas e instrumentos agrícolas), foi possível realizar um novo recorte geográfico da região de Dourados que denominamos de região produtiva de Dourados. Assim, dos 40 municípios (nos tempos atuais) da região da Grande Dourados apresentados pelo Prodegran, foi possível selecionar 14 como sendo aqueles que de fato se integraram à economia nacional pela produção grãos e que constituíram o recorte geográfico de análise do quarto capítulo, denominado região produtiva de Dourados.

Mapa 5: Região produtiva de Dourados segundo a produção de grãos (1976–2006)

Como o Estado de Mato Grosso do Sul só foi criado em 1977 e alguns mapas, quadros e tabelas tiveram como base um período em que os anos analisados são antes e após a criação do Estado, utilizamos sempre a nomenclatura empregada para o ano mais recente do período analisado. Essa mesma observação é válida para nos reportar aos dados utilizados em períodos onde o Mato Grosso era denominado de Capitania, Província e Estado, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Terminologias utilizadas para se referir ao Estado de Mato Grosso do Sul (1500-2011)

PERÍODO	DOMÍNIO	TERMINOLOGIA
1500 a 1617	Colônia Espanhola	<i>Adelantazgo</i> da Província do rio da Prata
1617 a 1750	Colônia Espanhola	Província do Paraguai
1750 a 1822	Colônia Portuguesa	Capitania de Mato Grosso
1822 a 1889	Brasil Império	Província de Mato Grosso
1889 a 1977	Brasil República	Estado de Mato Grosso
1977 a 2011	Brasil República	Estado de Mato Grosso do Sul

Mesmo adotando alguns procedimentos metodológicos diferentes de Mário C. T. Silva¹⁶, a regionalização proposta no nosso trabalho se aproxima da regionalização realizada por aquele autor (ver Mapa 2, p. 13). A diferença, fruto dos procedimentos e do período analisado, refletiu na configuração de uma região composta por 14 municípios. A nosso ver, essa configuração geográfica é a que melhor representa uma regionalização que teve como base a produção de grãos no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Mas, para compreendermos a dinâmica dessa integração regional, será necessária uma análise do processo de desenvolvimento das atividades produtivas na região de Dourados desde o final da Guerra do Paraguai (1870) até o ano de 2006.

Quando discutimos que a integração da região de Dourados, a partir dos anos 70, à economia nacional se processou com as lavouras de grãos, não estamos suprimindo a existência de outras formas de integração, seja com a economia nacional ou internacional. Desde o final do século XIX a região de Dourados assistiu, pelo menos, a outras duas formas de integração com o mercado internacional que se deu após a Guerra do Paraguai em 1870, quando a região foi entrada co mercado externo por meio da produção das tradicionais atividades da pecuária bovina e do extrativismo da erva-mate.

Desde o final do século XIX até os tempos atuais, a integração da região de Dourados à economia nacional e internacional deu-se de diferentes formas, com distintas atividades e com diferentes recortes geográficos, que representaram momentos específicos do processo de regionalização. Mas para todos os períodos analisados uma característica prevaleceu: foram as atividades agrícolas os

¹⁶ *Op. cit.*, 1992, p. 34.

principais agentes de regionalização desse processo de integração regional que se deu pelo e para o capital.

Se o processo de integração dessa região à economia nacional não foi homogêneo, mesmo com tendência a nos apresentar como se o tivesse sido, este trabalho foi conduzido para abordar o seguinte problema: Por que o processo de integração da região de Dourados à economia nacional se deu de forma seletiva, associando parte dos produtores da região às modernas lavouras de grãos, principalmente com a soja a partir de 1976, integrando-os à economia nacional?

Para responder tal questionamento, este trabalho foi conduzido a partir da hipótese de que as relações capitalistas de produção que se consolidaram na região de Dourados, deixaram de serem pautadas quase que exclusivamente pelas tradicionais atividades da pecuária bovina e do extrativismo da erva-mate, para se constituírem num novo eixo de acumulação vinculado às modernas lavouras de grãos. Ao constituir esse novo eixo de acumulação, a região de Dourados foi conduzida a um processo de integração, do ponto de vista sócio-territorial, seletiva e excludente, em que alguns produtores mudaram seu eixo de acumulação para as modernas lavouras de grãos, integrando-se à economia nacional articulada a um moderno padrão agrário de produzir.

No esforço de compreender as transformações sócio-territoriais ocorridas na região de Dourados em seu processo de integração à economia nacional, esta tese foi organizada em quatro capítulos. O primeiro foca sua análise nas relações produtivas ocorridas no período de 1870 (quando finda a Guerra do Paraguai) a 1937 (quando o governo Vargas implanta o Estado Novo), época em que capital privado e estatal se associaram na exploração e comercialização das tradicionais atividades da pecuária bovina e do extrativismo da erva-mate, principais atividades integradoras da região com o mercado externo e de configuração do território regional em grandes propriedades rurais.

O segundo capítulo foi estruturado no contexto da política do Estado Novo, que alterou as relações produtivas em parte da região de domínio dos ervais com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em 1943. A criação da CAND, como estratégia de ocupar e desenvolver a região que até então era dominada, principalmente, pelo extrativismo da erva-mate, seguida de projetos de colonização particulares, não só marcou a política do Estado Novo em ocupar o

chamado vazio demográfico – que nada tinha de vazio - mas também reestruturou o território regional pautado em pequenas propriedades rurais com uso da mão de obra familiar. Milhares de trabalhadores migraram para a região das Colônias Agrícolas em busca de novas oportunidades, com sonhos, desejos e esperanças, o que consolidou uma nova etapa do processo de integração regional com a presença das pequenas propriedades, da ocupação territorial e do crescimento dos núcleos urbanos.

A partir do terceiro capítulo, a ordem cronológica apresentada nos capítulos anteriores não corresponde à complexa realidade estabelecida pelo novo padrão produtivo, pois a organização sócio-territorial que se processou na região da Grande Dourados a partir de meados dos anos 70 do século XX, foi orientada pelos seguintes processos:

- modernização das atividades agrícolas;
- subordinação do capital agrícola ao capital industrial;
- dependência e exclusão de segmentos produtivos;
- integração das atividades agrícolas ao Complexo Agroindustrial.

Tais processos, que se deram e/ou intensificaram-se a partir de meados dos anos 70, não podem ser compreendidos de forma evolucionista; são complexas e engendradas relações da lógica de acumulação capitalista que devem ser analisadas pela forma com que a sociedade se organiza.

Nesse sentido, o terceiro capítulo foi estruturado para que pudéssemos analisar a atuação do governo federal na região da Grande Dourados com a criação da Sudeco, que reestruturou a dinâmica produtiva regional a partir dos anos 70 pautada nas modernas lavouras de grãos. Tal reestruturação se deu à luz da política do governo federal que, entre outros objetivos, almejava dinamizar a produção agrícola na região e integrá-la à economia nacional. Ao imprimir uma política de ocupação do centro-oeste e de expansão da fronteira agrícola do país, a Sudeco criou condições estruturais necessárias à consolidação de uma nova lógica de produção atrelada ao capital industrial, não mais condizente com uma estrutura

fundiária assentada na pequena propriedade rural, mas no retorno da grande propriedade rural.

No quarto e último capítulo nosso recorte geográfico não é mais configurado pela região da Grande Dourados, mas pela região produtiva de Dourados, em que serão propostas discussões do processo de modernização do campo nessa região e sua inserção ao moderno sistema produtivo caracterizado pela modernização conservadora, que integrou as atividades agrárias ao novo padrão produtivo a partir dos anos 70. Essa integração subordinou e criou uma dependência do produtor em relação ao capital estatal, financeiro e industrial, trazendo discussões de como a modernização do campo alterou as relações sociais, reestruturou o sistema produtivo regional, dinamizou a agricultura de exportação e consolidou a região produtiva de Dourados como produtora de grãos.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais, em que buscamos elucidar os principais aspectos da compreensão do processo de integração da região de Dourados à economia nacional.

2. A pecuária bovina e o extrativismo da erva-mate como atividades de integração regional (1870–1937)

Foto 2: Empregados e empregadores da Cia Matte Larangeira. (Fonte: Acervo Memória Fotográfica de Dourados, 2011).

Entretanto, quando os limites entre público e privado não são nítidos, a ação do poder público não considera todos como “iguais perante a lei”, sua característica pode ser resumida então numa frase consagrada do folclore político brasileiro: “para os amigos tudo, aos inimigos a lei.”

(Gilmar Arruda. Frutos da Terra, p. 40)

Se houve um fato histórico decisivo para a configuração do sul do Estado de Mato Grosso em grandes propriedades de erva-mate e de gado no período de 1870 a 1937, esse fato foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). O acordo da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) realizado durante a guerra, que definiu o limite territorial entre Brasil e Paraguai e pôs fim ao conflito que há séculos fazia-se presente na região – que era a definição do limite territorial Brasil-Paraguai juntamente com o processo de ocupação regional – foram decisivos para a configuração de uma estrutura produtiva caracterizada por grandes propriedades rurais.

É importante registrar que este capítulo não objetiva realizar um resgate histórico do processo de ocupação do sul do Estado de Mato Grosso, mais especificamente da região de domínio da erva-mate após a Guerra do Paraguai até a implantação do Estado Novo do governo Vargas (1937-1945), mas sim, compreender os elementos constitutivos desse processo que estruturou o território regional em grandes fazendas de erva-mate. Compreender esse processo é, antes de tudo, desvendar os ideais do governo em integrar essa região de domínio da erva-mate ao mercado externo.

O recorte geográfico dessa região durante o período de 1870 (quando se inicia a exploração dos ervais nativos na região) a 1937 (quando a atividade ervateira entra em crise), abrange o centro-sul do Estado de Mato Grosso, que conferiu à região uma estrutura territorial assentada na grande propriedade rural.

Mapa 6: Sul do Estado de Mato Grosso – Região de domínio da erva-mate (1870-1937)

Esse recorte geográfico teve como referência principal os cursos hídricos, elementos naturais que serviram de limite para o avanço da erva-mate na região. A delimitação que ora propomos é apenas uma referência para nossa análise, pois a área de domínio da erva-mate deu-se de forma descontínua no tempo e no espaço, ora transpondo barreiras naturais, ora recuando. O recorte geográfico adotado neste capítulo não se mantém no capítulo seguinte, pois a estrutura produtiva do período

subsequente é alterada, configurando um novo recorte não mais baseado na atividade da erva-mate, mas em outra estrutura produtiva que será analisada adiante.

Antes de discutirmos propriamente os elementos que estruturaram a região de domínio da erva-mate em verdadeiros latifúndios, é necessária uma breve caracterização da formação dos primeiros núcleos urbanos no sul de Mato Grosso - região já ocupada pelos índios Guarani¹⁷.

A presença dos índios na região de domínio da erva-mate remonta ao século XVI com a presença dos Guarani – maior grupo indígena que já ocupou a região e que durante séculos desenvolveu uma agricultura de subsistência, com destaque para o cultivo de milho e mandioca (base da alimentação). Dos Guarani surgiram outros dois grupos étnicos presentes até hoje na região: Guarani-Kaiwá e Guarani-Ñhandeva.

A presença dos espanhóis e portugueses na região durante o século XVII, acompanhada de constantes e sucessivos conflitos seguidos de mortes, enfraqueceu e dizimou parte desse grupo étnico, abrindo espaço para que outros grupos indígenas avançassem para a região, como os Guató, Kaiapó, Ofaié-Xavante, Paiguá, Terena e Kadiwéu.

Esses índios tinham uma economia natural, isto é, desconheciam o comércio, a moeda e se encontravam no estágio neolítico [...]. Nesse modo de produção de comunismo primitivo, os trabalhos agrícolas são efetuados coletivamente pelos membros da tribo e os seus resultados são desfrutados em conjunto. Não há propriedade da terra e os limites da área explorada pelos habitantes de cada maloca são extremamente imprecisos. Eis uma das causas das freqüentes lutas entre as comunidades tribais¹⁸.

Os Bandeirantes que vinham de São Paulo não respeitavam os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e avançavam para o oeste, estabelecendo contatos com os índios da região. Com a assinatura do Tratado de Madri em 1750, o Tratado de Tordesilhas foi anulado, prevalecendo, no novo Tratado, a posse da terra a quem nela já estava, o que acabou com o domínio dos

¹⁷ Conforme convenção da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), nomes de grupos indígenas devem ser escritos no singular.

¹⁸ VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do planejamento do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**. Vº. 1, nº. 34. Rio de Janeiro: Fundação Seade, 1972, p. 99.

espanhóis na Província do Paraguai. Mas os constantes conflitos entre portugueses e espanhóis levou ao cancelamento desse Tratado em 1761 e, após o confronto em que os espanhóis saíram vitoriosos no Forte de Coimbra, os dois países redefiniram a posse das terras na fronteira Brasil-Paraguai e criaram o Tratado de Santo Idelfonso em 1777¹⁹. Esse novo tratado em nada diferia do Tratado de Madri e a clássica discórdia entre os membros das comissões que deveriam demarcar o limite de domínios entre portugueses e espanhóis permaneceu²⁰.

O problema do limite entre esses países só foi resolvido com a Guerra do Paraguai (1864-1870) por meio do Tratado da Tríplice Aliança realizado entre Brasil, Argentina e Uruguai, que estabeleceu o limite entre esses países caso a Tríplice Aliança fosse a vencedora, o que de fato ocorreu.

A busca pelo ouro em Cuiabá em 1719, antes mesmo do Tratado de Madri, levou os monçoneiros a fundarem, em 1720, a Fazenda Camapuã – estratégico ponto de parada próxima aos afluentes dos rios Pardo e Coxim. Na medida em que os Bandeirantes se distanciavam do litoral, fixaram-se no território e formaram os primeiros povoados.

O primeiro povoado do sul da Província do rio da Prata foi Santiago de Xerez, fundado em 1593 pelos espanhóis em algum ponto do baixo rio Ivinhema. Até a presente data não se sabe a localização exata desse primeiro povoado, conhecido como Primeira Xerez, mas os constantes conflitos com os índios fizeram com que seus fundadores a abandonassem e migrassem para outro ponto às margens do rio Ivinhema, reedificando, em 24 de março de 1593, a Segunda Xerez, também chamada Cidade de Xerez. As disputas pela posse das terras da Segunda Xerez por membros do governo do Paraguai, fizeram com que esse povoado fosse transferido para as margens do rio Miranda em 1596. A Cidade de Xerez representava importante ponto estratégico para o governo do Paraguai pelo contato com as regiões produtoras de metais preciosos e pela representatividade que ela poderia desempenhar com as principais províncias platinas.

¹⁹ Cf. PINTO SOBRINHO, Almiro. **Amambai**: Memórias e histórias de nossa gente. São Paulo: Pedro & João editores, 2009, pp. 25-28.

²⁰ “O problema é que esse tratado não era claro, sobretudo no que dizia respeito à localização do chamado rio Igureí (atual rio Ivinhema) e rio Apa. A localização desses rios criou um impasse nos trabalhos de demarcação, impasse esse que continuou até a independência do Paraguai e do Brasil das respectivas metrópoles.” *Idem, ibidem*, p. 28.

A desejada prosperidade econômica almejada pelo governo paraguaio não chegou à cidade de Xerez. Os constantes conflitos com os indígenas, as enfermidades, as epidemias e a falta de uma atividade econômica que conferisse riqueza ao governo, fizeram com que Santiago de Xerez fosse abandonada à própria sorte. Em 1632 a cidade foi invadida e destruída por portugueses vindos de São Paulo. Atualmente, a área onde foi a cidade de Xerez é palco de pesquisas científicas e escavações para que se constitua na região um parque histórico binacional. A região já foi considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como o primeiro sítio arqueológico estadual e está localizada a 15 km da cidade de Miranda.

O Tratado de Madri contribuiu para que os portugueses construíssem edificações em terras no sul da Capitania de Mato Grosso. Para isso, criaram, em 1775, o Forte Coimbra, localizado no atual município de Corumbá. Em 1778 construíram o Presídio Nossa Senhora do Carmo do rio Mondego, que deu origem, em 1857, à cidade de Miranda. Além do Forte e do Presídio, houve dois povoados chamados Albuquerque: um foi fundado em 1778 e deu origem à cidade de Corumbá em 1850; o outro – Paranaíba – foi constituído por migrantes mineiros que, a partir de 1829, foram para o extremo leste da Província, fronteira com Minas Gerais, cultivar gado. Esse povoado deu origem à cidade de Paranaíba em 1857.

2.1 O contexto histórico da Guerra do Paraguai e a formação das fazendas de gado

Ao se tornar independente da Espanha em 14 de maio de 1811, o Paraguai foi dominado por um poder absolutista e uma política voltada para o fortalecimento interno. Durante décadas o Paraguai viu-se livre de golpes e revoluções. A perseguição aos ricos e a confiscação de seus bens tornaram insuportável a vida de muitos oligarcas que foram, durante muito tempo, privilegiados pela Espanha.

José Gaspar Rodríguez Francia, primeiro ditador da república paraguaia, assumiu o poder em 1814 e investiu num quadro geopolítico diferente dos demais países latino-americanos. Francia realizou uma reforma agrária no país configurando o território em pequenas propriedades. A reforma não garantiu ao trabalhador rural o direito legal da propriedade, pois o Estado não reconhecia o direito à propriedade privada. As terras da reforma eram chamadas “Estâncias da Pátria” e o trabalhador tinha a permissão e a obrigação de cultivar a terra e destinar parte da produção ao Estado²¹.

Tal prática levou o Estado paraguaio a acumular, em pouco tempo, um excedente produtivo, pois o país não tinha relações comerciais com os países europeus. O fato era agravado pelo seu “isolamento” geográfico em relação ao oceano; quem fazia o controle da saída de mercadorias do Paraguai para o Atlântico era a Argentina, que lhe cobrava altos tributos. Posteriormente esse controle foi feito pelo Uruguai, que se tornou República em 1828 após acordo entre Argentina e Brasil, que renunciaram à Província Cisplatina (Uruguai) e reconheceram sua independência.

Em 1840 Francia faleceu e assumiu o poder Carlos Antonio López, primeiro Presidente Constitucional da República Paraguaia que, apoiado pela estrutura socioeconômica deixada por Francia, investiu nos sistemas de comunicação, circulação e em alguns setores industriais. Engenheiros, médicos e técnicos europeus (construção naval, armamentos e edificações) foram contratados; o número de fábricas aumentou abruptamente; a produção cresceu em ritmos acelerados; jovens paraguaios foram enviados para os Estados Unidos e para os países da Europa para se especializarem, inclusive o filho do presidente: Solano

²¹ Cf. CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: a guerra do Paraguai**. 24ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 19-20.

López. A necessidade de realizar transações comerciais levou Antonio López a fortalecer as relações políticas e comerciais com os países platinos²².

Ao morrer em 1862, Carlos Antonio López deixou o Paraguai com uma infraestrutura básica necessária, com mão de obra qualificada para produção agrícola e industrial. Ao assumir o poder, seu filho Solano López encontrou um país em que o nível de analfabetismo era reduzido; algumas indústrias como a naval e têxtil tinham condições de concorrerem com as indústrias estrangeiras. Terras para produzir não eram problemas, pois Francia já tinha realizado a primeira reforma agrária da história do Paraguai, o que elevou a produção em todo o país, produzindo grande quantidade de erva-mate, tabaco, couro e inúmeros tipos de cereais. O país também possuía fábricas de papel, tecido, tintas, pólvora e sal; e tinha o maior exército do continente sul-americano, composto quase exclusivamente por descendentes dos povos indígenas. O país apresentava condições estruturais para expandir suas relações comerciais com os demais países platinos e com a Europa.

Mas tal “expansão” não aconteceu, pois durante o período de 1864 a 1870 o país enfrentou a maior guerra de sua história. A união dos países Argentina, Brasil e Uruguai resultou na formação da Tríplice Aliança, responsável por um verdadeiro genocídio que conduziu a nação paraguaia à miséria total. Sem entrar no mérito da real causa da guerra, até porque acreditamos que nenhuma das versões sobre esse genocídio estão completamente certas ou erradas, mas representam diferentes formas de compreensão de um processo, destacamos duas versões muito discutidas e com grande credibilidade na literatura regional.

Um dos historiadores que questionou a clássica versão de que as causas da Guerra do Paraguai repousavam na ambição expansionista de Solano López em formar o grande Paraguai foi o historiador Júlio José Chiavenato, que trouxe à tona a discussão de que as reais causas da guerra estavam nos interesses da Inglaterra em expandir seu comércio com os países platinos.

Nessa visão, as causas da guerra germinaram nos interesses comerciais da Inglaterra em dominar o comércio com os países platinos, em outras palavras, em vender produtos industrializados para esses países. Dos países platinos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), o único que não possuía transações comerciais com a

²² *Idem, ibidem*, pp. 27-45.

Inglaterra era o Paraguai, que, estabelecendo uma política econômica austera, tornou-se uma potência regional. Com estabilidade econômica, capacidade produtiva industrial e uma privilegiada posição geográfica no continente sul-americano, o Paraguai era capaz de concorrer com a Inglaterra no comércio externo com os países platinos. O “patinho feio” da América tornou-se uma ameaça e um afronto à Inglaterra ao tentar lançar seus produtos no comércio internacional. O mal deveria ser cortado pela raiz. Eis que entram em cena os devotos compradores e devedores da coroa britânica – Argentina, Brasil e Uruguai – formando a Tríplice Aliança, sob o respaldo inglês, contra o pequeno gigante Paraguai. No período de 1864 a 1870, a Tríplice Aliança e o Paraguai travaram uma guerra considerada como uma das maiores barbáries da história do continente americano.

Mas a partir de 1980, novos estudos revisaram as causas dessa guerra, evidenciando que a gênese do conflito estava assentada na própria construção dos Estados nacionais dos países nela envolvidos. Dentre os defensores dessa versão, citamos o historiador Francisco Doratioto, que questiona a explicação de que o imperialismo inglês seria o responsável pelo conflito. Para Doratioto “a Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região”²³. Segundo o autor, a sociedade paraguaia não usufruía de justiça social como apregoa alguns historiadores, mas de um sistema autoritário com práticas escravistas e com uma agricultura pouco moderna. O próprio processo de industrialização foi realizado com capital inglês, e não de dentro para fora, como afirmava Chiavenato²⁴.

Independente das versões que discutem as reais causas da guerra, as consequências foram desastrosas. O continente sul-americano assistiu a um verdadeiro genocídio que conduziu a nação paraguaia à miséria total, com extermínio de 75% de toda a sua população, sendo que mais de 96% dos homens adultos foram mortos. “Pelo menos duas gerações foram arrasadas (homens e meninos) e, de república próspera e progressiva, o país converteu-se em uma espécie de colônia sem patrão”²⁵. Era o fim da próspera nação; seu povo foi morto; a

²³ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai**. 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 93.

²⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 30.

²⁵ Brasil, *apud* GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. **Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos**. Dourados: L. Gressler, 2005, p. 61.

miséria reinou no país que até hoje sente as consequências desse conflito. Uma nova fase se inicia: é necessário repartir as terras do perdedor.

Com o fim da Guerra do Paraguai em 1º de março de 1870, constituiu-se a Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai para estabelecer a linha divisória entre os dois países. As novas relações que se processaram no sul da Província de Mato Grosso com o término da guerra, não se limitaram apenas à demarcação dos limites nacionais, mas também à:

1. atuação do capital na formação das grandes fazendas de gado;
2. exploração e comercialização dos ervais nativos realizado pela Cia Matte Larangeira²⁶.

O fim da guerra somado a queda da atividade mineradora centrada em Cuiabá, representou uma nova fase na reestruturação do poder político e econômico em nível regional, marcado pela perda do prestígio de Cuiabá como capital da Província e ascensão de uma nova elite na região de domínio da erva-mate, assentada num poder que teve como base a pecuária bovina e o extrativismo da erva-mate.

Com o fim da guerra, muitos ex-combatentes, no caso os índios Guarani, permaneceram na região de domínio da erva-mate por acreditarem que as condições nessa região seriam melhores do que no devastado Paraguai. Esses trabalhadores possuíam excelente habilidade para a lida com a erva-mate (planta nativa da região), pois os Guarani foram os precursores do cultivo da erva na região. Os índios também foram utilizados para o trabalho braçal (abertura de picadas, construção de casas, etc.) e de campo (agricultura e pecuária).

Além dos trabalhadores que se fixaram na região de domínio da erva-mate e que serviram de mão de obra para os fazendeiros, houve o retorno dos fazendeiros de gado que haviam se refugiado em Cuiabá. Esses fazendeiros tiveram que recompor seu gado e as benfeitorias de suas propriedades que haviam sido destruídas durante a guerra. Com o retorno dos fazendeiros e o enfraquecimento do Estado paraguaio, muitas empresas estrangeiras investiram em fazendas de gado

²⁶ Preservamos a forma da escrita da Companhia em que aparecem as geminadas “tt” em Matte e “g” em Larangeira.

na região que já possuía uma estrutura fundiária com base na grande propriedade rural, herança das sesmarias. “Os investimentos estrangeiros em latifúndios pastoris se explicam por exigirem estes relativamente pequeno capital, proporcionavam lucro fácil, com mão de obra restrita e barata, havendo ainda, com o decorrer do tempo, valorização do imóvel”²⁷. Acrescenta-se ainda a oferta de terras fartas e baratas, a abundância de matéria-prima e a demanda do mercado nacional e internacional por carne bovina.

É importante destacar que a origem das primeiras fazendas de gado remonta aos anos 30 do século XIX, quando se registraram os primeiros movimentos de fazendeiros do norte da Província de Mato Grosso para o sul da Província. Esses fazendeiros, de origem portuguesa, estavam fugindo da Revolta Nativista de 1834, conhecida como Rusga (movimento de hostilidade aos portugueses)²⁸. As Colônias Militares instaladas nos anos 50 e 60 do mesmo século também contribuíram para a vinda dos fazendeiros. Além dos mato-grossenses vindos do norte da Província, também houve um fluxo migratório de pecuaristas de Minas Gerais que entraram por Santana do Paranaíba e chegaram ao sul da Província depois de 1840.

Mas foi somente após a Guerra do Paraguai, com o aumento no fluxo migratório de pecuaristas de Cuiabá e do Rio Grande do Sul, – esses últimos fugidos da Revolução Federalista de 1893-1895 – que se consolidou a formação das grandes fazendas de gado na região de domínio da erva-mate.

Com a Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul, vários gaúchos, fugindo das consequências da Revolução - seja pela destruição de suas propriedades seja pela perseguição política, aproveitaram a oportunidade para ocupar as terras na região de domínio da erva-mate. Segundo Rosa²⁹, vieram do Rio Grande do Sul aproximadamente 10 mil famílias que se instalaram no sul da Província. Os ex-combatentes da Guerra do Paraguai divulgaram, no Rio Grande do Sul, que a geografia da região era semelhante às terras do sul do país, com condições de clima e solos propícios ao desenvolvimento agrícola. Apossar das terras devolutas e introduzir a pecuária bovina ou o extrativismo da erva-mate, era uma boa alternativa para os que almejavam se tornar proprietários, uma prática

²⁷ Valverde, *op. cit.*, p. 115.

²⁸ CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul: conflitos étnicos e fundiários**. Campo Grande: [s.e.], 2009, p. 16.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 18.

comum na época. Sobre os migrantes gaúchos, Alvanir de Figueiredo afirma: “Organizaram-se caravanas, ou ‘comitivas’, que fugindo do problema político ou por terem suas propriedades destruídas ou, ainda, por procurar melhor sorte, demandaram as regiões centrais, engrossando a população matogrossense”³⁰.

Mapa 8: Sul do Estado de Mato Grosso - Rota de avanço da pecuária bovina (1780-1903)

³⁰ FIGUEIREDO, Alvanir de. **A presença geoeconômica da atividade ervateira**. São Paulo: UNESP. Tese de Doutorado, 1967, p. 220.

Segundo Valmir Corrêa, a Guerra do Paraguai trouxe novas oportunidades de exploração dos recursos regionais ao ter possibilitado a abertura do rio Paraguai à navegação, abrindo “a brecha necessária aos investimentos de capital na região mato-grossense, tanto no setor da produção agropecuária como, principalmente, no comércio importador-exportador”³¹. A expansão das fazendas de gado na região também contou com investimento de capitais estrangeiros que adquiriram centenas de milhões de hectares (ha) para o desenvolvimento da pecuária extensiva.

Nesse contexto, a posse da terra na região tornou-se monopólio de um reduzido grupo, caracterizando um processo de concentração de terra e a formação de uma elite de grandes proprietários, marginalizando, em contrapartida, uma grande maioria da população que, como alternativa de sobrevivência, teve de vender sua própria força de trabalho³².

Quadro 3: Sul do Estado de Mato Grosso - Empresas que atuaram na formação de fazendas de gado até 1923

EMPRESA	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
Brazil Land and Cattle Packing Company	Corumbá	763.508
Brazil Land and Cattle Packing Company	Três Lagoas	759.087
Brazil Land and Cattle Packing Company	Campo Grande	146.379
Brazil Land and Cattle Packing Company	Paranaíba	190.000
The Brazilian Meat Company	Três Lagoas	311.010
The Brazilian Meat Company	Aquidauana	5.000
Fomento Argentino Sul-Americano	Corumbá	726.077
Fazenda Francesa	Miranda	242.456
Fazenda Francesa	Corumbá	172.352
The Miranda Estância Company	Miranda	219.506
The Água Limpa Syndicate	Três Lagoas	180.000
Sul American Belge S.A.	Corumbá	177.060
Sociedade Anônima Rio Branco	Corumbá	549.156
Cia Matte Larangeira	Bela Vista	164.590
Cia Matte Larangeira	Ponta Porã	106.436

Fonte: Marques, *apud* Corrêa, 2006, p. 147.

³¹ CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943)**. 2ª. edição. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 52.

³² *Idem, ibidem*, p. 72.

A entrada de capitais estrangeiros para a criação de gado levou à formação de uma elite regional assentada na exploração da pecuária bovina. A baixa densidade demográfica e as precárias condições de transporte e comunicação, dificultaram a ação do Estado contra a violência e o crime. Segundo Mamigonian³³, a presença da pecuária bovina em todo o sul do Estado de Mato Grosso, caracterizada pela grande extensão territorial, não estimulou o desenvolvimento de uma malha de cidades.

Se a presença da pecuária bovina e o clima de instabilidade política e de violência presentes na região não contribuíram para o aumento no fluxo migratório e para a formação de grandes cidades, o mesmo não se pode dizer da atuação dos coronéis criadores de gado³⁴, que, utilizando-se muitas vezes de práticas criminosas, encontraram condições propícias para legitimar a posse da terra e o poder regional.

Tal poder não era estabelecido apenas pelos criadores de gado; algumas autoridades políticas eram verdadeiros coronéis que, fazendo uso da máquina do Estado, mantinham sob seu domínio ou influência um núcleo urbano ou cidade. Não raro uniam-se a algum grande fazendeiro para juntos compartilharem o poder regional. “Os coronéis em Mato Grosso, cujas bases econômicas podiam, então, provir tanto da grande propriedade rural, como de um patrimônio urbano, exerciam o poder de decisão efetivamente no âmbito local, ou estadual [...]”³⁵.

O poder não era mantido apenas por um grupo oligárquico, mas por grupos afins que, unidos por interesses comuns, concentraram suas posses e patrimônios. Eram os coronéis quem mantinham o poder e a influência no comércio, nos empregos públicos e em quase toda a vida social dos vilarejos e cidades. Também tinham grande capacidade de mobilizar forças locais sob seu comando, pois contavam com prestígio junto às autoridades estaduais.

³³ MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista GEOSUL**. Vº. 1, nº. 1. Santa Catarina: UFSC, 1986, pp. 39-58.

³⁴ Segundo Corrêa, *op. cit.*, 2006, pp. 18-19, a formação dos coronéis no sul do Estado de Mato Grosso ocorreu no período de 1889 a 1943, quando uma elite regional se fortaleceu com a conivência de um Estado débil a serviço das oligarquias regionais. Os coronéis eram homens de poder econômico que se dedicavam a causas políticas com o uso de armas, submetendo ao seu jugo toda a sociedade regional: posseiros, camponeses, sem-terra, assalariados, etc., que não dispunham de condições financeiras ou políticas para enfrentar os homens armados que trabalhavam para os coronéis.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 61.

O advento da república não trouxe para Mato Grosso mudanças substanciais que pudessem modificar as relações sócio-econômicas da região e caracterizar uma nova situação em relação à violência e ao banditismo ali existente. Na realidade, a nova ordem política veio tão somente consolidar uma situação pré-existente no cenário das lutas pelo poder de mando em nível local e regional, intensificando o clima de violência e abrindo maior espaço à atuação declarada do coronelismo³⁶.

Os constantes conflitos armados pelo domínio regional limitaram uma maior expansão do gado na região de domínio da erva-mate, fato que não ocorreu no extremo oeste e norte da Província de Mato Grosso, onde as fazendas de gado expandiram-se rapidamente. Mesmo assim, a pecuária ampliou as possibilidades de ganho com o desenvolvimento das charqueadas, “esse número aumentaria ainda mais quando, em decorrência da Primeira Guerra Mundial, se verificou um grande aumento na demanda internacional por carne”³⁷. Em 1923 existiam 22 charqueadas em todo o Estado de Mato Grosso; destas, 19 estavam localizadas na parte sul do Estado³⁸.

O aumento das charqueadas deu-se, principalmente, pela conjunção de quatro aspectos: aumento da demanda dos mercados platinos, onde Corumbá assumiu o papel de principal entreposto de comercialização e exportação dos charques e dos derivados do gado; excedente bovino barato e subutilizado, segundo Arrojado³⁹, mais da metade do rebanho bovino no sul do Estado de Mato Grosso entre 1907 a 1908 não foram comercializados; crescente demanda dos mercados do Rio de Janeiro e do nordeste; e abertura do transporte fluvial, que possibilitou uma nova rota de escoamento da produção.

A partir de 1873, empresários dos países platinos vinculados aos interesses ingleses, aproveitaram-se da isenção de impostos para a produção do charque e instalaram-se na região de domínio da erva-mate. A presença desses empresários-latifundiários foi fundamental para o processo de estruturação do território. É em meio a esse quadro de consolidação de uma elite regional assentada na pecuária bovina que os coronéis atuaram na região e estruturaram o território para a produção de gado que era comercializado, principalmente, com os países platinos.

³⁶ *Idem, ibidem*, pp. 36-37.

³⁷ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: UDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, p. 411.

³⁸ Marques, *apud* Corrêa, *op. cit.*, 2006, p. 145.

³⁹ *Apud* Mamigonian, *op. cit.*, p. 48.

Além da pecuária bovina, a outra única atividade econômica de expressão localizada na região no final do século XIX e início de século XX foi a erva-mate. Ambas impuseram uma organização regional com predomínio da grande propriedade rural, sendo as forças hegemônicas de reprodução do capital.

2.2. O império da erva-mate e o monopólio da Cia Matte Larangeira

Após o término da Guerra do Paraguai, a exploração da erva-mate configurou o território regional caracterizado por três aspectos:

- associação do Estado e ao capital empresarial para a exploração da erva-mate;
- monopólio de uma grande empresa na exploração da erva-mate;
- domínio e controle territorial, com uso de práticas escravistas, que impediram/limitaram o desenvolvimento de outras atividades econômicas e a ocupação regional.

Durante a demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Paraguai, a comissão responsável pela demarcação contratou Thomáz Laranjeira - brasileiro que serviu ao exército do Brasil durante a Guerra do Paraguai. Como a região ainda era desconhecida para a grande maioria dos membros da comissão, Thomáz Laranjeira destacou-se pelo conhecimento que detinha da geografia local, tornando-se o fornecedor oficial de víveres para a comissão que encontrava dificuldades para seu abastecimento. Além de bom conhecedor da geografia local, Thomáz Laranjeira tinha outra vantagem: era um excelente comerciante⁴⁰.

No desempenho do cargo de fornecedor de víveres, Thomáz Laranjeira avançou para a região de domínio da erva-mate que não estava sendo explorada com fins econômicos. Como homem de negócios, lançou a ideia de explorar e industrializar os ervais nativos da região, iniciando, em 1878, um empreendimento industrial ervateiro. O negócio prosperou e, em 1882, Thomáz Laranjeira oficializou sua atividade pedindo ao governo da Província de Mato Grosso autorização para

⁴⁰ SEREJO, Hélio, *et. al.* (Orgs.). **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul (1883–1947)**. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986, pp. 90-91.

comercializar os ervais nativos na fronteira com o Paraguai. Teve, então, início um processo de exploração econômica com a comercialização da erva-mate que se prolongou até o final dos anos 30 do século XX.

Thomáz Larangeira obteve uma primeira autorização do governo da Província de Mato Grosso para explorar a erva-mate em 1882, numa área na fronteira com o Paraguai. A referência geográfica que o governo adotou para definir os limites da concessão de exploração dos ervais foram os cursos hídricos.

Mapa 9: Sul da Província de Mato Grosso - Área de concessão para exploração da erva-mate (Decreto nº. 8.779 de 04/12/1882)

O próspero negócio com a erva-mate levou Thomáz Larangeira a ampliar seus negócios e fundar, em 25 de julho de 1883, a Companhia (Cia) Matte Larangeira; assim como a pecuária bovina, essa atividade era vinculada ao mercado externo. A criação da Cia foi vinculada à empresa exportadora de erva-mate argentina chamada Francisco Mendes Gonçalves & Cia, uma sócia que recebia a produção da Cia Matte Larangeira destinada ao mercado argentino e a redistribuía em todo o território argentino. O objetivo de explorar os ervais nativos na região impulsionou uma configuração do território sob domínio do capital empresarial com apoio e incentivo do governo de Mato Grosso.

Thomáz Larangeira tinha um bom relacionamento com altos cargos do governo de Mato Grosso, o que lhe proporcionou proteção e exclusividade para a exploração da erva-mate. Mediante qualquer ameaça legal, o concessionário solicitava proteção do Estado.

Assim sempre que o monopólio legal da exploração fosse ameaçado, Larangeira poderia recorrer aos seus “amigos” do poder público. Por exemplo, no final da década de 80, uma concessão feita a um concorrente leva-o a solicitar ajuda do presidente do Estado de Mato Grosso, o General Antonio Maria Coelho. Este anulou a concessão do concorrente e ordenou ao Comandante militar de Ponta Porã a expulsão dos intrusos, ou seja, o recurso da coação legítima do Estado. A manutenção do “espaço físico dos ervais” livre de intrusos, foi um dos recursos utilizados tanto por Larangeira, como posteriormente pela Matte Larangeira, para manter o controle sobre a região, vinculando um pouco mais o público e o privado⁴¹.

O valorizado preço da erva-mate no mercado externo conferia bons rendimentos não só à Cia Matte Larangeira, mas também ao Estado, que se beneficiava dos impostos de exportação que aumentavam a cada ano. Até o final do século XIX, a erva-mate foi o gênero alimentício que mais conferiu receita aos cofres públicos do governo do Estado de Mato Grosso.

⁴¹ ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra:** Os trabalhadores da Matte Larangeira. Assis: Universidade Estadual de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 1989, p. 40.

Tabela 1: Estado de Mato Grosso - Valor de exportação da erva-mate (1889-1894)

ANO	VALOR
1889	83:355\$000
1890	89:655\$000
1891	113:057\$000
1892	156:739\$000
1893	328:315\$000
1894	551:605\$000

Fonte: Corrêa, 2006, p. 105.

Tabela 2: Estado de Mato Grosso - Imposto arrecadado com a exportação dos principais gêneros alimentícios (1895, 1897, 1899 e 1901)

PRODUTOS	1895	1897	1899	1901
Borracha	39:137\$850	55:909\$350	183:160\$617	124:654\$950
Erva-mate	250:002\$000	251:002\$800	250:277\$123	250:012\$277
Gado	41:739\$000	74:012\$000	43:179\$000	59:647\$000
Couros e peles	39:986\$260	55:816\$880	93:078\$785	76:802\$614
Ipecacuanha	22:018\$000	17:292\$800	26:335\$452	59:109\$500
Extrato de carne e produtos animais	20:284\$953	19:628\$801	20:373\$509	26:373\$738

Fonte: Corrêa, 2006, p. 121.

Na região de domínio da erva-mate, as principais atividades econômicas foram a erva-mate e a pecuária bovina; a própria Cia Matte Larangeira era uma das maiores empresas criadoras de gado do Estado de Mato Grosso. A esse respeito, Alvanir Figueiredo retrata: “sendo uma cultura permanente, quando não uma atividade extrativista, a indústria do mate não impera sozinha nas propriedades ervateiras de Mato Grosso. A associação gado-mate é a mais comum”⁴².

Com a proclamação da República em 1889, o general Antônio Maria Coelho, primeiro governador do Estado de Mato Grosso no período republicano, prorrogou a concessão de exploração dos ervais da Cia Matte Larangeira do Decreto de 1882 (Mapa 9, p. 41) por mais 10 anos. A área do arrendamento que se concentrava na porção sudoeste do Estado é ampliada para boa parte da porção meridional do Estado de Mato Grosso.

⁴² Figueiredo, *op. cit.*, p. 263-264.

Mapa 10: Sul do Estado de Mato Grosso - Área de concessão para exploração da erva-mate (Lei nº. 520 de 23/06/1890)

Pelo Decreto nº. 1.149, de 26 de dezembro de 1890, os irmãos Francisco Murtinho, Manoel José Murtinho e Joaquim Duarte Murtinho⁴³, influentes e atuantes políticos do Estado de Mato Grosso e do país, fundaram o Banco do Rio e Mato Grosso, que concedia empréstimos à Cia Matte Larangeira. Para ter o direito de continuar explorando os ervais nativos, Thomáz Larangeira não teve outra opção a

⁴³ Manoel Murtinho foi vice-presidente da Província de Mato Grosso e assumiu a Presidência interinamente em 1889. Durante a República presidiu o Estado por duas vezes (1891-92 e 1892-95). Já seu irmão Joaquim Murtinho foi Senador da República por três mandatos (1890-96, 1903-06, 1907-11) e ocupou os cargos de Ministro da Viação, Indústria e Comércio (1896-97) e Ministro da Fazenda (1898-1902).

não ser unir-se ao Banco do Rio e Mato Grosso em 1892, quando a Cia tornou-se uma subsidiária do Banco.

Em 1902, o Banco do Rio e Mato Grosso, acionista majoritário da Cia Matte Larangeira, pediu falência e foi comprado pela firma argentina Francisco Mendes Gonçalves & Cia e por Thomáz Larangeira, passando a se chamar Larangeira, Mendes & Cia. A nova Cia, com sede em Buenos Aires, recebeu grande parte das rendas da produção da erva-mate que passou a ser vendida, *in natura*, para a Argentina, onde era beneficiada. A criação da Larangeira, Mendes & Cia consolidou a atuação do capital estrangeiro na atividade de maior expressão econômica regional.

O controle territorial com o auxílio estatal era fundamental para o domínio de toda a região. Como os ervais estavam auferindo bons lucros, o governo foi generoso com os Murtinho (donos do banco que obtinha 14.500 das 14.960 ações da Cia)⁴⁴ e ampliaram a área de exploração dos ervais para o extremo sul do Estado.

⁴⁴ Arruda, *op. cit.*, p. 62.

Mapa 11: Sul do Estado de Mato Grosso - Área de concessão para exploração da erva-mate (Lei nº. 26 de 11/11/1892)

A relação estabelecida entre o Estado e a Cia Matte Larangeira confunde-se de tal forma que esta começou a ter muito domínio sobre as terras da União, como se as mesmas lhe pertencessem. O crescimento da Cia baseou-se nessa íntima relação; sua influência em meio aos políticos era enorme, “[...] em Cuiabá, a Empresa Matte, junto ao governo e particulares – por força de seu assombroso crescimento industrial – mandava e não pedia”⁴⁵. Além da concessão de exploração das áreas estabelecidas em 1882 (Mapa 9), 1890 (Mapa 10) e 1892 (Mapa 11), em

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 36.

1895, no governo de Manoel Murtinho, mais terras foram destinadas à exploração da erva-mate por parte da Cia Matte Larangeira, como pode ser observado no Mapa 12.

Mapa 12: Sul do Estado de Mato Grosso - Área de concessão para exploração da erva-mate (Resolução nº. 103 de 15/06/1895)

As áreas concedidas à Cia Matte Larangeira para a exploração da erva-mate concentraram-se no sul do Estado de Mato Grosso, uma região rica em ervais nativos e com baixa densidade demográfica. No Mapa 13 agrupamos todas as concessões já citadas destinadas à exploração da erva-mate por parte da Cia Matte Larangeira.

farmácia, armazéns, campos esportivos, campo de equitação, hotel, água encanada, fossa, rede de esgoto, telefone e luz elétrica.

A Fazenda Campanário era considerada uma “jóia do sertão”. A necessidade de “civilizar” os paraguaios que viviam em conflito com a Cia Matte Larangeira levou-a a fundar uma escola que “era a base de uma firme política de nacionalização”⁴⁶. A “jóia do sertão” contava ainda com uma excelente estrutura para a manutenção de seus maquinários e equipamentos: escritório administrativo, serraria, ferraria, carpintaria, oficina mecânica, usina de força de luz e ainda um campo de aviação militar⁴⁷.

Foto 3: Fazenda Campanário – Vista parcial da escola

No primeiro plano da foto, é possível observar parte dos 400 alunos matriculados no único nível educacional oferecido pela escola da Fazenda Campanário, que era o primário. Sua construção e despesas foram custeadas pela Cia Matte Larangeira, que orientou o ensino na escola para “nacionalizar” as crianças indígenas e paraguaias. Para isso, não permitiu o uso de outra língua que não fosse o português, tampouco o estudo da história que não fosse a do Brasil. Segundo Arruda (1989, pp. 32-33), os estudantes paraguaios sabiam a biografia do Presidente Vargas na “ponta da língua”, mas desconheciam se seu próprio país de origem – o Paraguai – tinha presidente. Foto: Silva, 2003a, p. 177.

No início do século XX a Cia Matte Larangeira passou a investir desde o aperfeiçoamento da produção até as embalagens da erva-mate que seria exportada,

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 32.

⁴⁷ LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Unicap, 1986b, p. 63.

criou novos departamentos e setores de controle do processo de produção. Segundo Serejo⁴⁸, em 1934 a Cia possuía mais de 18.000 trabalhadores, 900 carretas, 37 lanchas, 180 embarcações auxiliares, 20 rebocadores, 55.000 cabeças de gado, 1.700 burros e 2.500 cavalos.

Em 1973, 25.000 ha da Fazenda Campanário foram vendidos para um empresário que, somando outros 25.000 ha, formou aquela que já foi a maior fazenda de soja do mundo – a Fazenda Itamarati⁴⁹. Pela imagem retirada do *Google Earth*, é possível visualizar a sede da fazenda, as áreas destinadas à preservação ambiental, a lagoa, e os campos destinados às lavouras de milho e soja.

Imagem 1: Fazenda Itamaraty – Vista parcial da sede da Fazenda (2007)

No plano direito é possível observar a Estrada MS 380, que corta a área de preservação da Fazenda Itamaraty e liga a Cidade de Ponta Porã, no sentido noroeste, à Estrada MS 156. Ao redor da sede da fazenda o solo já preparado para o plantio das lavouras de soja e milho. Fonte: *Google Earth*, 2007.

Os testemunhos do tempo da erva-mate ainda permanecem na Fazenda Itamaraty, que preserva boa parte das lembranças da época do auge da erva-mate.

⁴⁸ *Op. cit.*, p. 95-96.

⁴⁹ Cf. TEIXEIRA, Marcio Antonio. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados**. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1989, p. 45.

Foto 4: Fazenda Itamaraty – Marcenaria (2007)

Na parte central da foto funcionava a marcenaria, local onde a madeira era trabalhada e utilizada na construção da maior parte das edificações da Fazenda, como as casas dos mais de 1.500 habitantes, o escritório central e a oficina mecânica. Foto: Fábio Costa, 2007.

Foto 5: Fazenda Itamaraty – Almoxarifado (2007)

Almoxarifado onde se guardavam os documentos da Fazenda. Ao topo da foto é possível observar uma antena de televisão e cabos de energia que abasteciam a Fazenda com a rede elétrica. Foto: Fábio Costa, 2007.

Foto 6: Fazenda Itamaraty – Igreja católica (2007)

Difundir os dogmas do cristianismo em detrimento da religiosidade do povo Guarani, era importante para o desejado nacionalismo que deveria acontecer em regiões de fronteira apregoado pelo governo de Getúlio Vargas. Além de tentar coibir o uso da língua Guarani na Fazenda, os funcionários também reprimiam a prática da religiosidade dos Guarani. Sobre essa prática, Silva (2003a, p. 85) retrata: “Essa varia entre um sentimento doentio, tocando os limites do fanatismo, e hábitos grosseiros, que se não compadecem com as normas traçadas a cristãos civilizados”. Foto: Fábio Costa, 2007.

Por sua articulação política, a Cia Matte Larangeira também se beneficiou da construção de pequenos trechos de transporte rodoviário e ferroviário para o transporte de mercadorias, o que contribuiu para o aumento no fluxo migratório de trabalhadores da erva-mate e para a formação de povoados que deram origem às cidades de Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã. A própria Cia construiu uma linha férrea própria para interligar a sede da Fazenda ao rio Paraguai, que era o principal meio de escoamento de sua produção, uma vez que os maiores compradores da erva-mate brasileira eram os países da América do Sul; por ordem de importância: Argentina, Uruguai e Chile.

Foto 7: Fazenda Itamaraty – Locomotiva da fazenda (2007)

Locomotiva que transportava a erva-mate da Fazenda para o Porto Murtinho às margens do rio Paraguai – fronteira com a Bolívia. Atualmente a locomotiva está exposta para visitaço na Praça da Fazenda. Foto: Fbio Costa, 2007.

Apesar dos decretos estabelecerem a rea de explorao dos ervais da Cia Matte Laranjeira, esta no respeitou esses limites e ultrapassou em muito a rea estabelecida, atuando em todo o centro-sul do Estado. A explorao dos ervais em grandes propriedades, juntamente com as fazendas de gado, contribuiu para que a regio de domnio da erva-mate se configurasse por grandes latifndios.

A erva-mate produzida na regio era industrializada pela Cia Matte Laranjeira, mas antes de iniciar qualquer trabalho nos ervais, os trabalhadores da Cia realizavam a *monteada*, nome dado ao reconhecimento do local mais adequado para a explorao das ervas nativas e a construo do rancho *guasu*⁵⁰. Em seguida eram construdos o *tambora* e o *barbaqu* para a secagem da erva-mate. Por fim, eram feitos o moinho e o armazm que estocavam a erva-mate.

⁵⁰ Conjunto de casas, uma espcie de armazm onde se guardavam gneros alimentcios, roupas e demais provises para os trabalhadores.

Foto 8: *Tambora* – 1ª. fase da secagem da erva-mate

Para ser beneficiada a erva-mate passava por duas fases. A primeira se dava no *tambora* – grupo de tambores responsáveis pela primeira secagem da erva-mate no fogo, conhecida como “sapecada”. Após a primeira fase da secagem, a erva-mate era transferida para o *barbaquá*, onde ocorria a segunda fase da secagem. No primeiro plano da foto é possível visualizar dois tambores utilizados na primeira fase da secagem da erva. Fonte: Acervo Memória Fotográfica de Dourados, 2011.

Foto 9: *Barbaquá* - 2ª. fase da secagem da erva-mate

A segunda fase da secagem da erva-mate ocorria no *barbaquá*, uma espécie de forno que retirava a umidade restante da erva, deixando-a mais leve para ser beneficiada nos moínhos. O ponto preciso de secagem da erva-mate era determinado pela cor das folhas e pelo olhar aguçado dos *Uru's* (homens que aparecem ao centro da foto e que trabalhavam no *barbaquá*). Fonte: Silva, 2003a, p. 173.

Foto 10: Moinho – Máquina de moer a erva-mate

Após as fases de secagem, a erva-mate era transferida para o moinho onde passava por um processo de beneficiamento. No moinho a erva-mate era triturada até ficar totalmente moída, em seguida era peneirada, ensacada e conduzida para o armazém. Na parte central da foto, destaque para um tradicional moinho movido por tração animal. Fonte: Acervo Memória Fotográfica de Dourados, 2011.

Foto 11: Armazém – Local de armazenamento da erva-mate

Depois de moída e ensacada, a erva-mate era transferida para o armazém onde ficava armazenada até sua comercialização. Fonte: Acervo Memória Fotográfica de Dourados, 2011.

As relações de trabalho na Cia Matte Larangeira não eram das mais amistosas ou fáceis; o trabalho nos ervais era árduo e exigia um grande número de trabalhadores com tino para a lida; a maioria era constituída por paraguaios.

Foto 12: Transporte da erva-mate pelos trabalhadores

Na foto acima destaque para dois mineiros, nome dado aos trabalhadores que transportavam a erva-mate até o rancho *guasú* – depósito onde se armazenava a erva antes de ser secada. A erva-mate que estivesse a uma distância de aproximadamente dois quilômetros do rancho *guasú* deveria ser transportada nas costas dos mineiros que, para equilibrar o *raído* (fardo de erva-mate que pesava de 60 a 150 kg), amarravam uma tira de couro na cabeça e apoiavam uma das mãos em um galho resistente. Fonte: Acervo Memória Fotográfica de Dourados, 2011.

Foto 13: Transporte da erva-mate por caminhão

A erva-mate que estava a uma distância superior a dois km do rancho *guasú* era transportada por caminhões – representados na foto acima carregados com sacas de erva-mate em frente à Cooperativa de Produtores Mate União. Mesmo com o transporte da erva-mate sendo realizado por caminhões, a mão de obra dos mineiros não era dispensada: eles eram responsáveis pelo transporte da erva para um conjunto de pequenas casas provisórias, chamadas *ranchitos*. Só a partir daí é que a erva-mate era transportada pelos caminhões para o rancho *guasú*. Fonte: Pinto Sobrinho, 2009, p. 132.

Outro meio de transporte utilizado para o escoamento da erva-mate foi pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Construída durante as primeiras décadas do século XX, a NOB interligou Bauru (SP) a Corumbá, um importante entreposto comercial por estar margeado pelo rio Paraguai, principal via de escoamento da produção para os países latinos. Ao possibilitar essa ligação ferroviária, a Estrada de Ferro NOB ofuscou a posição de Corumbá como principal entreposto comercial regional, pois, ao interligar São Paulo-Corumbá, a Estrada de Ferro NOB também interligou Campo Grande e Três Lagoas às cidades paulistas, convertendo-as, no transcorrer das décadas seguintes, nos principais centros de convergência do gado comercializado com o mercado paulista, mais precisamente com os frigoríficos de Araçatuba, Andradina e Barretos⁵¹.

⁵¹ ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato-Grossense - contexto, propósitos e contradições**. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2001, p. 51.

Falar da ferrovia é trazer à tona o fascínio que o advento de uma estrada de ferro proporciona por onde passa; dos 1.273 km da NOB, 800 km destinaram-se à parte meridional do Estado de Mato Grosso.

Nessa época, as ferrovias costumavam ser saudadas como privilegiados portadores do “progresso”, meios quase mágicos pelos quais a “civilização” seria levada até aos mais distantes “sertões”, isto é, aos territórios onde imperavam o atraso, a “barbárie”⁵².

O avanço da Estrada de Ferro NOB demonstrou os interesses políticos em ampliar o comércio não só com o sudeste, mas também com os países da Bacia do Prata. É o que relata Queiroz⁵³:

Se nesse segmento, portanto, destacam-se as transformações econômicas induzidas pela NOB, no trecho sul-mato-grossense, por outro lado, o que se acentua é o caráter estratégico da ferrovia, dirigida às fronteiras, parte de uma possível transcontinental, meio de atração dos vizinhos sem saída para o mar – destinada, enfim a fazer face, no extremo sudoeste do Brasil, ao comércio associado aos rios e aos interesses argentinos.

O traçado original da ferrovia previa interligar São Paulo a Cuiabá, centro administrativo do Estado, mas os interesses de grupos estrangeiros que financiaram parte da construção da Estrada de Ferro NOB, fizeram com que seu traçado fosse alterado em 1908, cujo ponto final previsto para Cuiabá passou para Corumbá, abrindo margem para uma maior exploração econômica do sul do Estado. Sua construção deu-se ao longo das primeiras décadas do século XX, com o primeiro trecho concluído em 1914, ligando Bauru a Porto Esperança. Em 1938, no governo Vargas, iniciou-se a construção do traçado de Campo Grande a Ponta Porã, que teve o primeiro traçado concluso em 1944 e o último em 1953⁵⁴.

Muitos povoados cresceram ao longo da Estrada de Ferro NOB, aumentando o fluxo de pessoas e mercadorias estimulado pelo crescimento da atividade pastoril. Até meados do século XX, consolidaram-se no eixo da ferrovia as cidades: Água Clara, Aquidauana, Campo Grande, Maracaju, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo,

⁵² Queiroz, *op. cit.*, 2004, p. 23.

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 25.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, pp. 65-67.

Terenos e Três Lagoas⁵⁵. Para Corrêa Filho, a Estrada de Ferro NOB trouxe um contingente de imigrantes “constituída não somente de paulistas, mas também de estrangeiros, que se internam além do Paraná”⁵⁶. Dos imigrantes estrangeiros estabelecidos no Estado de Mato Grosso até o ano de 1940, a maioria veio dos países da América do Sul (17.216), seguidos de japoneses (1.105) e portugueses (910). Quanto à imigração interna, o destaque foi para os baianos (15.482), goianos (11.115), mineiros (8.960), gaúchos (8.187) e paulistas (7.413)⁵⁷.

⁵⁵ Abreu, *op. cit.*, p. 53.

⁵⁶ Corrêa Filho, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 113.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, pp. 113-114.

Mapa 14: Sul do Estado de Mato Grosso - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1908-1953)

Apesar da ideia de que a ferrovia seria a grande dinamizadora do transporte do gado para os Estados do sudeste, não foi o que se verificou na região atendida pela NOB, pois ainda predominou o transporte do gado a pé em comitivas para o oeste paulista e para o Triângulo Mineiro. Era necessário relativizar o papel da ferrovia como agente de transformação dessa região, “a sua construção ratificou

uma economia já existente, que se voltava para exportação e que estava internamente calcada na existência de grandes fazendas de criação de gado [...]”⁵⁸.

Mas qual o verdadeiro significado econômico da Estrada de Ferro NOB para o sul do Estado de Mato Grosso? Para Queiroz⁵⁹, a NOB teve diferente papel para cada uma das principais atividades econômicas regional: pecuária bovina, indústria do charque e erva-mate.

Para a pecuária bovina, o autor concluiu que a Estrada de Ferro não apresentou significativas mudanças no transporte de gado: “[...] grande parte do gado exportado por Mato Grosso, mesmo depois da construção da Noroeste, continuam a deixar o Estado a pé, no velho sistema das morosas boiadas”⁶⁰. O aumento no transporte do gado pela Estrada de Ferro NOB ocorreu mais no trecho da ferrovia que se encontrava no Estado de São Paulo, onde se concentravam os frigoríficos paulistas. Era comum aos criadores de gado venderem o gado magro para os invernistas paulistas fazerem a engorda.

Se a ferrovia não imprimiu profundas mudanças no transporte do gado a pé, o mesmo não pode ser dito a respeito do transporte do charque. A presença da ferrovia contribuiu para a criação das charqueadas, que se concentraram ou às margens dos rios ou próximo da Estrada de Ferro NOB, principalmente no trecho que ligava Três Lagoas a Miranda. Para Corrêa Filho⁶¹, mesmo com a isenção de imposto para o charque desde 1873, o crescimento das charqueadas só foi possível graças à facilidade do transporte pela ferrovia.

No final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a erva-mate foi a atividade econômica que mais conferiu receita aos cofres públicos do Estado de Mato Grosso. Entre as principais atividades econômicas da região (gado, charque e erva-mate), a erva-mate foi a que mais utilizou o transporte ferroviário. A própria Cia Matte Larangeira tinha sua própria linha férrea, um pequeno trecho que ligava a sede da Cia no município de Ponta Porã até Porto Murtinho.

Boa parte da erva-mate produzida na região era transportada de caminhão para Campo Grande e depois pela Estrada de Ferro NOB, sentido Porto Murtinho.

⁵⁸ Abreu, *op. cit.*, p. 55.

⁵⁹ *Op. cit.*, 2004, pp. 394-421.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 404.

⁶¹ *Op. cit.*, 1969, p. 690.

“Com efeito, já em 1930, consta no relatório do presidente do Estado importante informação, dando conta do vulto da exportação de erva-mate através da NOB”⁶². No início do século XX, a Cia Matte Larangeira mudou a rota de exportação da erva-mate, que deixou de ser transportada pelo rio Paraguai e passou a ser transportada pelo rio Paraná. Para que isso ocorresse, a Cia construiu mais 65 km de ferrovia em Guaíra, na fronteira com o Estado do Paraná. A mudança da rota de exportação deu-se pelo esgotamento dos ervaais próximos a Porto Murtinho.

A ampliação da Estrada de Ferro NOB não teve apenas propósitos econômicos, mas também políticos – o de segurança nacional, uma vez que, pelo rio Paraguai, estrangeiros e invasores poderiam ter acesso ao Estado de Mato Grosso; sem dizer que boa parte dos proprietários das terras localizadas nas zonas fronteiriças já eram estrangeiros. Acrescenta-se ainda a relevância geopolítica de interligar São Paulo a Corumbá, que, pela deficiência de ligação desse importante entreposto comercial com os demais Estados do país, negociava diretamente com o mercado externo, pondo em risco os interesses nacionais.

Durante todo o período de exploração da pecuária bovina e da erva-mate, o governo federal, com objetivo de integrar essa região com o sudeste e de ampliar as transações comerciais com os países platinos, ampliou a Estrada de Ferro NOB do Estado de São Paulo para o sul de Mato Grosso, possibilitando maior circulação de pessoas, produtos e serviços.

Mas em terras de ervaais nem tudo eram glórias. Para impor seu domínio sobre a produção e comercialização da erva-mate, a Cia Matte Larangeira fez uso da força e da repressão àqueles que ameaçassem seu império, inibindo definitivamente o interesse de qualquer um que se aventurasse em desenvolver qualquer atividade econômica sem sua “benção”. Luta, sangue e morte eram o preço que se poderia pagar aos que enfrentassem a Cia Matte Larangeira.

Para termos ideia do poder que a Cia Matte Larangeira exercia na região, uma das cláusulas que regulamentava a instalação de pessoas na área do arrendamento foi alterada: a autorização, que era pública, passou em 1893 (um ano após o Banco do Rio e Mato Grosso fundir-se a Cia Matte Larangeira) a ser

⁶² Queiroz, *op. cit.*, 2004, p. 420.

concedida pela própria Cia. Uma mudança de responsabilidade do público para o privado:

A autoridade pública perde, para a Companhia, a capacidade de autorizar a instalação de pessoas sobre terras devolutas. A empresa conquista o poder de polícia e vigilância sobre todas as terras do contrato. Passa a contar também com a possibilidade de “legislar” ou “conceder” direitos aos outros. A defesa da propriedade, através de “violência legítima”, deixa de ser exclusividade do Estado⁶³.

Como se não bastasse o direito de exercer o poder de polícia, a Cia Matte Larangeira conseguiu a concessão na cobrança dos impostos pela exportação da erva-mate em todo o território que atuava; eis por que Gilmar Arruda afirmar que a Cia constituiu-se num Estado dentro do Estado⁶⁴; até no território paraguaio ela impunha seu domínio para explorar a erva-mate.

A disciplina era imposta de forma severa; afinal, os paraguaios e índios que trabalhavam nos ervais eram tidos como homens indomáveis e agressivos⁶⁵. Os trabalhadores não podiam utilizar qualquer tipo de arma ou jogos. As bebidas alcoólicas só eram permitidas em dias de baile, onde bebiam e festejavam com suas mulheres ou com prostitutas contratadas pela Cia Matte Larangeira. O intuito era minimizar a tensão dos trabalhadores, além de aumentar seus gastos, fazendo com que eles tivessem maior dificuldade de se livrar do poder da Cia.

Aos que tentassem fugir sem pagar suas dívidas⁶⁶, a punição era severa. Práticas escravistas com o uso do *teyu-rugway* (chicote de rabo de lagarto) e *mboroby-pirê* (chicote de couro de anta) eram utilizadas naqueles capturados pelos

⁶³ Arruda, *op. cit.*, p. 44.

⁶⁴ Em seu trabalho, Gilmar Arruda, *op. cit.*, pp. 37-65, faz uma discussão das relações de poder que se estabeleceram entre o público e o privado nas terras dos ervais com o uso da máquina pública para aumentar o poder do privado, o que acarretou no monopólio dos arrendamentos das terras devolutas, esvaziamento da administração pública, beneficiamento do capital privado em detrimento do benefício social, dominação e submissão dos trabalhadores e moradores dos ervais por parte da empresa e incorporação de atividades da função pública como inerentes da iniciativa privada.

⁶⁵ Em 2000 o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com apoio do Banco do Brasil, realizou dezenas de entrevistas para sistematizar as histórias de ex-trabalhadores dos ervais no sul do Estado de Mato Grosso. Essas entrevistas apresentam ricas informações à compreensão da historiografia regional e estão disponíveis no livro: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais**. Campo Grande: Gráfica do DSP/MS, 2000.

⁶⁶ Para poder ir embora sem ter problemas com a Cia Matte Larangeira, alguns trabalhadores deixavam sua esposa para outro trabalhador que assumia sua dívida.

comitiveiros⁶⁷. Sobre os chicotes, Donato retrata: “Um corta fino e fundo, coisa aí para um mês de febre e dor. O outro não faz sangue - arreventa até os ossos – mas não faz sangue”⁶⁸.

Mesmo com o monopólio de exploração dos ervais, a Cia Matte Larangeira permitiu que alguns pequenos produtores cultivassem erva-mate nas terras que estavam sob seu domínio. A produção desses pequenos produtores, que só podiam vender a erva-mate para a própria Cia pelo preço estipulado por ela, não representava ameaça ao seu império; ao contrário, ajudava a manter o compromisso que a Cia tinha firmado com os compradores.

A atuação da Cia foi decisiva para que o território em que a mesma detinha o monopólio de exploração da erva-mate se configurasse com base na grande propriedade rural. A presença de alguns pequenos produtores em terras dos ervais não foi suficiente para que se alterasse a configuração regional pautada na grande propriedade rural.

Controlar as relações no campo e a exploração da erva-mate não era suficiente para garantir o poder e a “ordem”. Era preciso dominar e impor a disciplina em toda a região de domínio dos ervais, e isso incluía o espaço urbano e as terras do país vizinho – o Paraguai, onde a Cia também tinha concessão de exploração dos ervais.

Em 1898, o jornal paraguaio *El Pueblo* publicou uma carta dos moradores paraguaios que viviam próximos do atual município de Ponta Porã – Brasil, dirigida ao Ministro do Interior do Paraguai, onde foram feitas denúncias da ação repressiva da Cia Matte Larangeira aos moradores da zona urbana, que foram coagidos a assinar um contrato de aluguel de seus estabelecimentos com a Cia. Como a Cia Matte Larangeira também detinha a concessão para a exploração dos ervais no território paraguaio, o desenvolvimento de qualquer atividade em terras de sua concessão era condicionado a sua autorização. Com base nessa premissa, a Cia passou a atuar nos núcleos urbanos exigindo que os moradores e comerciantes pagassem aluguel ou parassem de desenvolver suas atividades. Segundo relato da carta escrita pelos moradores paraguaios, a Cia pretendia um “arrendamento mensal por cada casa que ocupamos, sendo estas em maior parte, casas de negócios, além

⁶⁷ Grupo de homens armados mantidos pela Cia Matte Larangeira para capturar fugitivos.

⁶⁸ *Apud* Arruda, *op. cit.*, p. 157.

deste pagamento ficariam os sujeitos a estar sob as ordens gerais do encarregado da Companhia, o que não nos parece justo nem aceitável”⁶⁹.

O desenvolvimento da pecuária e do extrativismo da erva-mate numa região de sucessivos conflitos e mortes representou uma oportunidade para o estabelecimento de um novo eixo produtivo desvinculado da capital Cuiabá, acentuando ainda mais o isolamento do sul em relação ao norte da Província.

Esse quadro só foi alterado em meados de 1930, além das migrações dos sulistas para a região e dos conflitos que aí se sucederam, houve o despertar da Argentina para a concorrência com os ervais brasileiros. As ideias de parcelamento das terras da Cia Matte Larangeira cresceram acompanhando o próprio crescimento da Cia. Foi um período marcado por discussões a respeito de sua atuação e da necessidade de extinguir seu monopólio para que outros produtores e atividades se desenvolvessem.

Segundo diagnóstico da estrutura fundiária do sul do Estado de Mato Grosso realizada por Carneiro⁷⁰, dos 250.000 habitantes que residiam no sul do Estado no ano de 1936, apenas 2.500 (1%) eram proprietários de terras. Nesse mesmo ano, o município de Ponta Porã tinha 40.000 habitantes numa extensão territorial de 50.000 Km², mas apenas 0,5% da população era proprietária de suas terras, o que revela a forte concentração de terras no município. “Além de impedir a entrada de posseiros em seus domínios, a Companhia atuava como tampão para a subida de migrantes oriundos do sul do país”⁷¹.

O golpe final que desestruturou definitivamente o poder da Cia Matte Larangeira foi a campanha Marcha para o Oeste do governo Vargas de 1937, que visou ocupar o território brasileiro nos chamados vazios demográficos. A política de Vargas para nacionalizar a fronteira caracterizada pela pequena propriedade familiar e a nova Constituição de 1937, que proibia o arrendamento de grandes propriedades em região de fronteira, foram decisivas para desestruturar a Cia – configurava-se a queda do império da Cia Matte Larangeira e a ascensão dos pequenos produtores com uso da mão de obra familiar.

⁶⁹ *El Pueblo*, apud Arruda, *op. cit.*, p. 47.

⁷⁰ Apud Arruda, *op. cit.*, p. 75.

⁷¹ Lenharo, *op. cit.*, 1986b, p. 64.

3. A integração da região das Colônias Agrícolas à economia nacional (1930-1956)

Mapa 15: Área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1956). (Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados, 2011.)

Nem tudo pode ser entendido, das aparências assim como as essências, são persistentes e enganosas, e o real nem sempre pode ser captado, mesmo numa linguagem extraordinária. Mas isso torna o desafio mais instigante, especialmente quando, vez por outra, tem-se a oportunidade de decompor tudo e reconstruir o contexto.

(Edward Soja. Geografias pós-moderna, p. 299)

Criadas no governo de Getúlio Vargas, as Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) possibilitaram a ocupação das regiões atingidas por esse projeto de colonização caracterizado pela reestruturação do território em pequenas propriedades, consolidando uma produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado regional e nacional. Das oito colônias agrícolas criadas pelo governo Vargas, este capítulo analisa a única que teve como objetivo garantir a integridade da fronteira e a integração da região de Dourados à economia nacional, denominada Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

No início do século XX, as principais atividades econômicas do país eram mais vinculadas com o mercado externo do que com o mercado interno, configurando um território nacional desarticulado, pouco integrado internamente e constituído por complexos regionais exportadores. Mas a crise de 1929 rompeu as formas de acumulação assentada na economia agroexportadora a favor de um crescimento endógeno e de um mercado interno integrado, orientado para o crescimento industrial.

Para superar essa crise, o governo Vargas idealizou uma política de investimentos no setor industrial e na produção agrícola, sendo esta a base da economia nacional. Para tanto, adotou medidas protecionistas que incentivassem a indústria nacional e conduzisse a produção do campo aos interesses industriais. A massa de desempregados que engrossava as grandes cidades aumentavam as tensões e a pressão sobre o governo; eram necessárias mudanças de ordem político-econômicas que alterassem os problemas da sociedade brasileira, como: miséria, êxodo rural, violência, desemprego, desordem produtiva, etc. No dizer de Lenharo⁷², “a criação da brasilidade repousava, pois, numa nova proposta que combinava colonização e industrialização”.

Em discurso proferido na cidade de Goiânia (GO) em agosto de 1940, o presidente Getúlio Vargas deixou explícito seu ideal de integrar o território nacional e de superar a dicotomia do território que se encontrava dividido em duas partes distintas: uma que produzia e exportava – região sujeito; e a outra que comprava e vendia matéria-prima – região objeto. Assim, “cabia, através do imperialismo interno,

⁷² *Op. cit.*, 1986b, p. 23.

fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental”⁷³.

A concepção de “imperialismo interno” perpassava a ideia de que a fronteira econômica do país deveria avançar e coincidir com a fronteira política, o que se daria pela:

- integração das regiões de baixa densidade demográfica ao circuito produtivo nacional;
- reorganização das relações sociais das diferentes regiões do país;
- formação de um mercado de produção e de consumo.

“O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país”⁷⁴. O referido imperialismo encontrou apoio em parcelas da sociedade que viram nas ações interventoras do Estado e na reestruturação do aparelho estatal uma expectativa de superação da crise e de emergência econômica da sociedade. As ações centralizadoras do governo Vargas foram conduzidas para atender a duas grandes premissas: integração do mercado (o que exigia um reordenamento populacional e a criação de infraestrutura básica de produção e transporte) e desenvolvimento da indústria de consumo.

Para a historiadora Benícia de Oliveira, as estratégias utilizadas pelo governo Vargas não se resumiam em solucionar os problemas das cidades; eram antes um projeto político que visava desenvolver o capitalismo no Brasil, “projeto este que, na prática, atendia muito mais à classe industrial ascendente do que aos trabalhadores que, nos discursos de Vargas, eram tratados como o centro das atenções”⁷⁵. Na visão da autora, o real interesse do governo era o de reordenar o capitalismo no país. Essa afirmativa se sustenta no próprio discurso de Vargas proferido no dia 1 de maio de 1941:

⁷³ Vargas, *apud* Lenharo, *op. cit.*, 1986b, p. 24.

⁷⁴ Vargas, *apud* COSTA, Julio César Zorzenon. **Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2007, p. 93.

⁷⁵ OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. São Paulo: UNESP-Assis. Dissertação de Mestrado, 1999, pp. 39-40.

É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola⁷⁶. (grifo nosso).

A expansão da fronteira econômica do país e a formação de um mercado nacional estavam articuladas com a necessidade do capital: industrialização. Aumentar a indústria do consumo atendia aos interesses do Estado e da iniciativa privada, pois aumentava-se a acumulação de capital fundamental para a unificação do mercado nacional. O desenvolvimento econômico brasileiro que se processou após a crise de 1929 entrou numa nova fase, não mais pautado exclusivamente pelas atividades agroexportadoras, mas pela indústria e pela integração do mercado interno.

Nesse contexto, o sudeste brasileiro, em especial o Estado de São Paulo, assumiu a partir de 1930 o papel de centro hegemônico do capital industrial, interferindo na função das demais regiões do território nacional num processo de complementaridade inter-regional condizente com a lógica de reprodução do capital.

A baixa integração entre as diversas regiões do Brasil, com precárias condições de transporte e de comunicação; a escassa dinâmica regional; a concentração fundiária e de investimentos no sudeste e a rigidez tecnológica fizeram com que, pelo menos até a crise de 1929, as economias regionais existissem sem grandes ameaças de competição, o que contribuiu para a formação de verdadeiras “ilhas” econômicas no território nacional, com baixa integração inter-regional e com a formação de uma estrutura produtiva hierarquizada, preocupada, principalmente, com o mercado externo⁷⁷.

Com o aumento da concentração industrial e com uma agricultura mais diversificada, o Estado de São Paulo se destacou das demais regiões do Brasil no final do século XIX e início do século XX. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) provocou crise no comércio exterior, diminuindo tanto a exportação como a importação nacional, fase em que São Paulo se despontou no cenário nacional

⁷⁶ Vargas, *apud* Lenharo, *op. cit.*, 1986b, p. 19.

⁷⁷ CANO, Wilson; GUIMARÃES NETO, Leonardo. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. **Pensamiento Iberoamericano**, n.º. 10. Madri: Instituto de Cooperation Iberoamericana, 1986, p. 177.

como o Estado que obtinha as melhores condições de abastecimento do mercado interno.

O lucro que São Paulo obteve no período de crise, conferindo-lhe aumento real na acumulação industrial, proporcionou vantagens competitivas para uma integração inter-regional no período de recuperação econômica e de extensa abertura do comércio exterior na década de 20.

Tabela 3: Estado de São Paulo - Exportações totais para o exterior e para os demais Estados brasileiros (1900-1960)

Período	Para o exterior (%)	Para o resto do País (%)
1900-1910	85	15
1910-1920	75	25
1920-1930	50	50
1960	16	84

Fonte: Cano; Guimarães Neto, 1986, p. 178.

O período subsequente à crise de 1929, quando o Estado de São Paulo assume a liderança no processo de industrialização nacional, foi caracterizado por Wilson Cano⁷⁸ como de Industrialização Restringida (1930-1956). Para o autor, essa fase se caracterizou por uma relativa dependência do setor agroexportador para determinar a capacidade de importação do mercado nacional e com uma restrita produção de bens de produção. Mesmo assim, não é possível atribuir ao sistema primário-exportador o modelo de acumulação pós-crise de 1929; foi a indústria que determinou a acumulação capitalista.

As mudanças que se processaram a partir de 1929 não provocaram apenas o deslocamento do eixo de acumulação do setor agroexportador para o industrial, pois a limitação às importações, ocorrida pela desarticulação do comércio externo, obrigou o aumento da complementaridade inter-regional, onde as regiões menos industrializadas (periferia) comprariam produtos manufaturados de São Paulo (centro) e este importaria matéria-prima daquele. “Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia nada mais restava do que se ajustar a uma função complementar da economia de São Paulo”⁷⁹.

⁷⁸ CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2007, pp. 71-79.

⁷⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 61.

Nessa fase, as regiões próximas do Estado de São Paulo, como Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná, estavam mais predispostas a receberem os impactos positivos da integração - seriam as regiões de avanço da fronteira agrícola. Não foi a condição da baixa densidade demográfica que possibilitou a essas regiões uma maior proximidade econômica com São Paulo, mas o fato de terem melhores condições de assimilar o impacto do crescimento emanado a partir daquele Estado, com uma integração via agropecuária⁸⁰.

Para que a integração nacional ocorresse, o governo adotou algumas medidas de estímulo ao deslocamento populacional como ação indispensável para a integração de mercado. Esse deslocamento forneceu a mão de obra trabalhadora e os consumidores necessários para o avanço da indústria, formando não só um mercado de consumo, mas aquilo que Júlio Costa chama de “mercado nacional de trabalho, qualitativamente diferente, associado às novas exigências do desenvolvimento industrial”⁸¹.

Além do estímulo ao deslocamento populacional, era necessário criar mecanismos para que o problema da desintegração física entre as diversas regiões do país, que contribuía para a manutenção dos “arquipélagos” econômicos, fosse sanado. A saída foi ampliar as redes de transporte.

A integração do mercado nacional, sustentada por uma política de industrialização, levou o governo a adotar medidas protecionistas por meio de tarifas e tributos, uma alternativa para que os produtos nacionais concorressem com os produtos estrangeiros. Para articular a integração do mercado nacional, o governo também eliminou impostos e taxas interestaduais e investiu na melhoria dos meios de transportes.

A incorporação de novas regiões ao circuito produtivo nacional, que se efetivou pela política colonizadora orientada para a formação de um mercado nacional integrado aos centros dinâmicos da economia nacional, trouxe à tona os discursos em torno da integridade nacional.

⁸⁰ SILVA, Walter Guedes. A industrialização do Estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do Centro-Oeste brasileiro: Uma análise do período de 1930 a 1970. **Anais do XIX ENGA**. São Paulo: FFLCH-USP, 2009, p. 12.

⁸¹ Costa, *op. cit.*, p. 33.

A ampliação do mercado, por sua vez, implicava a necessidade de se transformar as frentes de expansão em regiões produtoras e consumidoras de mercadorias, anexando-as ao desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, de se coordenar esses movimentos de maneira que permitissem a conquista de novas áreas, incorporando-as definitivamente ao mercado nacional. O tamanho do mercado interno nacional, por isso, indicava a preocupação com a integridade do território e, conseqüentemente, com a defesa e a segurança nacional. Tais elementos impuseram às políticas colonizadoras uma importância fundamental⁸².

A integração do mercado interno brasileiro amparado pela redistribuição da população era indispensável para o crescimento do modelo capitalista sustentado pela indústria de bens de consumo, o que garantiria a formação de um mercado de produção e de consumo, com oferta de matéria-prima para a indústria e de alimentos para os centros urbanos, além da formação de núcleos consumidores dos produtos industriais produzidos no próprio país, principalmente no Estado de São Paulo.

Para sanar os problemas do desemprego de centros urbanos como do nordeste, o governo Vargas incentivou a migração da população localizada nas regiões consideradas críticas, como o nordeste, para os chamados vazios demográficos que deveriam ser ocupados, como o centro-oeste. O incentivo à migração era uma alternativa que atenuaria os conflitos gerados pela pressão populacional existente nas cidades, geraria empregos, ocuparia as áreas de fronteira por brasileiros, dinamizaria a produção agrícola e formaria um mercado de consumo dos produtos industriais.

O retorno dos desempregados da cidade para o campo, fruto do êxodo rural, era uma das propostas de Vargas: “O proletariado das cidades aumentou desproporcionadamente [...]. Cumpre-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a ele são muitos, mas o rumo, um só: o retorno aos campos”⁸³.

A retirada dos migrantes do campo que estavam nas cidades era fundamental para o estabelecimento da ordem desejada pelo governo, esvaziando as tensões sociais das cidades superlotadas de desempregados do campo. A política migratória tornou-se parte integrante das estratégias do governo para reordenar o capitalismo

⁸² *Idem, ibidem*, p. 57.

⁸³ Vargas, *apud* Oliveira, *op. cit.*, 1999, p. 49.

no país, que também se defrontava com o crescimento dos imigrantes estrangeiros, aumentando a pressão por empregos nas cidades.

Em 1931, o governo federal estipulou que pelo menos 2/3 dos empregos do país fossem destinados aos trabalhadores brasileiros. Essa medida atingiu em cheio os ideais da Cia Matte Larangeira, pois a maioria de seus trabalhadores era constituída de paraguaios. Para resolver tal impasse, a Cia teve a colaboração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e “recrutou trabalhadores desempregados nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro”⁸⁴.

A crítica à imigração de estrangeiros, que até pouco tempo era vista como aspecto positivo para a economia nacional, repousava na necessidade de construir a nacionalidade brasileira, sem a qual não se garantiria a integração nacional. É importante destacar que a nacionalidade do governo Vargas não se repousava na presença de qualquer brasileiro em regiões de fronteira; índios e descendentes de negros não faziam parte desse quadro; a nacionalidade foi orientada para o capital e não para o homem. A respeito dos brasileiros que deveriam povoar as regiões colonizadas, Vargas relata:

É preciso agrupá-los, instituindo colônias agrícolas [...]; incutindo-lhes hábitos de atividade e economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção⁸⁵. (grifo nosso).

De acordo com Júlio Costa, o governo Vargas adotou medidas consideradas fundamentais para “a correta expressão do nacionalismo e a construção da nacionalidade brasileira”⁸⁶, que eram: superar o atraso e o abandono do trabalhador do campo e das grandes propriedades rurais improdutivas ou subaproveitadas, padronizar as relações sociais de produção e as características culturais como língua e costumes⁸⁷.

Ao redistribuir a população dos grandes centros para expandir a fronteira econômica do país, o Estado assumiu o papel de construtor do novo trabalhador

⁸⁴ Arruda, *op. cit.*, p. 22.

⁸⁵ Vargas, *apud* Costa, *op. cit.*, pp. 87-88.

⁸⁶ Costa, *op. cit.*, p. 86.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 86.

nacional, que apoiado em discursos nacionalistas propagados pela mídia e por uma legislação trabalhista imprimiu uma forte ideologia populista.

O incentivo à migração desarticulou os movimentos oposicionistas do governo, consolidou a fronteira nacional e inseriu dezenas de milhares de trabalhadores ao circuito produtivo nacional. Tal inserção deu-se com forte atuação do Estado que criou, em 1933, o Departamento Nacional de Trabalho (DNT) e, em 1938, o Conselho de Colonização e Imigração (CIC), que tiveram o objetivo de reordenar os trabalhadores e estabelecer uma política de ocupação do território.

Ao redistribuir a população desempregada do país, o DNT garantiu o controle sobre parte dos trabalhadores e a reprodução do capital assentada na pequena propriedade rural. Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) foram criados mais de 30 órgãos públicos (ministério, departamento, conselho, comissão, entre outros) destinados a orientar o desenvolvimento capitalista assentado na indústria nacional e na integração da economia nacional.

As regiões destinadas a receberem o fluxo migratório da política de redistribuição da população estavam inseridas num contexto político que garantiam a posse do território, a segurança da fronteira e a integração produtiva do país. O Golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo, consolidou esse ideal do governo Vargas em reordenar a ocupação do território e reconstruir a nação, que será aqui analisado pela campanha Marcha para o Oeste.

3.1. A campanha Marcha para o Oeste e a Colônia Agrícola Nacional

A ideia de difundir um novo Brasil em meio às dificuldades econômicas da sociedade, com um Estado que trabalhava em prol do bem estar comum, teve muito êxito entre os milhões de desempregados. Reconhecer e apresentar alternativas para os problemas sociais que se manifestavam de forma latente nas cidades, pautados na distribuição de terras e no apoio aos pequenos produtores familiares brasileiros, foi a alternativa do Estado Novo, que teve nas CANs o pilar de sustentação da Marcha para o Oeste.

Com discurso nacionalista e com ideais de integração nacional, o governo Vargas instituiu, em 1937, a campanha Marcha para o Oeste, desencadeando um processo de ocupação do chamado vazio demográfico com desenvolvimento

econômico regional e incentivo ao consumo dos produtos industriais. “A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros”⁸⁸.

Em meio ao autoritarismo do Estado Novo surge a política desenvolvimentista, denominada “Marcha para o Oeste”, que tinha como objetivo ocupar os espaços considerados vazios, povoar as regiões fronteiriças do país, e promover a integração dos estados brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste do país. É importante resaltar que a Marcha para o Oeste tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras, através da expansão agrícola e da colonização do interior. Tinha-se em vista a segurança nacional e a ocupação estratégica das fronteiras⁸⁹.

O apelo ao patriotismo e ao nacionalismo econômico para a construção da nação marcou o governo Vargas que se utilizou da mídia para convocar os trabalhadores à conquista do território nacional. Tal conquista se efetivaria por meio da política migratória e colonizadora condizente com a necessidade de integração territorial e de industrialização.

O projeto de colonização vinculado à ideia de integridade e segurança territorial expressava o compromisso do Estado de expandir a lógica de acumulação capitalista nacional. As ações do governo tinham propósitos claros: “urgia unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção, tanto agrícola quanto industrial, cada vez mais”⁹⁰.

Todavia, sob uma análise mais atenta, percebemos o esboço da política de colonização do Estado Novo, qual seja: desestruturar o latifúndio tradicional, apoiar a pequena propriedade produtiva, superar a velha ordem latifundiária, de modo que ela, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do País exigia, forçando, dessa maneira, a transformação agrária através de dispositivos peculiarmente orientados para tal finalidade⁹¹.

A criação das CANs possibilitou uma ocupação regional configurada pelas pequenas propriedades rurais. Essas colônias foram pensadas no contexto de

⁸⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 69.

⁸⁹ NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dourados: UFGD, 2007, p. 27.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 23.

⁹¹ Oliveira, *op. cit.*, 1999, pp. 75-76.

integração das regiões atingidas por esse projeto ao circuito produtivo nacional, convertendo os novos produtores oriundos de diversas partes do Brasil em consumidores da indústria nacional. Com uma produção diversificada, os pequenos produtores foram integrados por uma dinâmica produtiva que subordinou o campo à cidade, tendo sua produção e consumo pautados pela dinâmica do urbano. As CANS foram sinônimo de expansão e integração de mercado.

As CANS alteraram a configuração do território regional; parte da região de domínio da erva-mate analisada no capítulo anterior sofreu profundas mudanças sócio-territoriais com a presença dos pequenos produtores, frutos dos projetos de colonização públicos e privados. Esses projetos contribuíram para o reordenamento territorial, fazendo com que aquele recorte geográfico com predomínio das tradicionais atividades da pecuária bovina e do extrativismo da erva-mate não mais se mantivesse. Configurou-se um novo recorte geográfico que chamamos de região das Colônias Agrícolas, amparado pela nova ordem capitalista vigente manifestada pela necessidade de integração dessa região ao mercado nacional.

Mapa 16: Sul do Estado de Mato Grosso - Região das Colônias Agrícolas (1943-1956)

Apesar das colônias não terem reconfigurado todo o território delimitado no mapa acima, a presença delas alteraram significativamente as relações sociais da região, imprimindo uma nova organização social pautada na diversificação agrícola e no intercâmbio comercial com outras regiões do país.

Na região das Colônias Agrícolas a vinda dos imigrantes deparou-se com um agente nativo: os índios, que foram expropriados de suas terras, escravizados e mortos. A visão que o Estado tinha dos Guarani era a de que esse povo era culturalmente inferior e sua presença era considerada um obstáculo a ser superado. Para os índios restavam duas alternativas: viverem confinados em áreas que o governo assim decidisse ou lutar pela terra. Para qualquer saída o preço era alto: aculturação, discriminação, violência e miséria.

O povo Guarani não estabeleceu território fixo na região das CANs, pois a relação desse povo com o território é constituída com base no coletivo, concepção que difere dos valores constituídos com base na propriedade privada. Por isso vagavam por todo o sul do Estado de Mato Grosso, inclusive no território paraguaio.

A necessidade do governo Vargas em nacionalizar a fronteira com o Paraguai expressava-se, inclusive, na preocupação que se tinha com a língua falada na região – o guarani. Para o juiz de direito e escritor José de Melo e Silva⁹², o uso do guarani dificultava o estabelecimento de um espírito nacional na fronteira – um erro imperdoável que feria a dignidade do país. Se os índios não entendiam o português era porque, na visão do autor, não se esforçam, pois eram sagazes e espertos.

Não aprendem a língua portuguesa, nem para isso fazem qualquer esforço. É lastimável que nós, os brasileiros, nos mostremos pouco ciosos pelo emprego regular de nossa língua em toda extensão daquelas fronteiras e em nosso trato com os paraguaios. Não vemos como justificar essa insistência de um grande número utilizando vocábulos castelhanos em um criminoso esforço para o afeamento do idioma nacional. É vulgar entre brasileiros a saudação *buenos días* [...], em uma ostentação singularíssima, e até ridícula⁹³.

As cerimônias do povo guarani eram ricas em detalhes e simbologias, com rituais alegres, festivos, regados de danças e bebidas. Tanta alegria incomodou autoridades regionais e membros do Estado, pois, na visão deles, a conjuntura política nacional exigia esforços de todos para a construção da nacionalidade

⁹² Em 1937, José Melo e Silva, estadista que comungava os ideais do governo Vargas, foi juiz de direito da comarca de Ponta Porã – fronteira com o Paraguai. Dentre suas ações como juiz de direito, sua excelência defendia aquilo que considerava como sendo o costume nacional: a língua portuguesa e a crença cristã.

⁹³ SILVA, José de Melo e. **Fronteiras Guaranis**: a trajetória da nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai. 2ª. edição. Campo Grande: IHGMS, 2003b, p. 82.

brasileira que, na visão das autoridades locais, não coadunava com tanto desperdício de tempo em função de festas.

Uma das características da raça guarani é sua constante alegria. É alegre até para o luto. Passa do pranto ao riso, do fúnebre ao festivo, sem um hiato, com uma naturalidade chocante. E talvez por isso que Cecílio Baez afirmou que não têm sensibilidade moral. Às vezes queremos supor que os guaranis ou descendentes, cujo sangue não experimentou uma certa reversão modificadora, se assinalem por aquela versatilidade que o monsenhor Pedro Anísio descobre na mente infantil, em que não perduram, sequer, as atitudes passionais⁹⁴. (grifo nosso).

O autor busca uma explicação para aquilo que ele chama de espírito “não evoluído” do indígena, afirmando que uma possível causa da “mente infantil” dos índios poderia estar no que o autor chama de raça “cujo sangue não experimentou uma certa reversão modificadora”⁹⁵. O próprio autor também afirma que tal infantilidade não é condizente “com a inteligência maliciosa do guarani fronteiriço, em cujo seio abundam os alarifes”⁹⁶, sendo coisa rara encontrar-se entre eles a ingenuidade do caipira, nordestino, paulista ou mineiro⁹⁷.

Essa cultura de festividade e de alegria era vista pelas autoridades locais, que tanto queriam difundir o espírito da nacionalidade na fronteira, como perda de tempo – ócio desnecessário. Como se não bastasse, ainda eram considerados mentirosos, que só falavam a “verdade” sob tortura. “Por mais que estejam inteirados de um fato criminoso, deles nada espera a justiça. Só a coação física poderia modificá-lo”⁹⁸. O autor ainda faz referência ao grande número de venda de instrumentos musicais para os índios em detrimento das enxadas e machados.

Seriam outras as condições da fronteira e de modo especial da baixada sulina, se machados, foices e enxadas tivessem a aceitação na razão de um décimo das sanfonas, violões, violinos e bandolins que lá se vendem. O município de Bela Vista, principal império da ociosidade, é o centro onde se podem fazer fartas observações a esse respeito. Há ali comerciantes que venderam em menos de três anos cerca de quatrocentos violões, ao passo que no mesmo espaço de tempo não conseguiram vender uma só enxada ou machado⁹⁹.

⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 83.

⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 83.

⁹⁶ Alarife é o termo usado para se referir a malandro, aproveitador, pessoa que age de má fé.

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 83.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 84.

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 84.

O que as autoridades cristãs poderiam pensar da religiosidade guarani? A resposta não poderia ser outra: uma prática profana que muito se distanciava da fé dos ditos civilizados cristãos. Os índios tinham dias santos à revelia da igreja católica; por mais que houvesse decretos que não reconheciam aquele dia como santo, “o paraguaio não vai perder assim, à toa, um dia que já lhe deram para farras e fuzarcas”¹⁰⁰. A numerosa presença de índios em velórios justificava-se, para o autor, pela festa em si, onde deixavam de trabalhar, bebiam e degeneravam a ordem local.

Não é propriamente religião isso que pratica o guarani do povo ou a massa guaranizada. É antes uma religiosidade aberrante dos princípios evangélicos ou um complexo de crendices. [...] É na maneira de prestar culto aos mortos onde mais se acentua e se manifesta o sentido grosseiro de sua crença. [...] É um choro louco, desregrado, martirizante, gritos mais do que pranto, com os cabelos desgrenhados, sem uma lágrima... Desse choro simulado, que muitas vezes era o modo original de revelar alegria¹⁰¹.

A presença da cultura indígena marcou a região das colônias agrícolas; alguns não índios recorriam à ajuda espiritual indígena e obtinham, na visão dos mesmos, sucesso. Isso trazia animosidade com os cristãos que não aceitavam as supostas curas e superstições daquele povo. Aqueles que recorriam aos rituais indígenas na busca de curas eram considerados desprovidos de inteligência. A saída para atenuar os efeitos da presença indígena no processo de nacionalização da região, assentou-se nos ensinamentos evangélicos associados à sistematização dos princípios da moral cristã e do confinamento.

A ideia de confinar os índios localizados no atual município de Dourados em reservas indígenas remonta ao início do século XX, quando a Cia Matte Larangeira, no intento de controlar todas as terras na região, propôs ao governo a criação de uma reserva indígena. A alternativa de aldeamento foi acatada em 1915 pelo governo, que reservou uma área no município de Ponta Porã (com o desmembramento desse município a área está hoje no município de Dourados) de 3.600 ha, sem possibilidade de ampliação, para se constituir a Reserva Indígena de Dourados (RID). Em 1965 a RID foi demarcada e perdeu 61 ha dos 3.600 doados, que foram incorporados às fazendas vizinhas, ficando com uma área de 3.539 ha

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 92.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 86.

para uma população de aproximadamente 300 índios. Atualmente essa população é de aproximadamente 12.000 índios¹⁰².

O confinamento dos índios na RID restringiu sua área de ação aos limites da reserva, o que comprometeu sua sobrevivência e cultura, forçando-os a se tornarem mão de obra barata para empresas e fazendeiros locais. O aumento da população indígena na RID não foi levado em consideração pelo governo Vargas ao incentivar o fluxo migratório e a produção regional. O próprio projeto colonizador de Vargas, que criou a Colônia de Dourados, expulsou os índios que viviam na Aldeia Panambizinho, localizada no município de Dourados, para receber colonos. Mas os índios não foram os maiores empecilhos aos ideais estadonovistas; o domínio da exploração dos ervais da Cia Matte Larangeira precisava ser revisto.

Como já discutido, a ação da Cia Matte Larangeira, que estruturou o território regional em grandes propriedades rurais, limitou o processo de ocupação e o desenvolvimento de outras atividades econômicas em sua área de atuação que não fossem o extrativismo da erva-mate ou a pecuária bovina. Essa estrutura territorial não condizia com os ideais do Estado Novo em ocupar e nacionalizar a fronteira – era preciso reconfigurar o território regional.

Como a Cia Matte Larangeira atuava como um verdadeiro tampão ao processo de colonização das terras que estavam sob seu domínio, era necessário reconfigurar o seu território de atuação. “O sul do Estado mais parecia um território ocupado, e servia como um muro de proteção à chegada de migrantes vindos do sul do país, o que dificultava a colonização dessa parte do Estado”¹⁰³.

Para desarticular o poder da Cia Matte Larangeira, o governo agiu em terras dos ervais sob várias frentes. Em 1930 desapropriou as instalações que a Cia tinha em Guaíra, a oeste do Estado do Paraná, e proibiu os serviços de navegação do alto Paraná. Em 1931 criou o Conselho Nacional do Mate (CNM) com sede no Rio de Janeiro e a cobrança da sobretaxa de 25 réis por quilo de erva-mate produzida.

¹⁰² WENCESLAU, Marina Evaristo; SILVA, Walter Guedes da. O espaço na comunidade indígena de Dourados – identidade e autoridade. In: XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Costa Rica, 2011, pp. 02-03.

¹⁰³ LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. **Revista Brasileira de História**. Vol. 6, n^o. 12. São Paulo: ANPUH, 1986a, pp. 49-50.

Além do interesse em ocupar a região com migrantes das grandes cidades e do nordeste, o governo também almejava alavancar a indústria nacional. Como a Cia Matte Larangeira era mais estrangeira do que nacional, o que infringia a ideologia Vargas de nacionalizar a fronteira, o governo aumentou os impostos de exportação da erva-mate não industrializada. Essa iniciativa levou a Cia a aumentar o preço de seus produtos, enfraquecendo-a no cenário competitivo internacional.

Dentro do princípio de nacionalizar a fronteira e de valorizar a produção e a industrialização da erva-mate no país, o governo estimulou a produção da erva-mate no Estado do Paraná, pois nesse Estado a erva era produzida em pequenas propriedades rurais e industrializada no próprio país. Tratava-se de uma realidade diferente do que ocorria no sul do Estado de Mato Grosso, onde a erva-mate era produzida em grandes fazendas e exportada para os moinhos argentinos sem ser industrializada, numa relação comercial que não gerava receitas de exportação de produtos industrializados aos cofres públicos.

Antes de criar a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o governo Vargas desarticulou o poder e a atuação da Cia Matte Larangeira ao criar, em 1943, o Território Federal de Ponta Porã. Esse território foi criado com o desmembramento de terras do Estado de Mato Grosso numa área de domínio e exploração de ervais da Cia Matte Larangeira. Com a criação do Território Federal de Ponta Porã o direito de arrendamento para a exploração dos ervais não foram mais renovados.

3.2. A criação do Território Federal de Ponta Porã e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados

Por meio do Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, o governo federal criou cinco territórios federais: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Iguaçu, Guaporé (atual Rondônia) e Ponta Porã. A criação do Território Federal de Ponta Porã, composto na época pelos municípios de Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã e Porto Murtinho, coaduna perfeitamente com os interesses do Estado Novo em nacionalizar a fronteira e assumir o controle territorial em áreas de domínio do capital estrangeiro. Com a promulgação da nova Constituição Federal em 1946, o Território Federal de Ponta Porã foi extinto e sua área foi reincorporada ao Estado de Mato Grosso. Mesmo assim, foi suficiente para

tirar da Cia Matte Larangeira qualquer poder sobre as terras localizadas nesse território que ficou vinculado à União.

Mapa 17: Sul do Estado de Mato Grosso – Área do Território Federal de Ponta Porã (1943)

As ações do governo Vargas para desestruturar o poder da Cia Matte Larangeira e para nacionalizar a fronteira foram bem orquestradas. A criação do

Território Federal de Ponta Porã possibilitou não só a perda da concessão de exploração dos ervais por parte da Cia, mas também facilitou o processo de incentivo à migração e à criação das CANs. Além disso, o novo território desarticulou os movimentos separatistas que almejavam criar um novo Estado no sul do Estado de Mato Grosso.

Segundo Ruy Wachowicz, os interesses do governo em criar o Território Federal de Ponta Porã iam além da necessidade de nacionalizar a fronteira. Para o autor, “o objetivo principal, não confessado, era abrir caminho para a expansão do capital e da colonização gaúcha. Esta colonização seria, tudo indica, muito bem recebida pelos Estados do Paraná e Santa Catarina”¹⁰⁴.

A criação do Território Federal de Ponta Porã não agradou a elite regional que tinha nas atividades da pecuária bovina e da erva-mate a sustentação de seu poder político e econômico. De qualquer forma, sua criação foi um grande incentivo para o avanço das relações capitalistas de produção na região, que encontraram novas possibilidades de exploração e domínio territorial numa região caracterizada pelo capital estrangeiro que estruturou o território em grandes propriedades rurais.

A imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Cia Matte Lorangeira; as fazendas de gado no pantanal mato-grossense; cidades e propriedades surgidas à beira da estrada de ferro Noroeste do Brasil; [...] vem atestar, no caso do Estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não se falar de povos de formação social inteiramente diferente, habitantes da região — os indígenas¹⁰⁵.

A própria construção do ramal da Estrada de Ferro NOB em 1938, interligando as cidades de Campo Grande e Ponta Porã, vem no bojo da política do governo Vargas, em consolidar a ocupação e o desenvolvimento econômico regional e garantir a segurança interna na fronteira.

Para atender aos princípios nacionais de integração e industrialização, o governo Vargas criou as CANs num contexto de repressão às oligarquias regionais e de nacionalização da fronteira que, estruturando-se numa política de planejamento

¹⁰⁴ *Apud* CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra:** Povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados: UFGD, 2008, p. 57.

¹⁰⁵ Lenharo, *op. cit.*, 1986b, pp. 60-61.

nacional, tinham o objetivo de dar unidade territorial ao país. Era necessário articular uma estratégia de povoamento e desenvolvimento regional de forma a ocupar o chamado vazio demográfico para consolidar a fronteira nacional, resolver os conflitos regionais em torno da posse da terra e possibilitar a almejada integração nacional.

Criada pelo Decreto Lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943, mas instalada em janeiro de 1944, a CAND respirava ideais nacionalistas com a almejada ideia de nacionalizar a fronteira e integrar a área da Colônia ao território nacional. Esses ideais consistiam em ocupar as áreas com baixa densidade demográfica por brasileiros, o que garantiria a posse da terra e o desenvolvimento regional por meio da produção de alimentos. Tudo isso acompanhado de fortes investimentos nas vias de comunicação e transporte, de uma legislação que tratava das questões fundiárias em zonas de fronteira, da consolidação do ensino técnico e do investimento de profissionais do setor agrícola. Essa nacionalização da fronteira, discutida por José de Melo e Silva, deveria se consolidar pelo “predomínio dos nossos costumes, o império da civilização nacional”¹⁰⁶.

Tão importante quanto o desenvolvimento da economia regional, a CAND desmobilizou os conflitos em torno da posse da terra que haviam na região pela ação Cia Matte Larangeira. “Era, portanto, necessário ter brasileiros nesse espaço muito grande do interior, porque na situação de guerra, havia o perigo de refugiados entrarem e os espaços inabitados virarem asilo”¹⁰⁷.

Criada em terras do Território Federal de Ponta Porã, a CAND teve suas terras demarcadas em duas etapas, denominadas Primeira e Segunda Zonas. A área total estipulada pelo governo Vargas para esse projeto de colonização foi de 300.000 ha, mas a área total demarcada foi de 267.000 ha, sendo 68.000 na primeira zona e 199.000 na segunda¹⁰⁸.

A primeira zona foi demarcada em 1944 com 2.332 lotes rurais (68.000 ha) e 6.876 lotes urbanos (8.798 m²); já a demarcação da Segunda Zona ocorreu em 1950 com 6.500 lotes rurais (199.000 ha) e 6.832 lotes urbanos. Em 1956 as

¹⁰⁶ Silva, *op. cit.*, 2003a, p. 185.

¹⁰⁷ ANDRADE, Nair Leal de. Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.literaturadobrasil.com.br/livro.29>. Acesso em: 09/03/2009, p. 03.

¹⁰⁸ GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque ao município de Dourados. Dourados: L. A. Gressler, 1988, p. 82.

demarcações foram encerradas e a Colônia foi emancipada em 1968¹⁰⁹. Atuando em parceria com os governos federal e estadual, o projeto colonizador previa a doação, para o colono, de lote, casa, ferramentas, animais domésticos, assistência médica etc.; também era comum oferecer trabalhos na própria Colônia e nas empreitas das obras do Estado, como abertura de estradas. No primeiro ano o colono também recebia máquinas, equipamentos e sementes¹¹⁰. No período da colonização, a energia elétrica chegou a Dourados e mais de 150 escolas foram instaladas na região¹¹¹.

Os benefícios do governo para o projeto de colonização não foram para todos os colonos, mas principalmente para aqueles da Primeira Zona, que foi executada com mais recursos públicos e com um maior planejamento. Como a Segunda Zona não foi criada nos mesmos moldes da Primeira, mas como fruto da pressão do contingente de imigrantes que lá se instalaram atraídos pelos benefícios da Primeira, ela teve que lidar com dois grandes problemas: a falta de recursos públicos e o grande contingente de imigrantes que foram atraídos pelo progresso da Primeira Zona.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp. 82-84.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Benícia Couto de; JUSTINO, Valdeir. O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontros na malha fundiária. **Revista de Geografia**. N.º. 5. Campo Grande: UFMS, 1997, p. 11.

¹¹¹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Dourados, 1984.

Mapa 18: Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1943–1956)

A CAND foi uma excelente estratégia do governo Vargas para minimizar os problemas do desemprego nas grandes cidades, desarticular os grupos oposicionistas do governo, ocupar e nacionalizar a fronteira com o Paraguai e fixar o homem no campo. Segundo Benícia de Oliveira, a CAND também “previa a instalação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais; e visava à organização de cooperativas destinadas à compra e venda de produtos produzidos ou consumidos pelos agricultores”¹¹².

Para Alcir Lenharo, a política do Estado Novo em desestruturar o poder da Cia Matte Larangeira e reestruturar o território em pequenas propriedades, abriu uma vasta frente agrícola voltada para integrar o mercado interno e para o desenvolvimento industrial¹¹³. Os ideais do governo não consistiam apenas na nacionalização da fronteira, mas no avanço das relações capitalistas para essa região num processo produtivo pautado na policultura que atendesse aos interesses do setor industrial e que integrasse o mercado interno. “A CAND contribuiu para a expansão da atividade agrícola do Mato Grosso, que até então era pecuarista-extrativista”¹¹⁴.

Para receber lotes na Colônia, o interessado deveria se enquadrar em alguns critérios estabelecidos pelo governo, como ser cidadão brasileiro acima de 18 anos, ser pobre, ter aptidão para o trabalho no campo e possuir família numerosa (a preferência era para famílias com pelo menos cinco filhos). Para comprovar que era pobre e que tinha conhecimento no desenvolvimento de atividades agrícolas, bastavam alguns cuidados: “as mãos calejadas e a rápida entrevista na chegada do colono eram atestados suficientes e deviam informar também sobre outro requisito: não possuir bens, ser pobre”¹¹⁵. Ficam vetados de receber lotes os funcionários públicos e aqueles que já possuíam terras. O estrangeiro podia receber lotes desde que comprovassem ter bom conhecimento agrícola.

O movimento migratório de trabalhadores em busca de novas oportunidades cresceu rapidamente com a chegada de um grande exército: nordestinos, paulistas, paranaenses e mineiros. A produção na Colônia aumentou e se diversificou com a produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e gado, que abasteciam o

¹¹² Oliveira, *op. cit.*, 1999, p. 173.

¹¹³ Lenharo, *op. cit.* 1986b, p. 20.

¹¹⁴ Abreu, *op. cit.*, p. 58.

¹¹⁵ Andrade, *op. cit.*, 2009, p. 04.

mercado local e regional. Segundo documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Núcleo Colonial de Dourados¹¹⁶ (NCD),

A produção agrícola do NCD, representa, sem sombra de dúvida, enorme contribuição para o engrandecimento sul de Mato Grosso, tendo em vista não só abastecer a região, como também ser, em grande quantidade, canalizada para o Estado de São Paulo¹¹⁷.

A CAND teve forte apoio de parte das autoridades políticas estaduais, uma vez que contribuiu para:

- ocupar e consolidar a região como celeiro produtivo regional;
- desenvolver e diversificar a atividade agrícola em pequenas propriedades com uso da mão de obra familiar;
- valorizar as terras;
- abrir estradas e vias de circulação;
- amenizar os problemas do banditismo e do coronelismo presentes na região.

A colonização em pequenas propriedades, pautada numa política migratória de ocupação e produção regional, foi importante para garantir a segurança na região das colônias agrícolas, que até então estavam sob o domínio do império da Cia Matte Larangeira.

A criação da CAND, na região delimitada, não foi o resultado da vontade política do governo Vargas em resolver os problemas sociais, mas, antes, uma estratégia de governo, pois vários fatores contribuíram para esse implemento. A colonização dessa região resolveria os conflitos em torno da Mate, amenizaria o banditismo ali praticado e, ainda, o governo federal teria o apoio das autoridades e políticos do sul do Estado para a segurança interna das fronteiras. Nessa perspectiva – pequena propriedade – era então sinônimo de defesa e segurança nacional¹¹⁸.

¹¹⁶ Em 1954, a Lei Federal nº 2.163 cria o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), que transferiu os imóveis da União para seu patrimônio e, dentre eles, as terras da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que passaram a se denominar NCD (Núcleo Colonial de Dourados).

¹¹⁷ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, 2001.

¹¹⁸ Oliveira; Justino, *op. cit.*, 1997, p. 11.

Os projetos de colonização que tiveram apoio estatal contribuíram para equipar a região das Colônias Agrícolas com infraestrutura de estradas, escolas, rede elétrica, farmácia, dentre outros, fixando o homem no campo e estimulando a produção e o escoamento agrícola. O fluxo de pessoas, serviços e produtos contribuiu significativamente para o fomento das atividades comerciais dos centros urbanos. A proximidade com a Estrada de Ferro NOB também contribuiu para o desenvolvimento regional.

Um fator a ser considerado para compreender a atração exercida pela Colônia está na sua proximidade com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, encarada como meio de circulação importante para a produção econômica e para o transporte das pessoas¹¹⁹.

Seguindo o exemplo da CAND, os governos estadual e municipal também criaram CANs na mesma região. Em 1946 foi criada a Colônia Municipal de Dourados (CMD) numa área de 50.000 ha, sendo elevada à categoria de município em 1953 com o nome de Itaporã. Sobre a CMD, Carli¹²⁰ afirma que a sua criação possibilitou uma diversidade na produção de alimentos como abacaxi, amendoim, banana, cebola, fumo e trigo. Segundo a autora, os principais produtos produzidos na CMD em 1954 foram: milho (7.500 ton.), mandioca (7.000 ton.), arroz (4.483 ton.), cana-de-açúcar (4.416 ton.) e feijão (1.448 ton.).

Além da atuação da CAND e de outras Colônias Públicas como a CMD, vários projetos de colonização particulares se fizeram presentes na região das Colônias Agrícolas, contribuindo para que o chamado vazio demográfico fosse definitivamente ocupado e o processo de integração regional se viabilizasse.

A atuação do governo Vargas com a política de integração territorial e de industrialização reestruturou o território regional que passou a ter na pequena propriedade familiar, fruto de projetos de colonização, um elemento de reordenamento regional. É importante ressaltar que, diferente do extrativismo da erva-mate que não se manteve competitivo no cenário internacional, a atividade da pecuária bovina não se desfez paralelamente às mudanças nas relações sociais que reconfiguraram tanto o território como as atividades econômicas regionais, pautadas,

¹¹⁹ Abreu, *op. cit.*, p. 57.

¹²⁰ Carli, *op. cit.*, p. 147.

agora, numa política que visava anexar essa região ao circuito produtivo nacional como produtora de matéria-prima e consumidora de produtos industrializados.

A integração da região das Colônias Agrícolas ao circuito produtivo nacional não significou o fim das grandes fazendas de gado; ao contrário, a pecuária bovina era uma importante e necessária atividade econômica de exportação. Os próprios projetos de colonização realizados na região não se deram pela desapropriação das fazendas de gado, mas em terras devolutas do Estado que estavam sob domínio da Cia Matte Larangeira e nas fazendas particulares que foram vendidas para as empresas colonizadoras. Assim, conviveram, paulatinamente, a tradicional atividade da pecuária bovina desenvolvida nas grandes propriedades e a policultura desenvolvida nas pequenas propriedades.

No “rastro” das Colônias públicas emergiram várias companhias privadas, que se aproveitaram dos “bons ventos” trazidos pelos colonos à procura de novas terras e pelos incentivos por parte do governo para criar novas colônias. Para isso, compraram muitas terras para abertura de lotes, principalmente nos anos 50, quando Vargas retornou à Presidência do Brasil para seu segundo mandato (1951-1954).

Entre as empresas colonizadoras que atuaram no sul do Estado de Mato Grosso, é possível destacar a Companhia Vera Cruz que, em 1953, criou um grande loteamento no que hoje é o município de Naviraí; a Colônia de Curupaí que se instalou em 1957 no atual município de Caarapó; a Sociedade de Melhoramentos e Colonização S/A que adquiriu, em 1962, 193.000 ha nos atuais municípios de Ivinhema e Glória de Dourados; a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso que comprou 6.000 km² em terras dos atuais municípios de Anaurilândia, Batayporã e Bataguassu¹²¹.

As colônias públicas e privadas proporcionaram uma verdadeira reconfiguração das propriedades na região das Colônias Agrícolas ao distribuir lotes com extensão de 5 a 35 ha no que hoje são os municípios de: Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Caarapó, Deodápolis, Dourados, Douradina, Fátima do Sul,

¹²¹ Cf. SWENSSON, Lauro Joppert. **Dourados no contexto regional de Mato Grosso do Sul**. Rio Claro: Instituto de Geociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Dissertação de Mestrado, 1982, pp. 23-24.

Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina e Sete Quedas.

Segundo o pesquisador Cláudio Vasconcelos, o período compreendido entre os anos de 1951 a 1955 foi marcado pela política estatal de estímulo à venda de terras para os projetos de colonização. O principal objetivo do Estado “era promover a venda de terras do Estado, não importando a quem, desde que o interessado pudesse adquiri-las”¹²². O autor também afirma que a venda de terras devolutas foi uma forma encontrada pelo governo estadual para aumentar a receita do Estado, e mais:

Além da preocupação com a arrecadação, houve, também, a tentativa de valorização de áreas que ainda estavam fora do circuito do capital, incluindo, neste rol, áreas de terras indígenas, consideradas como terras devolutas, e, portanto, sujeitas à venda e à colonização¹²³.

A imigração de trabalhadores para a região das Colônias Agrícolas valorizou as propriedades e atraiu para a região empresas particulares que viram uma oportunidade de lucros pela especulação imobiliária. Atraídas pela possibilidade de lucros com a venda de terras na região, as empresas particulares fizeram verdadeiras negociatas com membros do Estado para poderem comprar glebas e transformá-las em Colônias. “A Colônia Agrícola Nacional atuava como o ímã econômico, suas terras tornaram-se cobiçadas e objeto de desenfreada especulação”¹²⁴. Em 1950, o Jornal *O Estado de Mato Grosso* trazia, em sua matéria, uma denúncia de como se dava a especulação nas terras devolutas por parte dos especuladores: “Os especuladores compravam as terras por 5 a 10 cruzeiros e as revendiam por 100 a 150 cruzeiros. Em Dourados, a revenda chegava a 300 cruzeiros”¹²⁵.

Os projetos de colonização públicos ou privados pautados na pequena propriedade rural com uso da mão de obra familiar, foram decisivos para o processo de ocupação e inserção dessa região à economia nacional, criando condições

¹²² VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)**. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia da Universidade Estadual Paulista. Dissertação de Mestrado, 1986, p. 28.

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 30.

¹²⁴ Lenharo, *op. cit.*, 1986a, p. 53.

¹²⁵ *Apud idem, ibidem*, p. 53.

favoráveis à construção dos troncos rodoviários para o escoamento da produção até os centros consumidores.

Naquele período (meados do século XX), já era possível perceber um maior vínculo da região das Colônias Agrícolas com o Estado de São Paulo, estando mais propício a receber impactos positivos do avanço da fronteira agrícola paulista. A proximidade com o Estado de São Paulo foi um importante elemento para os projetos de colonização realizados na região das Colônias Agrícolas; “a localização das colônias por si só explica a finalidade da organização de sua produção. Dourados, em Mato Grosso, e a colônia de Goiás, ambas via estrada de ferro, teriam o mercado paulista em mira”¹²⁶. Na verdade, a dificuldade na circulação de mercadorias, pela precariedade nos transportes que interligassem os grandes centros de concentração de produção e consumo, ainda contribuía para a pouca integração dessa região à economia nacional.

Em 1950 já era possível vislumbrar mudanças no paradigma de produção na região das Colônias Agrícolas, que não se configuravam majoritariamente pelas tradicionais atividades da pecuária bovina e da erva-mate, se bem que aquela atividade também encontrou espaço nas pequenas propriedades rurais. O que marcou o campo foi a diversificação das atividades agrícolas.

Dourados converteu-se no maior centro produtor da região. No meio da década, quando a estrada de rodagem chegou a Dourados, deu-se uma grande elevação na produção de certas safras, como o arroz 254%, o feijão, 163%, o café, 461%. Durante a década, a população de Dourados cresceu em torno de 611%, puxando o sul para uma concentração de população desnivelada em relação ao norte¹²⁷.

Na região da CAND, o período de 1940 a 1960 foi caracterizado, segundo Silva¹²⁸, pela importância de três agentes: o Estado que surgiu como agente externo de integração, sendo o grande impulsionador das transformações territoriais na CAND e em todo seu entorno; os produtores familiares, fixados por meio de projetos de colonização como fator de ocupação territorial; e o capital comercial, que surgiu como novo eixo de desenvolvimento da economia regional, tornando-se o

¹²⁶ Lenharo, *op. cit.*, 1986b, p. 47.

¹²⁷ Lenharo, *op. cit.*, 1986a, p. 53.

¹²⁸ SILVA, Mário César Tombes da. Dourados: trajetória e perspectiva do processo de desenvolvimento regional. **Revista de Geografia**. Nº 3. Dourados: CEUD/UFMS, 1996, pp. 31-34.

responsável pelo fornecimento de bens de consumo, de instrumentos de produção e pelo controle sobre o crédito e a comercialização da produção.

A implantação de colônias públicas e privadas reestruturaram o território da região das Colônias Agrícolas com forte presença da pequena propriedade familiar e com o crescimento de uma economia de mercado. Segundo Alcir Lenharo, as colônias tinham, em sua estrutura organizacional, a proposta de funcionarem como cidades-industriais, pois sua produção diversificada deveria ser orientada para o mercado nacional, que, por sua vez, abasteceria o contingente de migrantes que se instalavam na região. “Do modo como foram planejadas, as colônias funcionaram como cidades-industriais potencialmente lançadas no vazio. O centro do núcleo era riscado com preocupações urbanísticas, de modo a prever uma bela cidade ao cabo de 10 a 15 anos”¹²⁹.

A atuação do governo e da iniciativa privada, que reestruturaram o território regional em pequenas propriedades rurais com predomínio da mão de obra familiar, decorre da necessidade de inserir essa região ao circuito produtivo nacional e de integrá-la ao mercado de produção e de consumo. Nos ideais de construir a nacionalidade brasileira, Vargas implantou uma ideologia que mobilizou muitos desempregados e trabalhadores que haviam sido expulsos do campo – foram os colonos que deram à região a “cara” do Brasil.

¹²⁹ Lenharo, *op. cit.*, 1986b, p. 48.

4. A atuação da Sudeco na integração da região da Grande Dourados à economia nacional a partir de 1967

Foto 14: Queimada no cerrado sul-mato-grossense para o plantio de lavouras (2010). (Fonte: <http://www.midiams.com.br/site/geral/desmatamento-do-cerrado-e-inferior-a-media-nacional-35196.html>. Acesso em 15/11/2011).

Sabemos que o espaço rural foi construído, dialeticamente, através de uma interação de intervenções, feitas em determinados momentos históricos e em consequências de desafios próprios de cada período ou fase histórica.

Foi uma estruturação realizada pelos grupos dominantes, em função do atendimento a seus interesses imediatos e diretos – o auto-abastecimento – ou interesses indiretos – a demanda de mercados distantes – que criou uma estrutura fundiária condicionadora de um sistema de relações entre os homens – divisão social do trabalho – e elaborou sistemas de culturas e de criação de animais.

(Manuel Correa de Andrade. Poder político e produção do espaço, p. 24).

A precariedade ainda presente nos meios de transporte e energia na região da Grande Dourados, que perdurou do início do século XX até o final dos anos 60, não se manteve por muito tempo. O Estado atuou com políticas de integração de todo o centro-oeste (CO) à economia nacional e criou, em 1967, a Sudeco, órgão vinculado ao Ministério do Interior que tinha o objetivo de integrar o CO à dinâmica produtiva nacional.

Com o objetivo de discutir as estratégias utilizadas pela Sudeco no processo de integração da região da Grande Dourados à economia nacional, o recorte geográfico utilizado neste capítulo segue a mesma delimitação definida pela Sudeco em 1976 representada pelo Mapa 1 (p. 11), mas, com o passar do tempo, houve desmembramento da área dessa região com a criação de novas unidades administrativas municipais, conforme Mapa 20 (p. 108).

A criação da Sudeco era um importante passo para que o CO se convertesse num(a):

- região a ser ocupada para que a Amazônia fosse conquistada;
- receptáculo de correntes migratórias internas;
- *locus* de investimentos do capital agroindustrial;
- fonte de produção de alimentos e mercado de consumo de produtos industriais;
- centro regional de afirmação da soberania nacional;
- expansão da fronteira econômica do país;
- fator de integração nacional.

Discutindo especificamente a importância do CO em absorver “os excessos populacionais para integrá-los em sua economia, como fator positivo do trabalho”¹³⁰, o primeiro superintendente da Sudeco, Sr. Sebastião Dante de Camargo Júnior, declarou:

¹³⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Integração nacional:** a responsabilidade do Centro-Oeste na integração nacional. Conferência pronunciada pelo Superintendente da SUDECO, Sebastião Dantes de Camargo Junior. Brasília, 1970, p. 02.

Isso só não virá a amparar essa população, tornando-a mais produtiva, como contribuirá para a expansão do nosso mercado interno, medida necessária a consolidação da estrutura industrial que se desenvolve na região Leste-Sul do país. Essa concentração demográfica que se vai processar, no Planalto Central, deverá caminhar, progressivamente, no sentido da Amazônia, exercendo, inicialmente, atividade agrícola e, posteriormente, deixará a sua retaguarda, uma estrutura econômica e social definida, capaz de funcionar como suporte para o avanço dessa nova fronteira humana, que atingirá o vale Amazônico¹³¹.

Para que a integração da região da Grande Dourados à economia nacional se viabilizasse, a Sudeco implantou, a partir de 1971, planos e programas de desenvolvimento regional. Cada plano tinha objetivos específicos, mas no geral canalizaram para a ocupação e a integração do centro-oeste à economia nacional por meio da produção de grãos (principalmente a soja), da pecuária bovina e da mineração. Sobre os ideais da Superintendência, a geógrafa Silvana de Abreu¹³² destaca:

A Sudeco foi criada nos objetivos do PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento – que eram: I – criação de um processo auto-sustentável de desenvolvimento em cada grande região; II – a inserção desse processo dentro de uma linha de integração nacional, com vistas à relativa diferenciação econômica de cada região e à formação de um mercado nacional integrado. (grifo nosso).

Criada em 1967 na Gestão Costa e Silva (1967-1969), a Sudeco substituiu a Fundação Brasil Central (1943-1967) que, entre outros objetivos, visava dinamizar a produção agrícola do CO nos moldes do desenvolvimento da economia nacional e internacional. Enquanto ações estratégicas, a Sudeco priorizou a criação de infraestruturas que dinamizassem a produção e a ocupação regional, que se reverberaram nos investimentos em energia, armazenamento e, principalmente, na construção e melhoria da rede rodoviária, que se consolidou com o Plano Rodoviário Nacional.

A preocupação do governo não se pautava apenas em interligar o CO às demais regiões do país; essa região era considerada um espaço de transição entre o capitalismo já consolidado do Sudeste e a emergente fronteira de recursos da Amazônia. No discurso de posse do Superintendente da Sudeco, é possível

¹³¹ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1970, pp. 02-03.

¹³² *Op. cit.*, p. 77.

destacar o ideal da Superintendência como “responsável pelo desenvolvimento do centro-oeste e que representará o elo de ligação das regiões-problemas no Brasil, Nordeste e Amazônia”¹³³. Ainda segundo o Superintendente, “a SUDECO veio complementar os organismos regionais [...] permitindo que, através do desenvolvimento harmônico das diversas regiões, o Brasil se integre a si mesmo e a Amazônia seja conquistada, num processo racional e progressivo”¹³⁴.

Os objetivos da Superintendência não se resumiam no fomento de infraestrutura de transporte, energia e de armazenamento, mas também nos investimentos em atividades de agroexportação e na fixação de imigrantes, principalmente nordestinos – o que contribuíram para expandir a fronteira agrícola do país. O CO consolidou-se, no dizer de Goldenstein e Seabra, como “extensão do Sudeste, especializando-se no fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas, cada vez mais beneficiadas na própria região”¹³⁵. O CO ultrapassou seu caráter de extensão do Sudeste ao assumir o papel de exportador de *commodities* e de consumidor de produtos industriais que modernizaram o campo, acentuando seu papel na divisão territorial do trabalho.

Em discurso proferido pelo General Affonso Lima, Ministro do Interior quando da instalação da Sudeco, também ficou evidenciada a intenção de expandir a fronteira agrícola do país: “À SUDECO [...] caberá relevante papel na integração do centro-oeste, como instrumento positivo para o deslocamento das fronteiras econômicas do país que devem coincidir com as linhas demarcatórias da soberania política nacional”¹³⁶.

O discurso oficial dos representantes da Sudeco e da classe política nacional e regional era impregnado da ideologia do crescimento econômico como solução para a distribuição da renda e, conseqüentemente, para os problemas sociais, assim como da necessidade de agroindustrializar os produtos agrícolas e de aumentar a participação do Brasil no mercado de exportação de gêneros alimentícios.

¹³³ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Sudeco. **Integração nacional**: discursos e conferências. Rio de Janeiro, 25.01.1968, p. 17.

¹³⁴ *Idem, ibidem*, p. 17.

¹³⁵ GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Fundamentos para o ensino de geografia**: seleção de textos. São Paulo: SE/CENP, 1982, p. 39.

¹³⁶ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1968, p. 24.

O objetivo básico do desenvolvimento econômico é conseguir o bem comum e a distribuição equitativa dos frutos da produção. E isso exige que os investimentos públicos não sejam feitos apenas nas áreas mais desenvolvidas e produtivas, mas também, naquelas que representam potencialidade econômica, para que, com seu desenvolvimento, se elimine a disparidade entre as diversas regiões do País. [...] Cumpre desenvolver uma agricultura orientada para a produção de alimentos básicos e que possa suprir o mercado interno e participar do mercado externo, criando, paralelamente, a indústria de alimentos¹³⁷.

O então Presidente do Brasil, Marechal Costa e Silva, deixou claro a ideia de integração do território como possibilidade de deslocamento da população pobre do nordeste para o CO, e que o papel dessa região não se resumia apenas como produtora de alimentos e consumidora de produtos industriais, mas como receptora de migrantes pobres do nordeste que se converteriam em trabalhadores do campo.

Então, é preciso que algo no âmbito regional venha consumir essa integração, trazendo as possibilidades de infraestrutura principalmente, para que amanhã, se pudermos transferir as populações do Nordeste Árido, difícil, pouco pródigo, para menses de boa cultura, e amanhã pudermos transferir grande parte dessa população para as ubérrimas terras da Amazônia [...]. Isso deve ser, realmente, um dos objetivos primaciais do Ministério do Interior, estabelecendo esta política de deslocamento de populações para zonas mais favoráveis de vida¹³⁸.

A Sudeco desempenhou importante papel na integração do centro-oeste ao Sudeste, mas o almejado “desenvolvimento harmônico” proferido no discurso de posse do Sr. Camargo Júnior, primeiro Superintendente da Sudeco, não se processou. Também vale questionar essa suposta integração como “instrumento positivo para o deslocamento das fronteiras econômicas do país”, pronunciada pelo General Affonso Lima, Ministro do Interior, assim como a ideia de desenvolvimento econômico como alternativa para “o bem comum e a distribuição equitativa dos frutos da produção”, discurso também proferido pelo Superintendente da Sudeco.

É necessário aprofundar as discussões a respeito dessa integração; afinal, o quê seria integrado? A integração não foi homogênea, mas direcionada para determinados produtos e produtores, que nada teve de harmônica, sendo uma integração seletiva e excludente.

¹³⁷ Discurso do Superintendente da Sudeco Sr. Sebastião Dante de Camargo Júnior. In: Ministério do Interior, *op. cit.*, 1968, pp. 32-33.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, pp. 40-41.

As proposições do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para o sul do Estado de Mato Grosso, deixavam claro o papel do CO na divisão regional do trabalho em “buscar aumentos de produtividade em áreas mais densamente ocupadas e em incorporar parcelas crescentes de áreas agricultáveis, cabendo ao centro-oeste, [...] papel fundamental no processo de ampliação dessa produção”¹³⁹.

4.1 O I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento e sua relação com a expansão da fronteira agrícola do país para o centro-oeste

Criado em 1971 e com ações programadas para o período de 1972-1974, o I PND teve a proposta de ampliar o mercado nacional sustentado na expansão da fronteira agrícola do país para os chamados vazios demográficos e na interligação do CO aos centros consumidores e fornecedores de produtos industrializados. Para tanto, o I PND criou dois programas: o Programa de Integração Nacional (PIN), que investiu recursos e ofereceu incentivos fiscais para a Amazônia Legal; e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), criado em 1971 objetivou expandir a fronteira agrícola do sul dos Estados de MT, GO e DF.

Das ações desses dois programas, o Prodoeste foi o último que atuou efetivamente na região da Grande Dourados, concentrando investimentos na infraestrutura de transportes. Para isso, pavimentou aproximadamente 1.988 km de rodovias e 2.849 vias de circulação, interligando Cuiabá – Campo Grande (706 km); Campo Grande – Aquidauana (422 km); Cuiabá – Goiânia (530 km); Brasília – Cuiabá (940 km); Campo Grande – Ponta Porã (339 km); e Dourados – Paranavaí (304 km)¹⁴⁰. Pela primeira vez o asfalto ligou Campo Grande a São Paulo no início dos anos 70.

Com o propósito de ampliar o mercado nacional, o I PND solidificou a ação do capital monopolista em sua área de ação com a participação de técnicos dos governos americano e francês nas estratégias de planejamento da Sudeco, que orientou o desenvolvimento agrícola como principal estratégia para a ampliação da ação das multinacionais no CO e para a consolidação de uma agricultura moderna.

¹³⁹ GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN. **O Centro-Oeste e a retomada do desenvolvimento nacional**: proposições de Mato Grosso do Sul para o I PND da Nova República. Campo Grande: 1985, p. 12.

¹⁴⁰ Abreu, *op. cit.*, p. 66.

Os incentivos recebidos para a modernização e integração do campo aos mercados consumidores, tiveram como objetivo incrementar a produção destinada à exportação e consolidar a integração do mercado interno, levando o CO a se tornar um grande cliente das multinacionais detentoras do controle dos equipamentos, maquinários e insumos. A meta era exportação e agroindustrialização dos produtos agrícolas.

Para isso é necessário, entre outras iniciativas, que se aumente a produção de alimentos básicos para o consumo da população, gerando-se, ao mesmo tempo, excedentes exportáveis; que se retomem gradualmente os níveis de emprego e de demanda interna, através do aproveitamento da capacidade produtiva industrial¹⁴¹.

Para se integrar a lógica de produção e acumulação capitalista, a política da Sudeco previu duas frentes de ação: uma estava voltada ao mercado externo, que incentivou a produção de grãos, da pecuária bovina e da mineração, como mecanismo de geração de divisas e manutenção da balança comercial; e a outra estava direcionada ao mercado interno como região consumidora de produtos industrializados.

Com discurso de planejamento – que era a palavra de ordem da Superintendência – o I PND elaborou, a partir da realização de diagnósticos e prognósticos para ações a médio e longo prazos, o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (I Pladesco) com vigência para o período de 1973-1974, propondo estudos que viabilizasse a ampliação de atividades econômicas como soja e minérios.

Para atingir essa meta, o I Pladesco definiu 13 áreas-programas como polos de desenvolvimento que seriam destinados a receberem recursos do governo. Essas áreas-programas foram subdivididas em três grupos de interesse nacional: 1) Integração Nacional, com prioridade para os municípios de Ji-Paraná (RO), Aripuanã, Peixoto, Xingu e Cáceres (MT), Gurupi e Araguaína (GO); 2) Migração Interna, que corresponderia a todo o CO, com destaque para as áreas próximas ao Distrito Federal; e 3) Corredor de Exportação, com uma agricultura mais tecnificada localizada no centro-sul do CO, com prioridade para as áreas localizadas entre os

¹⁴¹ Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, *op. cit.*, 1985, p. 11.

municípios de Cuiabá - Rondonópolis (MT), Corumbá - Dourados (MT), Ceres - Anápolis (GO) e Rio Verde - Itumbiara (GO).

O I Pladesco priorizou áreas-programas que receberiam os investimentos públicos e privados numa clara estratégia de formar polos de desenvolvimento regional. Na região da Grande Dourados o foco era para a produção e agroindustrialização dos produtos da agropecuária.

Os investimentos no sistema rodoviário realizados pelo I Pladesco, de aproximadamente 1.800 km em rodovias, foram baseados no que havia sido planejado ou iniciado no PIN e no Prodoeste. No I Pladesco, a ideia de planejamento como estratégia para o desenvolvimento regional assumiu grande importância entre os técnicos da Sudeco. O discurso de geração de emprego e renda foi uma forma de justificar os gastos realizados nas áreas-programas do I Pladesco, o que na prática ocorreu de forma muito acanhada. Os estudos realizados por esse Plano nortearam as ações do II PND.

Os ideais de integração do CO ao território nacional com o Projeto Brasil-Potência do I PND (1972-1974) tornaram-se mais viáveis com as estratégias de integração do II PND (1975-1979), que imprimiu uma nova lógica de produção do campo ao ampliar as relações do campo com o capital agroindustrial.

A definição das áreas-programas para o recebimento dos recursos do I Pladesco serviu de base para a consolidação dos Programas Especiais do II PND. Para isso, a Sudeco elaborou quatro programas especiais de investimentos: Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Pantanal Mato-Grossense (Prodepan); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia); Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (Prodegran). Desses quatro programas, apenas o Polamazônia não atuou em áreas do atual Estado de Mato Grosso do Sul, mas todos estavam voltados para atender uma das premissas definidas pelo I Pladesco: integrar o mercado nacional ou servir de corredor de exportação dos produtos agropecuários.

Para que se possa ter uma ideia dos investimentos realizados pelos Programas Especiais do II PND, organizamos um quadro demonstrativo com informações desses quatro Programas Especiais da Sudeco.

Quadro 4: Programas especiais da Sudeco (1974-1980)

PROGRAMA	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	TRANSPORTE (em milhões)*	ENERGIA (em milhões)*	PESQUISA/ ASSIST. TÉC. (em milhões)*
Prodepan (1974-1978)	Dotar o pantanal de condições para melhorar a exploração de seus recursos e sua integração à economia nacional.	- Transporte: transpantaneira (140 km), Corumbá – Estrada Parque (85 km), BR 262 (65 km), Fazenda Firme – Fazenda Imaculada (230 km), BR 163 (100 km) e Corumbá – Paiaguás (20 km); - Saneamento: canal para desvio de água do rio Taquari (Corumbá), perfuração de poços, construção do pôlder experimental (Cuiabá), plataformas de embarque nos Rios Paraguai e Cuiabá e barragem do rio Manso (Cuiabá); - Pecuária: introdução de pastagens e de assistência técnica em Corumbá; - Energia: construção de 4 estações de transmissão, 4 de transformação e 1 unidade geradora de energia no Estado de MT; - Indústria: mineração, frigorífico e Distritos Industriais.	Cr\$ 165.793 US\$ 1.786,76	Cr\$ 27.900 US\$ 300,668	Cr\$ 49.973 US\$ 538,56
Polamazônia (1975-1980)	Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia.	- Área da Amazônia Legal subdividida em 15 áreas-programas, sendo 3 no CO: Aripuanã, Jurema e Xingu-Araguaia.	Cr\$ 1.087.337 US\$ 11.717,33	Cr\$ 104.000 US\$ 1.120,81	Cr\$ 58.982 US\$ 635,65
Polocentro (1975-1979)	Promover a ocupação de áreas selecionadas no Planalto Central de predominância de Cerrados.	Criou 5 áreas-programas: - Bodoquena (11 municípios); Campo Grande – Três Lagoas (8 municípios); Cuiabá – Rondonópolis (10 municípios); Xavantina (11 municípios) e Parecis (6 municípios).	Cr\$ 669.098 US\$ 7.210,93	Cr\$ 405.709 US\$ 4.372,36	Cr\$ 588.925 US\$ 6.346,90
Prodegran (1976-1978)	Aproveitar o potencial agrícola do sul do Estado de MT e fomentar a infraestrutura necessária para potencializar a produção destinada à exportação.	Criou uma região de atuação chamada de “Grande Dourados” envolvendo, na época, 22 municípios do sul do Estado de Mato Grosso.	Cr\$ 180.000 US\$ 1.939,87	Cr\$ 140.000 US\$ 1.508,79	Cr\$ 69.114 US\$ 744,84

Fonte dos dados: Abreu, 2001, p. 189.

* A autora calculou os valores com base no valor médio do dólar/ano de 1981 = 92,79.

As ações dos Programas Especiais da Sudeco foram orientadas para o incremento da produção para exportação, uma das estratégias utilizadas pelo governo para superar a crise de 1973. Para tanto, focou investimentos nas lavouras de caráter comercial como soja e milho, na pecuária de corte, na indústria de mineração e madeireira, e na agroindustrialização das atividades agrícolas, contribuindo para que essas atividades assumissem uma lógica de produção empresarial, ampliando o saldo da balança comercial brasileira.

O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através de ampla disseminação da empresa rural – pequena, média e grande -, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas como o de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e de produtos¹⁴².

A atuação do Estado no fomento e modernização de atividades agrícola, mineral e pastoril, criou condições para a ação do capital monopolista nos chamados Corredores de Exportação selecionados pelo I Pladesco. No Mapa 19 podemos observar as áreas de atuação dos três Programas Especiais da Sudeco que investiram no Estado de Mato Grosso do Sul.

¹⁴² MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília: Diário Oficial, 06.12.1974, p. 43.

Mapa 19 – Estado de Mato Grosso do Sul - Áreas de atuação dos Programas Especiais da Sudeco (1974-1979)

Essas áreas, consideradas como possibilidade de integração inter-regional no Estado, tiveram na infraestrutura rodoviária o principal mecanismo de consolidação dessa integração.

[...] na década de 70 vimos uma outra caracterização para o desenvolvimento regional, já baseada num enfoque que diríamos de integração inter-regional e nacional. E as bases para essa integração foram condicionadas pela rede infraestrutural já implantada ou em processo de implantação nas diferentes regiões do País, [...] o II PND define como objetivos fundamentais, [...] a integração, a ocupação produtiva do grande espaço Amazônico e do Centro-Oeste e a redução das desigualdades inter-regionais, através de um esforço concentrado em áreas selecionadas no território nacional, sobretudo nas regiões-programa¹⁴³.

¹⁴³ Coelho, *apud* Abreu, *op. cit.*, p. 101.

Dos três Programas Especiais da Sudeco que atuaram no Estado de Mato Grosso do Sul, um merece destaque – o Prodegran, pois foi o único programa orientado para a região da Grande Dourados como forma de integração dessa região à economia nacional.

4.2 O Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados

Criado pela Exposição de Motivos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Nº. 007/76 em 07 de abril de 1976, o Prodegran teve como objetivo central “desenvolver uma agricultura de alta produtividade”¹⁴⁴ nos 22 municípios membros do Programa, com incentivo para as modernas lavouras de grãos (soja, trigo e milho), contribuindo para que essa região se tornasse um celeiro produtivo nacional, cujo centro econômico era o município de Dourados.

Nessa perspectiva, a região da Grande Dourados deixou de se configurar com aquele recorte apresentado no capítulo anterior, que teve na atuação do Estado Novo o principal elemento de ordenamento territorial regional, para se constituir numa nova unidade espacial de trabalho caracterizada, fundamentalmente, pela criação do Prodegran. Quando esse programa foi criado, a região da Grande Dourados era composta por 22 municípios, mas, levando-se em consideração que nessa mesma região foram criadas novas unidades administrativas, hoje ela é composta por 40 municípios.

No Quadro 5 apresentamos, em ordem cronológica, a lei e a data de criação dos municípios da região da Grande Dourados.

¹⁴⁴ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **PRODEGRAN - Exposição de motivos**. Brasília, 1976a, p. 03.

Quadro 5: Região da Grande Dourados – Lei e data de criação dos municípios (1908–1992)

ORDEM	MUNICÍPIO	LEI	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO DE ORIGEM
01	Bela Vista	502	03/10/1908	Nioaque
02	Ponta Porã	617 Resolução	18/07/1912	Nioaque
03	Maracaju	987	07/07/1928	Nioaque
04	Rio Brilhante	1.025	26/09/1929	Campo Grande
05	Dourados	30 Decreto	20/12/1935	Ponta Porã
06	Amambai	131	28/09/1948	Ponta Porã
07	Itaporã	659	10/12/1953	Dourados
08	Bataguassu	683	11/12/1953	Rio Brilhante
09	Guia L. da Laguna	678	11/12/1953	Nioaque
10	Jardim	677	11/12/1953	Bela Vista
11	Sidrolândia	684	11/12/1953	Campo Grande
12	Caarapó	1.190	20/12/1958	Dourados
13	Nova Andradina	1.189	20/12/1958	Bataguassu
14	Anaurilândia	1.948	11/11/1963	Bataguassu
15	Glória de Dourados	1.941	11/11/1963	Dourados
16	Iguatemi	1.951	11/11/1963	Amambai
17	Ivinhema	1.949	11/11/1963	Dourados
18	Jateí	1.950	11/11/1963	Dourados
19	Naviraí	1.944	11/11/1963	Caarapó
20	Batayporã	1.967	12/11/1963	Nova Andradina
21	Fátima do Sul	2.057	11/12/1963	Dourados
22	Antônio João	2.142	18/03/1964	Ponta Porã
23	Angélica	3.691	13/05/1976	Dourados
24	Aral Moreira	3.686	13/05/1976	Ponta Porã
25	Deodápolis	3.690	13/05/1976	Glória de Dourados
26	Eldorado	3.692	13/05/1976	Iguatemi
27	Mundo Novo	3.693	13/07/1976	Iguatemi
28	Douradina	78	12/05/1980	Dourados
29	Itaquiraí	75	12/05/1980	Iguatemi
30	Sete Quedas	73	12/05/1980	Amambai
31	Taquarussu	76	12/05/1980	Batayporã
32	Tacuru	72	12/05/1980	Amambai
33	Coronel Sapucaia	632	30/12/1985	Amambai
34	Vicentina	725	20/06/1987	Fátima do Sul
35	Paranhos	777	17/11/1987	Amambai
36	Juti	800	14/12/1987	Caarapó
37	Nova Alvor. do Sul	1.233	18/12/1991	Rio Brilhante
38	Novo Horiz. do Sul	1.260	17/04/1992	Ivinhema
39	Laguna Carapã	1.261	22/04/1992	Ponta Porã
40	Japorã	1.266	30/04/1992	Mundo Novo

Fonte: IBGE, diversos anos.

Mapa 20: Área da região da Grande Dourados (2011)

Com diretrizes orientadas à incorporação da região da Grande Dourados ao sistema produtivo nacional, o Prodegran teve cinco grandes objetivos:

a) Estimular a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais; b) fortalecer as atividades produtivas regionais, através da expansão da fronteira agrícola, do zoneamento, armazenamento, agroindústrias, financiamento e incremento da produtividade; c) promover o controle e a prevenção da erosão; d) reforçar a infraestrutura e os equipamentos sociais urbanos das principais cidades da região; e) elevar os níveis de renda da população rural, principalmente mediante mecanização dos cultivos e adequado processo cooperativo de comercialização dos produtos¹⁴⁵.

Esses objetivos estavam assentados na ideia de aproveitar a chamada vocação agrícola da região e transformá-la num grande celeiro produtivo nacional,

¹⁴⁵ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1976a, pp. 05-06.

mas, segundo o Ministério do Interior¹⁴⁶, alguns aspectos dificultaram a dinamização desse sistema produtivo, que foram:

- Deficiências nos recursos tecnológicos;
- Fragilidade na infraestrutura de energia, telecomunicação e transportes;
- Insuficiência na capacidade de armazenamento de grãos;
- Aumento do processo erosivo em alguns municípios;
- Debilidade do sistema de crédito rural;
- Falta de um sistema de estradas vicinais.

Para integrar a produção agrícola da região no período de 1976-1978, o Prodegran teve como objetivo indutivo “elevar para 5,4 milhões de hectares cultivados com cereais e oleaginosas, e manter neste nível a área produtiva com utilização de tecnologia avançada”¹⁴⁷. A meta era incorporar cerca de 700.000 ha ao sistema produtivo nacional no período de 1976-1978, assim distribuídos: 200.000 ha em 1976, 250.000 ha em 1977, e 250.000 ha em 1978¹⁴⁸.

Em 1976 a área que poderia ser destinada à produção agrícola representava uma capacidade produtiva de 1,4 milhões de toneladas de alimentos. A inserção de mais 4 milhões de hectares de áreas cultiváveis elevaria essa capacidade para 8 milhões de toneladas de alimentos¹⁴⁹. Da área total da região, 80% estavam ocupadas pela pecuária extensiva com baixo nível de recursos tecnológicos e 15,3% pelas atividades agrícolas¹⁵⁰.

Na programação do Prodegran de 1976¹⁵¹, o governo realizou um estudo do fluxo de atividades do comércio das 22 cidades da região, onde Dourados se destacou como cidade nodal, classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como centro sub-regional que destinava a maior parte da produção agrícola para o Estado de São Paulo.

¹⁴⁶ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **PRODEGRAN - Programação para 1976**. Brasília, 1976b, p. 22.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 25.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 26.

¹⁴⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **PRODEGRAN 1976-1978 - Relatório final**. Brasília, 1979, p. 09.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 07.

¹⁵¹ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1976a, p. 18.

O objetivo de “estimular a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais” e de “fortalecer as atividades produtivas regionais”¹⁵² da região, não se deu simplesmente pela atuação do governo e do capital que definiram o papel do CO na divisão regional do trabalho. Soma-se, ainda, as características físico-geográficas dessa região, como solo, clima e relevo extremamente favoráveis para o desenvolvimento das culturas de soja, trigo e milho.

Estendendo-se em grande parte da região da Grande Dourados, o solo predominante na região é o latossolo, com variações entre as diferentes classes, mas com destaque para o vermelho-escuro e o roxo, um bom solo para o cultivo da soja, “uma cultura exigente em relação a todos os elementos do solo”¹⁵³. O latossolo costuma ser profundo, com baixa suscetibilidade à erosão e com uma textura argilosa de boa fertilidade natural, apresentando elevados teores de óxido de ferro, titânio e manganês. As propriedades físico-químicas do latossolo, rico em minerais, propiciaram à região baixa suscetibilidade à erosão e facilidade no desenvolvimento das raízes, no manejo do solo e na diversificação das lavouras.

Além do solo e do relevo propício para o manejo de atividades agrícolas, com predomínio de superfícies planas, a região era rica em cursos hídricos, com níveis pluviométricos em torno de 1.500mm ao ano, com estações anuais bem definidas e um inverno não tão rigoroso, o que facilitava a rotatividade de culturas e o sucesso no desenvolvimento das modernas lavouras de grãos.

As diretrizes do planejamento estratégico do Prodegran enfatizam os aspectos físico-geográficos da região da Grande Dourados que possuía solo, relevo e clima favoráveis ao desenvolvimento das lavouras de grãos que, “diante dessa vocação geoprodutiva, a região de Dourados se constituirá em um dos grandes celeiros de recursos alimentares do país, sendo uma das poucas áreas do país dotadas de excepcional potencial agrícola”¹⁵⁴.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 05.

¹⁵³ EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Recomendação técnica para o cultivo da soja na região da Grande Dourados 1986/87**. Circular Técnica N°. 13. Dourados, 1986, p. 06.

¹⁵⁴ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1976b, p. 22.

Com superfície aproximada de 78 mil Km² e uma população que se acerca de 500 mil habitantes, a Grande Dourados tem sua potencialidade produtiva embasada nos fatores terra e clima. A fertilidade dos solos, formados, em sua maioria, a partir de rochas eruptivas básicas (basalto), a topografia suave e a boa distribuição de chuvas, por longo período anual, possibilitam, mediante a introdução de tecnologia mais avançada, o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade¹⁵⁵.

Para sanar as fragilidades da região da Grande Dourados (deficiências de recursos tecnológicos, energia elétrica, transportes, armazenamento, erosão e falta de crédito rural), o governo canalizou estudos e recursos no sentido de solucioná-los. Para isso, o Prodegran, em parceria com os governos estadual e municipal, desenvolveu 83 projetos orientados para cinco subprogramas fundamentais para o sucesso do Prodegran, a saber:

1. Transporte (07 projetos);
2. Energia elétrica (60 projetos);
3. Armazenamento (05 projetos);
4. Controle e prevenção da erosão (05 projetos);
5. Pesquisa, assistência técnica, promoção e apoio logístico (06 projetos).

Para investir nos 83 projetos, o Programa previu gastos na ordem de Cr\$ 472 milhões, sendo Cr\$ 432 milhões da União e Cr\$ 40 milhões do Estado do Mato Grosso; além de Cr\$ 1.265 milhões de recursos creditícios.

A consolidação da região da Grande Dourados na economia nacional concretizou-se com a possibilidade de escoamento e circulação de pessoas, produtos e capital. No dizer de Duarte¹⁵⁶, “no final da década de 60, apesar da interiorização do povoamento, do crescimento demográfico e da anexação de novos espaços ao processo produtivo, a região centro-oeste ainda não era uma região consolidada no desenvolvimento capitalista nacional”.

A construção de novas vias de comunicação rodoviária no CO foram projetadas e desenvolvidas dentro do contexto de expansão das modernas atividades do campo, o que contribuiu para uma nova participação da região da Grande Dourados no cenário econômico nacional, proporcionando uma expansão

¹⁵⁵ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1976a, p. 05.

¹⁵⁶ *Apud* Abreu, *op. cit.*, p. 64.

dos núcleos urbanos, sendo possível destacar, no início dos anos 70, a formação de cidades como centros coletores e distribuidores dos produtos destinados ao mercado paulista.

As vias de comunicação, sobretudo as rodovias, traçaram uma nova participação do Oeste brasileiro no cenário econômico nacional. Os núcleos urbanos expandiram-se em função das suas ligações com São Paulo, embora permanecessem sem conexão interna, na própria região. Neste sentido, é possível destacar, no início dos anos de 70, Campo Grande e Cuiabá, no espaço mato-grossense, como centros coletores e distribuidores dos produtos que demandavam aos mercados paulistas, principalmente¹⁵⁷.

O objetivo do subprograma de transporte era criar condições para possibilitar o escoamento dos produtos agrícolas da região da Grande Dourados. Mas o setor de transporte não teve o desempenho almejado pelo Programa, dos 294 km planejados, foram executados 198,7km, que atenderam principalmente os municípios de Caarapó, Dourados, Maracaju e Ponta Porã. Dos Cr\$ 180 milhões planejados, foram gastos Cr\$ 116.637 milhões¹⁵⁸.

De todos os subprogramas do Prodegran, o que mais recebeu recursos foi o de energia elétrica – 28,4% do total dos recursos do Programa. Os técnicos do governo consideravam o setor energético como o principal empecilho para o desenvolvimento de modernas práticas agrícolas e agroindustriais na região da Grande Dourados. Para ampliar consideravelmente a disponibilidade de energia na região, o Programa previu a construção de 461,4 km de linhas de transmissão, 65.000 MVA em subestações de transformação e 8.137 postes. Tais ações atenderiam ao objetivo desse subprograma ao criar condições necessárias para aumentar a capacidade produtiva da região¹⁵⁹.

Dos Cr\$ 169.373 milhões planejados para investimentos no setor energético, distribuídos na ampliação das linhas de transmissão, nas subestações e na rede de distribuição, Cr\$ 140.821 milhões foram liberados e investidos nesses três projetos do subprograma energia elétrica, sendo que 43% dos recursos foram canalizados

¹⁵⁷ Abreu, *op. cit.*, p. 69.

¹⁵⁸ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1979, p. 18.

¹⁵⁹ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1979, p. 30-33.

para a construção de postes, 36,6% para redes de distribuição e 20,4% para subestações¹⁶⁰.

Apesar da redução dos recursos para o setor energético, o Programa viabilizou as condições necessárias ao processo de modernização do campo e de agroindustrialização das atividades agrárias. Pelo Mapa 21 é possível observar a evolução do sistema de transmissão de energia antes e depois do Prodegran. Como houve o desmembramento da área do Prodegran com a criação de outros municípios, o Mapa 21 já foi elaborado com a inserção das cinco novas unidades administrativas municipais criadas em 1976, a saber: Angélica, Aral Moreira, Deodápolis, Eldorado e Mundo Novo.

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*, pp. 30-33.

Mapa 21: Região da Grande Dourados - Sistema de transmissão de energia (1978)

Dos valores e metas estabelecidas para esse subprograma, é possível observar que os projetos relacionados com a ampliação das linhas de transmissão e rede de distribuição de energia tiveram os melhores desempenhos: 77% e 91% respectivamente, enquanto que as subestações de transformação produziram 32% de MWA do planejado.

Tabela 4: Prodegran - Investimentos no subprograma de energia elétrica (1978)

Energia Elétrica	Recurso planejado Cr\$ (em 1.000,00)	Recurso aplicado Cr\$ (em 1.000,00)	Capacidade programada	Capacidade executada
Linhas de Transmissão	59.566	51.539	461,4 km	355,6 km
Subestações	57.723	28.702	65.000 MWA	21.000 MWA
Rede de distribuição	609.531	60.580	8.137 postes	7.445 postes
Total	169.373	140.821	-	-

Fonte dos dados: Ministério do Interior, 1979, pp. 30-33.

Caso os ideais de Prodegran se efetivassem, a dificuldade de armazenamento era um dos gargalos que deveria ser resolvido, pois, com o crescimento da produção agrícola na ordem de 28% ao ano, a capacidade estática de armazenamento da região da Grande Dourados direcionou recursos para a construção de silos metálicos em pontos estratégicos, com capacidade de armazenamento de 64 mil toneladas, um valor muito abaixo da necessidade real, que era na ordem de 200 mil toneladas¹⁶¹.

Os municípios que receberam investimentos para a construção das unidades armazenadoras foram: Dourados, Maracaju, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia. A capacidade para armazenamento das 64 mil toneladas de produção nesses municípios foi projetada para que os silos de Dourados armazenassem 20 mil toneladas e o dos demais municípios, 11 mil toneladas¹⁶².

Para esse subprograma de armazenamento, foram previstos gastos na ordem de Cr\$ 120 milhões, a maioria para o município de Dourados - Cr\$ 30 milhões. Na prática, porém, foram gastos Cr\$ 133.221 milhões, com exceção do município de Rio Brilhante, que gastou Cr\$ 3.811 milhões a menos do programado; os demais municípios gastaram mais do que o previsto e não concluíram as obras no prazo estipulado. É interessante destacar que, mesmo gastando Cr\$ 13.221 milhões a mais do previsto, quando o Prodegran foi extinto em 1978, apenas a unidade de Rio Brilhante (como já dito a única que gastou menos do que o previsto) concluiu suas obras, com capacidade para armazenar 11 mil toneladas de produtos agrícolas¹⁶³.

Tabela 5: Prodegran - Investimentos no subprograma de armazenamento (1976-1978)

Projeto	Recurso planejado Cr\$ (em 1.000,00)	Recurso aplicado Cr\$ (em 1.000,00)	Capacidade programada (ton.)	Capacidade executada (ton.)
Armazenamento	120.000	133.221	64.000	-
Dourados	30.000	32.174	20.000	-
Maracajú	22.500	28.076	11.000	-
Ponta Porã	22.500	27.805	11.000	-
Rio Brilhante	22.500	18.689	11.000	11.000
Sidrolândia	22.500	26.477	11.000	-

Fonte dos dados: Ministério do Interior, 1979, p. 30.

¹⁶¹ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1976a, p. 07.

¹⁶² Ministério do Interior, *op. cit.*, 1979, p. 22.

¹⁶³ *Idem, ibidem*, p. 30.

O Prodegran canalizou a maior parte de seus recursos para os subprogramas de energia, seguido do transporte e armazenamento. Pela Tabela 6 é possível analisar como os recursos do Programa foram distribuídos ao longo de seu período de execução para esses três subprogramas de infraestrutura.

Tabela 6: Prodegran - Investimentos nos subprogramas de infraestrutura (1976-1978)

Subprogramas	Nº. de projetos	Recursos (Cr\$ 1.000,00)		Quantidade		Desempenho (%)	
		Programado	Aplicado	Previsto	Executado	Financeiro	Físico
1. Armazenamento	05	120	133.221	64.000 t.	11.000 t.	111	17,2
2. Energia Elétrica	60	169.378	140.821	-	-	83,1	66,9
Transmissão	19	59.566	51.539	461,4 km	355,6 km	86,5	77,1
Distribuição	31	52.089	60.580	8.137 postes	7.445 postes	116,3	91,5
Transformação	10	57.723	28.702	65.000 MWA	21.000 MWA	49,7	32,3
3. Transporte	07	180.000	116.637	294 km	198,7 km	64,8	67,6
TOTAL	72	469.378	390.679	-	-	83,2	50,6

Fonte dos dados: Ministério do Interior, 1979, p. 18.

* Relação entre o programado e o aplicado.

** Relação entre o previsto e o executado.

Dos subprogramas da área de infraestrutura, o de armazenamento e os projetos de distribuição de energia foram os que gastaram mais do que o previsto e não atenderam ao desempenho almejado. O projeto de distribuição de energia (postes) chegou perto: apesar de ter gasto 16,3% a mais do valor estipulado, teve um desempenho de 91,5% do planejado. A grande surpresa ficou por conta do armazenamento, que apesar de ter ultrapassado em 11% os valores estipulados, atendeu apenas 17,2% do desempenhado almejado, representando a menor relação entre o previsto e o executado dentre todos os subprogramas.

Um dos fatores que dificultou o desenvolvimento de atividades agrícolas altamente competitivas foi a condição do solo. Apesar do solo prevalecente na região da Grande Dourados ser do tipo latossolo, alguns municípios da região estavam assentados numa formação geológica do arenito de Caiuá. Esses municípios possuíam solos mais frágeis, os quais, agravados pela ocupação territorial sem preocupação com o uso e manejo adequado do solo, sofreram processos erosivos com rápido desgaste do solo e com a formação de voçorocas.

O subprograma de combate e prevenção à erosão elencou 07 dos 12 municípios da região que sofreram processos erosivos para receberem investimentos; porém, apenas cinco receberam recursos do governo: Glória de

Dourados, Ivinhema, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento ficou responsável por receber os recursos federais e executar as obras de combate e prevenção à erosão no meio urbano desses municípios, que canalizou os recursos para as obras de drenagem (galerias, bocas-de-lobo, canais, entre outras).

Tabela 7: Prodegran - Investimentos no subprograma de combate e prevenção de erosão (1976-1978)

Combate à erosão	Recurso planejado (Cr\$ 1.000,00)	Recurso executado (Cr\$ 1.000,00)	Quantidade programada (m)	Quantidade executada (m)
Glória de Dourados	17.098	13.300	4.461	4.461
Ivinhema	21.799	2.360	5.800	5.800
Naviraí	14.550	2.304	6.100	3.660
Nova Andradina	15.950	8.632	3.535	1.947
Ponta Porã	24.722	15.390	3.778	3.778

Fonte: Ministério do Interior, 1979, p. 35.

Os investimentos do Prodegran na área de pesquisa foram pensados de forma estratégica, haja vista que esse subprograma objetivava subsidiar a produção e o incremento produtivo das lavouras de grãos. Para isso, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) instalou uma unidade de pesquisa no município de Dourados, com objetivo de “estabelecer um sistema de pesquisa, que conduza a melhores variedades de plantio para os principais produtos explorados na área-programa e à consequente elevação do nível de produtividade das unidades de produção”¹⁶⁴. Para a pesquisa, foram previstos Cr\$ 42.119 milhões e até outubro de 1978, Cr\$ 5.249 milhões haviam sido liberados¹⁶⁵.

A assistência técnica ficou sob responsabilidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), que tinha como meta melhorar a tecnologia de exploração agropecuária, principalmente no que se refere à técnica de manejo do solo e do uso de insumos agrícolas. A Emater focava recursos e esforços para estimular as atividades produtivas da região da Grande Dourados, com assistência direta aos produtores, e orientava as técnicas de plantio e a inserção de novas culturas, como foi o caso do trigo – cultura de revezamento com a soja – um casamento de sucesso que se convencionou chamar de binômio soja-trigo.

¹⁶⁴ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1979, p. 27.

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 35.

A Emater implantou 49 campos de demonstração para subsidiar 2.260 produtores, que serviram para divulgar as práticas mais recomendadas para o desenvolvimento das lavouras de soja, trigo, milho, arroz e amendoim. Para a assistência técnica, foram previstos Cr\$ 27.003 milhões e liberados Cr\$ 6.829 milhões¹⁶⁶. Os projetos de pesquisa e assistência técnica tiveram o propósito de introduzir a tecnologia e os meios de produção adequados para o sucesso do Programa.

Nos projetos de promoção da agropecuária, o Prodegran planejou as seguintes ações: instalação da Bolsa de Cereais de Dourados, que tinha o objetivo de fornecer aos produtores uma estrutura de comercialização com indicação de cotação, tendências e classificação do produto; elaboração de projetos técnicos para o desenvolvimento da suinocultura na região, com o objetivo de agroindustrializar os derivados da carne suína, embora o que tenha ocorrido foi apenas o desenvolvimento do projeto técnico; e criação da Escola de Agronomia de Dourados, que abasteceria a demanda desses profissionais na região e contribuiria com pesquisas e extensões. Ao todo foram gastos Cr\$ 6.620 milhões para os projetos de promoção da agropecuária. O apoio logístico consistiu na instalação de um escritório central em Cuiabá, que recebeu Cr\$ 4.000 milhões para acompanhar, gerenciar e dar suporte à execução dos projetos.

4.3 A região da Grande Dourados e as mudanças na dinâmica populacional e na produção agrícola

Quando o Prodegran foi criado em 1976, o município de Dourados era o mais populoso da região, com 79.186 habitantes, seguido de Fátima do Sul com 40.913 habitantes e Ponta Porã com 33.978 habitantes. De um total de aproximadamente 500.000 habitantes localizados na região da Grande Dourados, 100.000 residiam nas áreas urbanas, distribuídos em 84.661 km². De 1960 a 1970, o crescimento da população na região foi de 7,2%, no Estado 6% e no país 2,9%¹⁶⁷. A Tabela 8 apresenta alguns dados do crescimento da população na região da Grande Dourados e no Estado de 1960 e 1970.

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 35.

¹⁶⁷ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1976b, pp. 16-19.

Tabela 8: Estrutura demográfica da região da Grande Dourados e do Estado de Mato Grosso (1960 e 1970)

Especificação	1960					1970					Taxa de Crescimento	
	Região	%	Estado de MT	%	% Dourados/ MT	Região	%	Estado de MT	%	% Dourados/ MT	Região	Estado de MT
Pop. total	222.908	-	910.262	-	23,6	444.437	-	1.623.618	-	26,8	7,2	6,0
Pop. urbana	59.898	26,9	364.004	40,0	16,0	139.823	31,4	669.661	43,1	19,6	8,8	6,8
Pop. Rural	163.010	73,1	546.258	60,0	28,7	305.614	68,6	923.957	56,9	32,3	6,5	5,4
Área (km ²)	84.661	-	1.213.459	-	6,3	84.661	-	1.213.459	-	6,3	-	-
Densidade (hab/km ²)	2,6	-	0,7	-	-	5,3	-	1,3	-	-	-	-
Índice (%) de urbanização	27,2	-	40	-	-	31,4	-	43,1	-	-	-	-
Pop. total	93.313	-	474.245	-	19,2	137.466	-	585.446	-	23,0	4,0	2,1
Primário*	47.460	50,9	170.218	35,9	26,7	99.753	72,6	297.539	50,8	32,6	7,7	5,8
Secundário*	4.638	5,0	36.410	7,7	12,5	10.174	7,4	56.714	9,7	17,7	8,2	4,6
Terciário*	41.215	44,1	267.617	56,4	15,3	27.539	20,0	231.193	39,5	11,8	-	-

* População Economicamente Ativa

Fonte: Ministério do Interior, 1976b, p. 20.

Em 1984, técnicos da Sudeco elaboraram um relatório de pesquisa discutindo o sistema produtivo e o êxodo rural ocorrido na região da Grande Dourados entre o período de 1970 a 1980. Segundo o relatório¹⁶⁸, o avanço da fronteira agrícola na região foi configurado por três tipos de fronteiras:

1. Fronteira de subsistência: caracterizada pelo predomínio de pequenos produtores com baixa capacidade técnica e financeira, falta de infraestrutura produtiva e de comercialização. A falta de recursos para investimentos comprometeu a dinâmica do sistema produtivo, conferindo uma produção de subsistência;
2. Fronteira especulativa: nesse tipo de fronteira prevaleceu a presença de capitais que investiram na compra de grandes propriedades com o intuito de revendê-las ou de loteá-las quando estivessem mais valorizadas. Essa fronteira também ocupou espaço de abrangência da fronteira de subsistência localizado nas propriedades menos valorizadas;
3. Fronteira de integração: ao contrário das demais fronteiras, na fronteira de integração estavam presentes as terras mais caras, com maiores investimentos em técnicas produtivas e maior produtividade. A necessidade de uma estrutura para a integração dos produtores ao sistema produtivo possibilitou o desenvolvimento de uma rede de assistência produtiva e de comercialização, com a abertura de bancos, lojas de implementos, maquinários, armazéns, cooperativas, etc. Os investimentos públicos e privados contribuíram para a diminuição das pequenas propriedades, que não tinham condições técnicas e financeiras de concorrerem em igualdade com os grandes latifúndios.

Os produtores localizados na chamada fronteira de integração viram suas propriedades sofrerem rápido processo de valorização, com melhor infraestrutura logística para produção e melhores condições técnicas para o aumento da produtividade. A rápida valorização das terras induziu os pequenos produtores a venderem suas propriedades e a comprarem terras em regiões onde o preço era mais reduzido – o capital permitiu recomeçar em outro lugar com mais terra.

¹⁶⁸ MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório de pesquisa na área de Grande Dourados**. Sistema de produção e êxodo rural. Manaus, 1984, pp. 12-13.

A valorização das terras que mais receberam os incentivos do governo, uma vez que o próprio Prodegran orientou seus investimentos para determinados municípios e culturas específicas, permitiu que os produtores com maior capital de investimento ou de acesso aos financiamentos públicos pudessem adquirir mais terras, às vezes próximas das que já possuíam, formando verdadeiras elites regionais que se concentraram em determinados municípios, contribuindo para o aumento do êxodo rural.

No período de 1980 a 2007, muitos municípios da região da Grande Dourados passaram por um forte processo de êxodo rural, principalmente aqueles oriundos dos projetos de colonização iniciados no governo Vargas. O próprio Relatório de Pesquisa da Sudeco, referente ao sistema de produção e êxodo rural da região da Grande Dourados¹⁶⁹, traz esses dados; dos 20 municípios apresentados pelo relatório, 15 tiveram perda da população rural entre 1970 a 1980.

A crescente migração da população rural para a cidade após os anos 80, coincide com o período em que se intensificou o processo de modernização do campo na região da Grande Dourados, processo este que será analisado no capítulo seguinte. De 1980 a 2007, apenas seis municípios da região da Grande Dourados tiveram aumento no número de habitantes da zona rural; foram eles: Bela Vista, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Andradina, Ponta Porã e Sidrolândia. Todos os demais municípios diminuíram sua população rural; alguns apresentando elevada perda proporcional: Mundo Novo (88%), Fátima do Sul (86%), Deodápolis (79%), Glória de Dourados (73%), Iguatemi (71%), Angélica (71%) e Batayporã (69%)¹⁷⁰.

A maioria dos municípios que receberam projetos de colonização durante o governo Vargas teve, no período de 1980 a 2007, perda da população rural. A única exceção ficou por conta do município de Nova Andradina, que teve um aumento de 17,6% na população rural.

¹⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 46.

¹⁷⁰ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1980 e 2007.

Mapa 22: Região da Grande Dourados – Dinâmica da população rural (1970–2007)

Apesar do Prodegran ter sido orientado para toda a região da Grande Dourados, na prática os recursos se concentraram em determinados municípios que receberam maiores investimentos e recursos para o desenvolvimento da moderna agricultura, principalmente as lavouras de soja, trigo e milho. O relatório final do Prodegran¹⁷¹, ao se referir à estrutura agrária dos municípios da região da Grande Dourados, classificou a área rural da região em duas categorias onde predominavam: pequenas e médias propriedades e médias e grandes propriedades.

¹⁷¹ Cf. Ministério do Interior, *op. cit.*, 1979, pp. 36-42.

Mapa 23: Região da Grande Dourados - Predomínio das propriedades rurais segundo o tamanho (1978)

O grupo dos pequenos e médios produtores era predominantemente de baixa renda e a maioria deles eram proprietários de suas terras. Esses produtores se dedicavam à culturas consorciadas; a principal era o café e as secundárias eram: feijão, milho, arroz e soja. Já com os médios e grandes produtores predominava o sistema de arrendamento, onde eram cultivados soja, arroz, trigo e milho, que juntos representaram 20% da área destinada à agricultura; o que predominava nessas propriedades era a pecuária extensiva de baixo nível tecnológico.

Os maiores problemas enfrentados pelos pequenos produtores, segundo o próprio relatório, eram: “falta de título da posse da terra; baixo grau de instrução dos produtores; reduzido tamanho da propriedade; indisponibilidade de crédito; mecanização reduzida e pouca utilização de insumos modernos”¹⁷². Ao especificar

¹⁷² *Idem, ibidem*, p. 42.

os grandes produtores, o relatório aponta que os maiores problemas enfrentados por essa categoria eram:

Uso insuficiente de corretivos de acidez, fertilidade e conservação de solos; falta de sementes selecionadas; o uso de tecnologias recomendadas pelos atuais sistemas de produção é deficiente; forte ocorrência de pragas no solo; uso de tecnologias oriundas de outras regiões agrícolas que muitas vezes não se adaptam as condições locais e pequeno número de culturas trabalhadas¹⁷³.

Desde a época das colônias agrícolas do governo Vargas, os colonos das pequenas propriedades dedicaram-se a diversas atividades agrícolas, mas com destaque para: café, arroz, feijão, milho e mandioca. Com as geadas dos anos 50, o plantio do café diminuiu e ascenderam as plantações de algodão e amendoim. Quando o Prodegran incentivou o aproveitamento do potencial agrícola da região da Grande Dourados atrelado às modernas lavouras de grãos, principalmente a soja, parte das pequenas propriedades estavam em verdadeiro abandono, com solos desgastados e dificuldades de viabilização de uma agricultura moderna.

Não é possível afirmar que a pequena propriedade – menos de 50 ha, não se integrou às modernas lavouras de grãos, tampouco que todas as pequenas propriedades se integraram; o que ocorreu é que essas propriedades apresentaram distintas características em diferentes períodos. Isso conferiu à região uma dinâmica muito mais complexa do que uma simples afirmação de que os pequenos se dedicaram puramente às atividades da policultura, pois muitos deles canalizaram sua produção para a soja e a pecuária bovina, enquanto outros diversificaram sua produção.

As pequenas propriedades que apresentaram melhores condições de inserção à moderna produção de grãos foram aquelas localizadas em áreas onde as condições físico-geográficas eram favoráveis, principalmente as localizadas em terras com latossolo. A soja cultivada nesse tipo de solo conferiu aos produtores um rendimento até duas vezes superior aos demais tipos de solos presentes na região, garantindo maior produtividade e rentabilidade aos produtores e, conseqüentemente, maior valorização das terras.

¹⁷³ *Idem, ibidem*, p. 42.

Isso contribuiu para que muitas pequenas propriedades aderissem à soja como a principal atividade econômica de suas propriedades. Apoiada pelos incentivos estatais, essa cultura ocupou espaços em terras com maiores investimentos públicos e privados, concentrando capital e poder. Não será mais o tamanho da propriedade (pequena – menos de 50 ha; média – de 50 a menos de 1.000 ha; ou grande – acima de 1.000 ha) que determinará a cultura a ser produzida, como o foi no governo Vargas, e sim, a terra e suas condições físico-geográficas, logística e de infraestrutura.

As pequenas propriedades localizadas em regiões com melhores condições geográficas para o desenvolvimento da soja, como nas terras com latossolo roxo, também conhecida por terra roxa, mecanizaram suas terras por meio de empréstimos bancários ou de aluguéis de maquinários. Já as pequenas propriedades localizadas em terras arenosas, como parte dos produtores localizados nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí e Vicentina, mantiveram-se com as culturas do algodão, amendoim, feijão, milho, mamona, arroz e pastagens, com predomínio da rotação algodão-feijão. Como o solo argiloso conferia um bom nível de produtividade em relação às demais variações de solo existentes na região, municípios que apresentavam variações de solos, mas com presença do latossolo roxo, mantiveram tanto a cultura da soja como a do algodão. Foi o caso do município de Fátima do Sul que, pela constituição do solo ser do tipo terra roxa e arenosa, conviveram o binômio soja-trigo a oeste do rio Dourados, onde predominava a terra roxa; e o binômio algodão-feijão a leste do rio Dourados, onde predominava a terra arenosa.

As pequenas propriedades que não se dedicaram à cultura da soja apresentaram algumas adversidades para se consolidarem no mercado, levando muitos produtores ao fracasso e ao abandono da lavoura. O Relatório de Pesquisa da Sudeco, referente ao sistema de produção e êxodo rural da região da Grande Dourados, apresenta os principais motivos do abandono das lavouras por parte dos pequenos produtores¹⁷⁴:

1. Fraqueza das terras e diminuição dos rendimentos com a lavoura;
2. Desvalorização de alguns produtos cultivados pelos produtores, como o amendoim;

¹⁷⁴ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1984, p. 20.

3. Dificuldade de viabilização de financiamentos;
4. Diminuição da mão de obra familiar com desagregação das famílias que veem seus filhos mudarem para a cidade em busca de estudos ou por motivos de casamento, inviabilizando o trabalho na lavoura com reduzido número de trabalhadores;
5. Insegurança do produtor em lidar com a lavoura, pois as intempéries naturais como chuvas ou secas e a erosão, podiam acarretar a perda total de sua lavoura que já era reduzida, fazendo com que a pastagem se tornasse uma atividade mais segura.

O retorno ou a manutenção da tradicional atividade da pecuária bovina foi a alternativa encontrada por muitos pequenos produtores que se dedicaram à pecuária leiteira, uma atividade que exige menos espaço físico do que a pecuária de corte. Como as técnicas de criação do gado de leite não eram desenvolvidas de forma sustentável, em pouco tempo o solo dessas propriedades, que já era arenoso, sofreu com a quantidade de gado acima da capacidade de suporte do pasto. Esse fator, associado à falta de técnicas adequadas de manejo da pastagem, contribuiu para a formação de voçorocas e para o baixo rendimento da pastagem. Diferente das atividades da policultura, que demandavam maior contingente de mão de obra, a pecuária leiteira gerava poucos empregos, o que contribuiu para o aumento do êxodo rural.

As lavouras do algodão e do feijão possibilitaram maior geração de emprego em relação à tradicional atividade da pecuária bovina. Por serem atividades cíclicas, possuíam época certa de colheita, o que possibilitou maior contratação de empregados, no caso, os desempregados do urbano ou os chamados bóias-frias, que trabalhavam temporariamente nas colheitas.

Ao recorrer à diversificação agrícola, o pequeno produtor buscava não apenas uma produção de subsistência, mas alternativas para rendimentos que não fossem anuais, pois culturas como algodão, feijão e arroz, possibilitam apenas um rendimento por ano. A inserção de atividades capazes de gerar renda mais de uma vez por ano era necessária para a própria sobrevivência dos produtores.

A partir dos anos 80 do século XX, a região da Grande Dourados presenciou uma verdadeira luta de sobrevivência dos pequenos produtores, onde cada município buscou alternativas próprias para inserir o campo no contexto produtivo regional, incentivando várias atividades destinadas aos pequenos produtores, como avicultura, mandiocultura, ovinocultura, piscicultura, sericicultura e suinocultura.

Mas a produção em si não era sinônimo de sucesso produtivo e de venda dos produtos; era necessário que o Estado e a iniciativa privada implantassem as condições necessárias com financiamentos, subsídios, capacitação, infraestrutura logística e de transporte, comercialização, garantia de preços, etc. Essas condições eram necessárias para que as diversas atividades produtivas que surgiam com os planos municipais e estaduais de desenvolvimento se sustentassem. Era necessário integrar aqueles que foram excluídos do sistema produtivo associado às modernas lavouras de grãos, o que se daria pelo incentivo estatal para a instalação de frigoríficos e agroindústrias na região.

Assim como as pequenas propriedades, as propriedades acima de 500 ha também apresentaram diferentes formas de integração à dinâmica produtiva nacional, não sendo possível agrupá-las como exclusivas produtoras de soja. Nessas propriedades também houve alternância de culturas e predomínio de mais de uma atividade econômica.

Nas grandes fazendas de gado era comum que parte da propriedade, aproximadamente 10%, fosse reservada para o cultivo da soja, que não raro se dava por arrendamento. O plantio da soja ajudava a recuperar o solo desgastado com a pecuária que, após três anos de plantio, voltava a receber pastagens. Os fazendeiros de gado não costumavam recorrer aos financiamentos; até 1984 apenas 13,3% dos fazendeiros o fizeram. Ao contrário destes, os lavoureiros costumavam recorrerem aos cofres públicos para o desenvolvimento de suas lavouras; até 1984, 68% dos lavoureiros já tinham lançado mão de algum tipo de financiamento¹⁷⁵.

Também era possível encontrar fazendeiros que alternavam a produção entre soja e gado conforme o desgaste do solo e o preço médio do produto no mercado. Mas o que mais ocorreu, foi a migração dos produtores da tradicional pecuária

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 29.

bovina para a moderna cultura da soja que, em função de seu valorizado preço no mercado internacional e dos incentivos estatais, atraiu os produtores de gado.

Muitas fazendas de criação de gado extensivo desenvolveram-se próximo da fronteira com o Estado de São Paulo, mas especificamente nos municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã e Nova Andradina. Para não ter despesas e trabalhos com a abertura de matas para a formação do pasto, os fazendeiros tinham a prática de arrendar as terras para o plantio de algodão, arroz ou milho; o contrato de arrendamento era de três anos e o arrendatário pagava 30% do valor da colheita. Findo o contrato, a terra deveria ser entregue com a pastagem formada para que o proprietário desse início à criação de gado extensivo, cujas sementes eram fornecidas pelo proprietário da fazenda. Em função da derrubada de matas para abertura de lavouras e posteriormente de pastagens, formaram-se cinco serrarias no município de Taquarussu e oito em Nova Andradina¹⁷⁶.

O sistema de arrendamento de terras para lavouras era mais comum em culturas como algodão, arroz e milho, que podiam ser desenvolvidas em três anos. A soja exigia um maior investimento em maquinários e necessitava de pelo menos cinco anos para que o solo fosse preparado de forma satisfatória. Como os contratos eram de apenas três anos, a cultura da soja se desenvolveu mais pelos proprietários das terras do que pelo sistema de arrendamento.

Quando o Relatório Final do Prodegran foi elaborado em 1979, a região da Grande Dourados era composta por 27 municípios. Como os recursos do programa e as políticas de desenvolvimento regional foram orientadas, principalmente, para as lavouras de grãos, o próprio Relatório Final, ao fazer uma avaliação da potencialidade agrícola da região, o faz apenas para 22 e não para os 27 municípios membros da região, demonstrando as intenções e propósitos do programa em investir em determinados municípios em detrimento de outros. Segundo o relatório, até 1978 a área total ocupada por atividades agrícolas na região era de 15% e com a pecuária extensiva de 80%¹⁷⁷, evidenciando que até aquela data a atividade econômica predominante na região era a tradicional pecuária bovina.

No período de 1974-1975, a área da região da Grande Dourados destinada para a produção agrícola foi de 480.567 ha, no período de 1976-1977 essa área

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 34.

¹⁷⁷ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1979, pp. 36-38.

passou para 876.002 ha. Comparando os dados desses períodos, é possível perceber que o crescimento de 83% da produção agrícola deu-se em função do aumento da área destinada às lavouras (82%) e não em função do incremento da produtividade que, segundo o relatório, decorreu do fato de que “ainda não se estabeleceu um sistema ideal de utilização tecnológica para a região de Dourados”¹⁷⁸.

Tabela 9: Região da Grande Dourados – Potencial agrícola segundo o Prodegran (1978)

Município	Área (km ²)	Potencial agrícola (ha)	Área plantada (ha)	Área disponível (ha)	Percentual de ocupação
Amambai	8.938	715.040	42.000	673.040	5,87
Anaurilândia	2.750	220.000	10.100	209.900	4,59
Antonio João	1.281	128.000	20.100	107.900	15,70
Bataguassu	1.861	148.880	8.420	140.460	5,66
Batayporã	3.271	261.680	8.310	253.370	3,18
Bela Vista	4.662	372.960	8.700	364.260	2,33
Caarapó	3.831	306.480	53.400	253.080	17,42
Dourados	5.911	472.880	192.300	280.580	40,67
Fátima do Sul	615	49.200	45.300	3.900	92,07
Glória de Dourados	635	50.800	28.400	22.400	55,61
Guia Lopes da Laguna	2.202	176.160	12.200	163.960	6,93
Iguatemi	6.588	527.040	85.200	441.840	16,17
Itaporã	529	42.320	26.900	15.420	63,56
Ivinhema	2.585	206.800	23.500	183.300	11,36
Jardim	2.507	200.560	13.500	187.060	6,73
Jateí	2.155	172.400	5.670	166.730	3,29
Maracaju	4.082	326.560	156.100	170.460	47,80
Naviraí	3.819	305.520	18.500	287.020	6,06
Nova Andradina	5.610	448.800	8.800	440.000	1,96
Ponta Porã	7.651	655.000	154.000	501.000	23,51
Rio Brilhante	6.616	529.280	56.100	473.180	10,60
Sidrolândia	6.562	524.960	73.000	451.960	13,91
Total	84.661	6.841.320	1.050.500	5.790.820	15,36

Fonte dos dados: Ministério do Interior, 1979, p. 38.

Boa parte dos municípios da região da Grande Dourados possuía baixo percentual de ocupação agrícola, uma média de 15%, mas a disparidade no nível de ocupação entre os mesmos era grande. O município de Fátima do Sul chegou a ter um nível de ocupação agrícola de 92,07%, o maior índice de todos os municípios da região, enquanto outros municípios como Nova Andradina e Bela Vista obtiveram índices de 1,96% e 2,33%, respectivamente, evidenciando a disparidade no processo de inserção desses municípios à produção das modernas lavouras de grãos. Em 1978, apenas três municípios faziam uso de mais de 50% do potencial

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 40.

agrícola do município com atividades agrícolas: Fátima do Sul (92,07%), Glória de Dourados (55,61%) e Itaporã (63,56%). Todos os demais tiveram menos de 50% das áreas com potencial agrícola utilizadas.

A região da Grande Dourados apresentava grande potencial agrícola ainda não explorado, com condições amplamente favoráveis para que se desenvolvesse uma agricultura moderna de alta produtividade. Era necessário aumentar a produção agrícola que, na visão do governo, era pré-condição mínima para o desenvolvimento econômico e para a almejada agroindustrialização das atividades agrícolas na região. Além de aumentar e diversificar a produção, era necessário atrair as agroindústrias.

A geração de um excedente de alimentos e matérias-primas constitui, na realidade, pré-condição mínima para a ocorrência do desenvolvimento econômico. Há necessidade de que se promova um processo de diferenciação de atividades, propiciando à região, infraestrutura que permita melhores condições ao desenvolvimento agropecuário, bem como meios para que os excedentes sejam industrializados e comercializados localmente¹⁷⁹.

A atuação do Estado com a criação do Prodegran imprimiu na região da Grande Dourados uma nova configuração territorial, pautado não mais pela integração interna das pequenas propriedades orientada para o abastecimento do mercado interno, era necessário inserir a região ao novo circuito produtivo nacional integrado ao mercado externo, onde a produção de grãos e sua agroindustrialização faziam-se necessários.

A partir dos anos 70 do século XX, as lavouras de grãos foram introduzidas na região da Grande Dourados num contexto de modernização e produção voltada para exportação, que contou com forte apoio do Estado no fomento da pesquisa, assistência técnica, crédito, construção de infraestrutura, etc. Na região atendida por esse Programa, a lavoura que mais recebeu investimentos e estímulo produtivo foi a soja, que era consorciada com a cultura do trigo no clássico binômio soja-trigo.

¹⁷⁹ Ministério do Interior, *op. cit.*, 1979, p. 45.

Tabela 10: Região da Grande Dourados – Produção de soja (1976–2006)

ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (em ton.)	ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (em ton.)
01	Dourados	7.132.707	21	Batayporã	176.978
02	Ponta Porã	6.921.373	22	Anaurilândia	170.693
03	Maracaju	6.002.158	23	Jardim	162.031
04	Sidrolândia	4.138.250	24	Angélica	156.930
05	Rio Brilhante	3.468.429	25	Nova Andradina	150.904
06	Aral Moreira	2.854.989	26	Taquarussu	145.602
07	Itaporã	2.406.102	27	Coronel Sapucaia	141.057
08	Caarapó	2.143.992	28	Deodópolis	135.566
09	Laguna Carapã	1.372.015	29	Guia L. da Laguna	126.040
10	Amambaí	790.533	30	Sete Quedas	118.756
11	Nova Alv. do Sul	530.100	31	Juti	109.221
12	Fátima do Sul	506.043	32	Tacuru	105.872
13	Naviraí	466.798	33	Vicentina	104.660
14	Douradina	423.192	34	Jateí	84.819
15	Antônio João	373.953	35	Ivinhema	53.878
16	Bela Vista	290.849	36	Paranhos	46.305
17	Itaquiraí	245.239	37	Glória de Dourados	45.602
18	Eldorado	185.039	38	Japorã	34.226
19	Mundo Novo	177.907	39	Bataguassu	12.925
20	Iguatemi	177.822	40	Novo Horiz. do Sul	3.904

Fonte dos dados: IPEA, 1976-2006.

Tabela 11: Região da Grande Dourados – Produção de trigo (1976–2006)

ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (em ton.)	ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (em ton.)
01	Dourados	1.137.894	21	Eldorado	14.274
02	Ponta Porã	559.760	22	Sete Quedas	8.956
03	Itaporã	487.880	23	Nova Andradina	8.383
04	Maracaju	388.431	24	Guia L. da Laguna	8.062
05	Sidrolândia	270.400	25	Iguatemi	7.979
06	Rio Brilhante	254.889	26	Coronel Sapucaia	7.699
07	Caarapó	238.195	27	Angélica	7.411
08	Aral Moreira	200.985	28	Glória de Dourados	5.366
09	Fátima do Sul	96.822	29	Jardim	5.194
10	Douradina	86.649	30	Mundo Novo	5.090
11	Amambaí	78.550	31	Bela Vista	4.801
12	Laguna Carapã	73.660	32	Juti	3.550
13	Naviraí	60.927	33	Vicentina	2.202
14	Nova Alv. do Sul	46.414	34	Tacuru	1.945
15	Antônio João	44.606	35	Japorã	1.446
16	Taquarussu	18.627	36	Jateí	1.337
17	Batayporã	17.783	37	Paranhos	914
18	Itaquiraí	16.639	38	Bataguassu	157
19	Deodópolis	15.029	39	Ivinhema	33
20	Anaurilândia	14.302	40	Novo Horiz. do Sul	0

Fonte dos dados: IPEA, 1976-2006.

O binômio soja-trigo repercutiu no crescimento produtivo dessas culturas, os 14 municípios que mais produziram soja também foram os que mais produziram

trigo. Comparando esses dados com os 14 municípios que mais produziram milho, foi possível observar que apenas o município de Fátima do Sul, presente no grupo dos maiores produtores de soja e trigo, não estava no grupo dos maiores produtores de milho. No lugar desse município passou a fazer parte o município de Itaquiraí.

Tabela 12: Região da Grande Dourados – Produção de milho (1976–2006)

ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (em ton.)	ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (em ton.)
01	Dourados	3.236.831	21	Mundo Novo	171.466
02	Maracaju	2.632.920	22	Coronel Sapucaia	165.532
03	Rio Brilhante	1.827.805	23	Angélica	160.286
04	Ponta Porã	1.816.803	24	Guia L. da Laguna	154.852
05	Sidrolândia	1.662.334	25	Jardim	151.871
06	Caarapó	1.516.056	26	Antônio João	145.172
07	Itaporã	1.286.402	27	Ivinhema	135.897
08	Aral Moreira	961.603	28	Iguatemi	131.863
09	Laguna Carapã	584.537	29	Juti	125.280
10	Naviraí	468.094	30	Anaurilândia	117.603
11	Amambaí	430.628	31	Tacuru	116.866
12	Douradina	320.398	32	Jateí	113.501
13	Nova Alv. do Sul	312.050	33	Vicentina	110.836
14	Itaquiraí	272.355	34	Nova Andradina	104.522
15	Eldorado	265.379	35	Taquarussu	101.389
16	Fátima do Sul	260.560	36	Glória de Dourados	50.706
17	Bela Vista	249.952	37	Japorã	42.968
18	Sete Quedas	192.596	38	Bataguassu	33.810
19	Batayporã	182.471	39	Paranhos	31.949
20	Deodápolis	177.732	40	Novo Horiz do Sul	27.720

Fonte dos dados: IPEA, 1976-2006.

Apesar do Prodegran ter sido criado em 1976, os estímulos às lavouras de grãos já eram realizados dentro das diretrizes da Sudeco pelo Prodoeste e pelo I Pladesco. A integração dos municípios às modernas lavouras de grãos só se intensificou após a criação do Prodegran, mas, ao contrário do que previa o próprio Programa, ela não se deu para todos os produtores, sendo, do ponto de vista sócio-territorial, seletiva e excludente.

Hoje, só não se planta soja no vaso que fica em cima da mesa da sala, o produtor Luiz da Mota Guedes, que [...] veio do Paraná e comprou um lote na Colônia Agrícola, dá como exemplo o seu próprio caso. [...] Quando percebeu que todo mundo estava plantando soja ele também aderiu e, hoje, ao sair pela porta da sua casa e caminhar cinco passos, já está em meio aos grãos. O que acontece com Luiz Guedes repete-se praticamente em todos os 10 mil lotes da Colônia, o que pode ser comprovado sobrevoando-se a região: o que se vê são plantações e mais plantações de soja, em meio às quais existem apenas as casas e quase nada mais¹⁸⁰.

Com exceção do município de Fátima do Sul, os municípios que mais produziram soja e trigo na região da Grande Dourados, durante o período de 1976 a 2006, foram exatamente os mesmos que mais produziram milho, configurando uma região dentro da região da Grande Dourados. Isso comprova que os propósitos do Prodegran em constituir, no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, uma região produtiva de grãos integrada à economia nacional, não se processou em toda a região. Essa integração não se deu para todos os produtores nem para todas as lavouras, ela foi direcionada para as modernas lavouras de grãos, principalmente a soja, e orientada para determinados municípios.

Analisando a criação de gado na região da Grande Dourados, foi possível constatar que a pecuária bovina não concentrou suas atividades numa área específica da região; sua ação se deu de forma descontínua como pode ser observado no Mapa 25 (p. 135). Mesmo assim, oito municípios da região, além de terem sido os maiores produtores de soja, trigo e milho, também foram os que concentraram a maior criação de gado. Foram eles: Amambai, Caarapó, Dourados, Maracaju, Naviraí, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia, demonstrando que a presença do capital produtivo concentrou investimentos e recursos nesses municípios, e não em toda a região.

¹⁸⁰ Revista Interior, *apud* Abreu, *op. cit.*, p. 183.

Tabela 13: Região da Grande Dourados – Rebanho bovino (1976–2006)

ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (em cabeça)	ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (em cabeça)
01	Amambaí	12.622.649	21	Angélica	4.017.681
02	Nova Andradina	10.899.545	22	Guia L. da Laguna	3.527.273
03	Sidrolândia	10.786.820	23	Eldorado	3.275.520
04	Ponta Porã	10.521.913	24	Antônio João	2.668.462
05	Rio Brilhante	9.377.264	25	Aral Moreira	2.629.454
06	Maracaju	9.255.318	26	Juti	2.545.665
07	Naviraí	9.221.430	27	Sete Quedas	2.536.141
08	Bela Vista	8.901.907	28	Deodápolis	2.488.596
09	Iguatemi	8.343.879	29	Itaporã	2.169.400
10	Anaurilândia	7.841.784	30	Taquarussu	1.897.518
11	Caarapó	7.386.617	31	Paranhos	1.773.114
12	Dourados	7.290.345	32	Coronel Sapucaia	1.707.909
13	Ivinhema	6.758.183	33	Mundo Novo	1.639.050
14	Itaquiraí	5.628.160	34	Glória de Dourados	1.633.852
15	Jateí	5.472.382	35	Laguna Carapã	1.449.935
16	Bataguassu	5.439.448	36	Novo Horiz. do Sul	1.241.496
17	Jardim	4.860.231	37	Fátima do Sul	802.832
18	Batayporã	4.628.094	38	Japorã	675.342
19	Tacuru	4.388.069	39	Vicentina	593.574
20	Nova Alv. do Sul	4.374.184	40	Douradina	387.087

Fonte dos dados: IPEA, 1976-2006.

Mapa 25: Região da Grande Dourados - Municípios criadores de gado (1976-2006)

Entendendo que o processo de integração da região da Grande Dourados foi, do ponto de vista sócio-territorial, seletivo e excludente, associando parte dos produtores às modernas lavouras de grãos e excluindo outros produtores desse processo produtivo, o próximo capítulo não terá mais como recorte geográfico a unidade estabelecida pelo Prodegran em 1976, que selecionou uma área composta hoje por 40 municípios. Ao invés, será enfocada a nova região baseada nos critérios já apresentados na introdução e nas discussões apresentadas nesse capítulo, que configurou um recorte geográfico composto por 14 dos 40 municípios da região da Grande Dourados, conforme Mapa 5 (p. 19), o qual denominamos de região produtiva de Dourados.

*5. A modernização do campo brasileiro e a integração da
região produtiva de Dourados à economia nacional
(1976–2006)*

Foto 15: Avanço da área cultivada de soja no perímetro urbano do município de Maracaju (2008).
(Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Maracaju, 2010).

*O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado
diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e
desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se
armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as
oscilações dos preços externos e internos, e a ganância dos intermediários.*

(Milton Santos. O espaço do cidadão, pp. 41-42).

Devido aos distintos processos históricos de formação da economia brasileira, o Brasil constituiu-se com diferentes níveis de desenvolvimento regional, apresentando disparidades no desenvolvimento econômico e no nível de integração regional. Por ter sido região de destaque na produção de café, o Estado de São Paulo apresentou melhores condições para a conversão de uma economia mercantil escravista à capitalista a partir de 1930, assumindo, nas décadas subsequentes, o papel de centro hegemônico do capital industrial.

O período de 1930-1955 foi caracterizado, segundo Wilson Cano¹⁸¹, pela Industrialização Restringida, no qual o principal setor da indústria era o de bens de consumo não duráveis, e o período 1956-1970 pela Industrialização Pesada, quando o padrão de acumulação se altera e são implantadas as indústrias produtoras de bens intermediários e de consumo duráveis, o que interferiu no papel das demais regiões do território nacional num processo de complementaridade inter-regional condizente com a lógica de reprodução do capital.

As ideias de desenvolvimento nacional defendidas pelo Estado brasileiro no início dos anos 50 do século XX, estavam ancoradas nos ideários nacionalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que concentrava estudos e propostas de superação do atraso econômico dos países latino-americanos. Sob os ideários cepalinos, o governo brasileiro apostou na indústria como principal indutor do desenvolvimento nacional, competindo à agricultura “os papéis de ‘financiar’ o esforço de substituição de importações, promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do país”¹⁸².

No período da industrialização pesada, acentuou-se a divisão interna do trabalho onde o centro-oeste especializou-se na produção de *commodities*, tendo nos produtos agropecuários de exportação sua principal atividade econômica. Os incentivos públicos e privados recebidos pelo CO para uma produção voltada à exportação, foram condizentes com a lógica de acumulação capitalista emanada a partir da concentração de investimentos no Estado de São Paulo.

¹⁸¹ Sobre a Industrialização Restringida e a Industrialização Pesada, cf. Cano, *op. cit.*, 2007, pp. 180-314.

¹⁸² SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2ª. edição. Porto Alegre: UFRGS, 2003b, p. 87.

A dificuldade de uma efetiva integração inter-regional possibilitou que as diversas regiões do território nacional obtivessem relativa autonomia na organização de suas atividades econômicas. Nesse contexto, a indústria brasileira, que vai ditar o ritmo e a forma de integração da agricultura com os setores industriais, encontrou no Estado de São Paulo condições propícias de acumulação e expansão.

Para sobreviver a essa acirrada competição inter-regional, algumas regiões próximas do Estado de São Paulo, como o sul do Estado de Mato Grosso, os Estados de Minas Gerais e do Paraná, além de manterem seu vínculo com o mercado internacional (agroexportação), assumem o papel de economia complementar de São Paulo.

A partir daquele momento, era a economia de São Paulo que passava a promover a integração do mercado nacional, de forma crescente, tornando-se o centro da decisão maior da acumulação de capital do país. Vista a questão de outra forma, a periferia nacional não mais poderia “percorrer iguais caminhos” percorridos por São Paulo; vale dizer, não teria mais sentido pensar – como ingenuamente alguns ainda hoje pensam – em uma industrialização “autônoma” na periferia nacional¹⁸³.

A concentração industrial no Estado de São Paulo implicou profundas mudanças não apenas no meio urbano, mas estendeu-se para todos os ramos da economia produtiva capitalista, inclusive o campo, que se modernizou e se integrou a uma lógica de produção que visava atender não só a demanda de consumo dos mercados nacional, internacional e da crescente indústria, mas produzir dentro de padrões pré-estabelecidos em que a modernização se fez indispensável.

No final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, já era possível perceber mudanças na organização espacial do campo brasileiro, com alterações nas relações de trabalho, na produção, nas técnicas e ferramentas de trabalho, na estrutura fundiária, no meio ambiente, na prestação dos serviços e nas vias de comunicação, transporte e circulação.

A mudança na forma de produzir revelou, à luz das políticas de desenvolvimento nacional, um modelo de organização da agricultura brasileira subordinado à indústria. Isso ocasionou êxodo rural com transformações nas relações sociais e na reconfiguração do território. A população, que era

¹⁸³ Cano, *op. cit.*, 2007, p. 50.

eminentemente rural até os anos 60, passou a ser urbana graças ao processo de intervenção do governo com planos e programas de desenvolvimento regional, pautados no Projeto Brasil-Potência de consolidação da integração nacional.

Analisar a modernização do campo na região produtiva de Dourados, responsável pela “incorporação das atividades agrárias aos atuais padrões industriais, comerciais e financeiros e aos padrões urbanos de vida”¹⁸⁴ que se processou na região a partir do início dos anos 70, é o desafio que moveu este capítulo, uma modernização que alterou as relações no padrão agrário de produzir e criou uma subordinação e dependência do campo ao capital industrial.

5.1 A modernização do campo brasileiro: integração e exclusão produtiva

O campo brasileiro tornou-se mais um nicho de mercado para a acumulação industrial via agroindustrialização, não desempenhando somente a função de celeiro produtivo nacional, mas de um cliente da indústria. Tal modernização foi classificada por Müller e Martine como Modernização Conservadora¹⁸⁵, caracterizado pela intensa mecanização e quimificação do campo; uma modernização à brasileira que copiou pacotes tecnológicos dos Estados Unidos. Fase em que as atividades agrícolas incorporaram a estrutura da dinâmica industrial, comercial e financeira do sistema vigente, subordinando a agricultura tradicional brasileira por meio da criação, diversificação e expansão de novas configurações territoriais a um novo padrão produtivo.

A modernização do campo impôs uma dinâmica que reestruturou a forma de produzir com a introdução de máquinas (poupadoras de mão de obra), produtos químicos e técnicas que possibilitaram alcançar maior produtividade, tendo no Estado brasileiro um importante aliado do capital industrial, com incentivos públicos orientados para a produção agrícola. Apesar da modernização verificada no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, Queiroz relata que:

¹⁸⁴ MÜLLER, Geraldo. Ambivalência da modernização agrária: ampliação do modo capitalista intensivo de produzir e distribuir nas atividades agrárias. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. N.º. 21. São Paulo: Cebrap, 1988a, p. 168.

¹⁸⁵ Sobre a modernização conservadora, Cf. MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. N.º. 3. São Paulo: Ipea, 1990, pp. 03-44 e Müller, *op. cit.*, 1988a, pp. 168-184.

[...] o grande surto do capitalismo no campo sul-mato-grossense está ligado à implementação, pelo Estado ditatorial instituído no país a partir de 1964, de uma estratégia de “modernização conservadora” da economia brasileira (ou seja, uma estratégia que visava elevar a novos patamares a acumulação de capital mantendo intocados os mecanismos que sempre garantiram o poder e os privilégios das classes dominantes), estratégia em cujas contradições e descaminhos se debate ainda hoje a sociedade brasileira¹⁸⁶.

Para se integrar à nova dinâmica produtiva nacional, a agricultura teve que se modernizar, o que exigiu alterar o padrão produtivo. Mudar o padrão produtivo pressupôs tecnificação e especialização da agricultura. O moderno padrão agrário nacional representou o avanço da ciência na agricultura e mudanças nas formas de organização produtiva. Vejamos, pois, como esse padrão, fruto da modernização conservadora, impôs uma nova forma de organização da agricultura nacional e regional.

A modernização conservadora que mudou a base técnica de produção no país, não visava solucionar um dos maiores problemas da sociedade brasileira: a concentração fundiária. Ao contrário, ela conservou e contribuiu para o aumento da estrutura agrária com predomínio das grandes propriedades rurais e para a formação/consolidação da burguesia rural regional. Tal modernização conciliou o interesse do capital industrial com os da grande propriedade agrícola que, ao modernizar o campo, conservou e acentuou as desigualdades sociais nas áreas rurais.

A característica fundamental da chamada “modernização conservadora” da agropecuária em nosso país é, portanto, o seu caráter excludente, quer se considere o tamanho dos produtores, quer se considere a região do país: eles são principalmente os médios e grandes, embora também haja pequenos produtores em culturas específicas, e estão localizados predominantemente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul¹⁸⁷.

A modernização transformou a estrutura econômica e produtiva do campo, alterou as relações sociais e inseriu a tecnologia e a especialização como ferramentas indispensáveis à efetivação da modernização no contexto de um Programa Internacional denominado Revolução Verde.

¹⁸⁶ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Breve roteiro das transformações recentes no campo sul-mato-grossense (1970 – 1985)**. Dourados, 1989, p. 04. (Fotocópia).

¹⁸⁷ SILVA, José Graziano da. A Industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol. 07, n.º. 03. São Paulo: Fundação SEADE, 1993, p. 04.

Esse programa foi uma das estratégias utilizadas pelo capital industrial com forte apoio estatal para consolidar a integração da agricultura brasileira subordinada à indústria. A modernização conservadora objetivava organizar uma agricultura em bases industriais para aumentar a produção e a produtividade agrícola mundial, com ação do Estado no sentido de expandir o mercado de consumo interno e de aumentar a exportação de produtos agrícolas. O meio rural se modernizou e recebeu altos investimentos para as mudanças na inovação técnica que ampliaram a produtividade agrícola e alteraram as relações sociais e econômicas do campo.

Enfim, essa estratégia centrada na Revolução Verde surge como uma forma inteligente de garantir – apoiada no discurso apologético da modernização da agricultura e na disseminação de um pacote tecnológico – tanto a difusão da integração dependente agricultura-indústria quanto a articulação dos espaços agrícolas no bojo da expansão do complexo agroindustrial¹⁸⁸.

As regiões brasileiras atingidas pela modernização conservadora sofreram profundas mudanças em sua reorganização espacial, com alterações nas técnicas produtivas e no manejo do solo, graças à inserção de maquinários, equipamentos e produtos químicos para correção e fertilização do solo, controle de pragas, etc., tais práticas faziam parte do pacote tecnológico da modernização conservadora.

O pacote tecnológico consistiu numa verdadeira lógica de produção empresarial, levando o produtor rural a ficar cada vez mais dependente e subordinado ao capital industrial, uma vez que a produção baseada no novo padrão agrário de produzir não era mais possível se não fosse aquela desenhada pelo capital industrial. Esse padrão pressupõe o uso de determinadas tecnologias com maquinários, equipamentos, produtos químicos e técnicas de preparo do solo, plantio e colheita - desenhava-se uma dependência produtiva do campo em relação aos produtos industriais.

Sobre o moderno padrão agrário de produzir, Geraldo Müller o relata como sendo constituído pelas mudanças do modo tradicional ao moderno modo de produzir e distribuir. Essa mudança sintetizou as transformações: “(i) no objeto de

¹⁸⁸ Silva, *op. cit.*, 1992, p. 20.

trabalho; (ii) no processo de trabalho; (iii) nas formas da força de trabalho; e (iv) na gestão e controle das unidades de produção e distribuição do excedente agrário”¹⁸⁹.

Esse moderno padrão agrário de produzir constituiu-se a partir de fatores que representaram uma barreira à inserção de novos produtos que não fossem aqueles articulados com as agroindústrias. Tais fatores “são o crédito, a incorporação de técnicas disponíveis, o gerenciamento e a capacidade de comercialização”¹⁹⁰. Uma modernização que não integrou todos os produtores, ela foi direcionada para determinadas lavouras e propriedades, como afirma Vitule¹⁹¹: “a modernização da agricultura é um processo longo, descontínuo, contraditório e desigual, que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo”.

Apesar da modernização do campo ter sido parcial, pois nem todas as atividades agrárias foram atingidas pelo processo modernizador, não era possível dizer o mesmo do pacote tecnológico que acompanhava essa modernização. O sucesso dependia do uso de todas as ferramentas e orientações que faziam parte do pacote, evidenciando o estratégico papel dos sistemas de pesquisa agrícola e de extensão rural para garantir a expansão e consolidação do Complexo Agroindustrial (CAI). A industrialização do campo, como parte do processo de modernização conservadora, produziu desigualdades econômicas, organizacionais e regionais. Mesmo sendo um processo parcial, a modernização teve uma “tendência à homogeneização das condições de produção e distribuição provocadas pela incorporação da agricultura à lógica industrial”¹⁹².

A modernização do meio rural no Brasil, encarada do ângulo dos produtos, dos produtores e seus estratos, das localidades e regiões, foi sem dúvida um processo parcial. Dizer isto, porém, é fazer tábula rasa do principal fenômeno, ou seja: a parcialidade impôs condições gerais de produção e comercialização, sem as quais tornou-se inviável qualquer produção na agricultura nacional¹⁹³.

¹⁸⁹ Müller, *op. cit.*, 1988a, p. 176.

¹⁹⁰ MÜLLER, Geraldo. São Paulo – o núcleo do Padrão Agrário Moderno. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol. 07, n°. 03. São Paulo: Fundação SEADE, 1988b, p. 51.

¹⁹¹ VITULE, Maria Luiza de Lima. A agricultura moderna. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n°. 02. São Paulo: Fundação SEADE, 1997, p. 44.

¹⁹² MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 77.

¹⁹³ MÜLLER, Geraldo. Brasil Agrário: heranças e tendências. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol. 07, n°. 03. São Paulo: Fundação SEADE, 1993, p. 14.

Essa modernização trouxe “uma revolução no modo de produzir, organizar e distribuir nas atividades agrárias brasileiras, que suprimiu o divórcio entre agricultura e indústria, campo e cidade”¹⁹⁴; uma revolução que consolidou a expansão da indústria para o campo, trazendo novos elementos nas formas de gerenciamento da produção capitalista. A modernização conservadora acentuou as contradições sociais do campo e impulsionou a reprodução do capital agropecuário.

Em consequência, a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do Complexo Agroindustrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas¹⁹⁵.

O mercado da indústria ampliou-se ao ter a agricultura como mais um mercado consumidor, uma integração entre indústria e agricultura: é a industrialização da agricultura, que se caracterizou pela “incorporação das atividades agrárias ao modo industrial de produzir e ao estilo empresarial de gerir a unidade econômica agrária. Ela é o resultado do consumo crescente de insumos industriais e de serviços técnicos”¹⁹⁶.

A industrialização da agricultura se insere no contexto da modernização do campo, que consiste na intensa integração do capital agrícola com o capital industrial. Um grande consumo de produtos industriais por parte da agricultura que se processou pela sua incorporação ao modo industrial de produção e gerenciamento da atividade agrícola. Segundo Alberto Passos Guimarães¹⁹⁷, a partir da metade do século XX o progresso da indústria dirigida para o campo é que estabeleceu o próprio progresso da agricultura, ditando as regras segundo o qual a agricultura poderá ou não progredir e expandir.

¹⁹⁴ Müller, *op. cit.*, 1988b, p. 50.

¹⁹⁵ Martine, *op. cit.*, p. 06.

¹⁹⁶ Müller, *op. cit.*, 1988a, p. 176.

¹⁹⁷ *Op. cit.*, p. 83.

E isto significou elevação das concentrações de capitais, difusão do progresso técnico (o que amplia e diversifica a demanda intermediária por insumos e máquinas), racionalização da gestão das unidades produtivas e dos processos de trabalho etc. Essas características da industrialização do campo compõem a forma de regulação – expansão e bloqueio – dos setores industriais e agrícolas. Nesse sentido, a agricultura tradicional foi encurralada historicamente e, a despeito das conexões com a agricultura moderna via fornecimento de braços, não dispõe de condições político-econômicas para ingressar no clube moderno¹⁹⁸.

A transição da agricultura tradicional para a agricultura moderna não pode ser resumida como uma fase em que a agricultura se industrializa. Na visão de Alberto Passos Guimarães, a industrialização ocorrida no campo passou da fase espontânea para a fase dirigida por meio da substituição do uso da tração animal pela motorização, das ferramentas tradicionais pelas máquinas modernas, dos adubos naturais pelos artificiais; tudo isso ancorado por uma ampla e moderna produção industrial dotada de muito capital. O autor sustenta a tese de que “não é apenas a agricultura que se industrializa, mas a de que é a indústria que industrializa a agricultura”¹⁹⁹, ou seja, é a grande indústria quem dita as regras ao processo de industrialização do campo, decidindo, inclusive, quem e onde irão os recursos públicos e privados que modernizarão o campo.

Na fase da industrialização dirigida, a agricultura deixou de ter o comércio como principal rota para escoar sua produção, passando a produzir para a indústria que será a grande intermediária entre o produtor e o consumidor final. Essa industrialização pressupõe a presença de uma agricultura moderna, leia-se: consumidora de produtos industriais e de uma indústria processadora apta a absorver a produção agrícola. Segundo Manuel Correa de Andrade, a agricultura dominada pelo capital financeiro estimula a industrialização do campo com a venda de máquinas, adubos químicos, inseticidas e fungicidas, e “toda a programação é feita visando à intensificação da venda destes produtos, em nome de uma aceleração da produtividade e da uniformização dos produtos entregues no mercado”²⁰⁰.

Acompanhando a modernização da agricultura, surgiu também a indústria processadora e/ou beneficiadora de matérias-primas. Verificou-se uma integração

¹⁹⁸ Müller, *op. cit.*, 1988a, p. 179.

¹⁹⁹ Guimarães, *op. cit.*, p. 91.

²⁰⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1984, p. 26.

mais intensa entre os setores industriais e comerciais que trabalham com produtos agrícolas, conhecidos como agroindústrias. As agroindústrias se integraram com os ramos da indústria e do comércio que operavam com os setores agrícolas participando nas atividades agrárias, sendo responsável pela grande articulação entre a produção e o consumo, levando o campo ao processo de urbanização de suas “relações sociais, econômicas e políticas”²⁰¹.

Para Vitule²⁰², a agroindústria pode ser entendida como o meio pelo qual o capital na agricultura se mundializa. “É através da agroindústria que o campo se articula à dinâmica da sociedade global. A agroindústria concentra capitais e descentraliza a produção segundo a lógica de uma rede de operações que se espalha pelas várias partes do mundo”.

A agricultura integrada à moderna dinâmica produtiva vincula-se com a indústria tanto a montante, com a chamada indústria de maquinários e insumos agrícolas, como a jusante, com a indústria de transformação dos produtos agrícolas, por meio de modernos instrumentos industriais e técnicas produtivas, das transformações nas relações de produção e no próprio gerenciamento da unidade produtiva.

A industrialização da agricultura colocou-a num patamar superior de desenvolvimento capitalista, porém, dependente e subordinada às decisões dos capitais industrial e bancário. A integração da agricultura com o capital industrial trouxe àquela uma forte redefinição de sua estratégia produtiva, com inovações nas relações de trabalho, nas técnicas produtivas e no relacionamento com a natureza. Quanto mais a agricultura se integrou ao novo padrão produtivo, mais ela perdeu sua autonomia, seu poder de barganha e sua capacidade de decisão.

A industrialização da agricultura e sua agroindustrialização consolidaram-se com a implantação de um parque industrial tecnificado e capitalizado, especializado em produtos e equipamentos agrícolas modernos responsáveis pelo aumento da produtividade agrícola. A indústria criou mercados para os seus produtos, orientando a cadeia produtiva desde seu planejamento ao consumo final. Essa foi a forma de integração entre indústria e agricultura, uma integração que criou dependência da agricultura em relação à indústria e gerou concentração das

²⁰¹ Vitule, *op. cit.*, p. 49.

²⁰² *Idem, ibidem*, p. 44.

unidades agrárias e centralização dos recursos produtivos. Foi pela indústria que a agricultura se integrou à economia nacional, passando a buscar nos centros urbanos os recursos necessários para seu crescimento e para a constante transformação do produto agrícola em mercadoria, em valor de troca.

A agricultura é atraída à integração não só para assegurar a obtenção de meios de produção mais eficientes, necessários ao incremento de sua produtividade, como também para garantir o escoamento dos seus produtos em um mercado cada vez mais controlado pelas grandes empresas industriais e/ou comerciais²⁰³.

Essa integração, fruto da necessidade de reprodução do capital, conduziu a agricultura para uma “perda gradativa de sua independência, de modo que os fatores de sua modernização iam se tornando, simultânea e contraditoriamente, em fatores de sua subordinação”²⁰⁴. E quanto mais a agricultura se integra com a indústria, mais dependente se torna; uma integração que não exige que a indústria se interiorize, ela também se processa pelo estabelecimento de vínculos financeiros, operacionais e de planejamento, podendo dispensar a proximidade física.

O capital industrial foi a grande força propulsora da reestruturação e da integração da agricultura ao mercado. Mas os níveis e formas de integração não se deram de forma homogênea no tempo e no espaço; existem diferentes graus de participação da agricultura em seu processo de integração com o mercado nacional e internacional. Quanto mais integrada a agricultura for, ou seja, quanto mais dependente da indústria e dos sistema bancário, menos autônoma ela será e mais poderosa será a empresa integradora.

O processo de integração entre agricultura e indústria inseriu a agricultura num conjunto de atividades inter-relacionadas que compõem o CAI. Esse complexo consiste em uma relação mais intensa entre a industrialização da agricultura e as agroindústrias, processada de duas formas: a primeira com a indústria fornecedora de máquinas e insumos para o campo – industrialização da agricultura; e a segunda com a indústria processadora e/ou beneficiadora de produtos agrícolas – agroindústria. Ficam então formados os três subsistemas do CAI: os das indústrias a montante, da indústria a jusante da produção agrícola e da agricultura. E mais: “O

²⁰³ Guimarães, *op. cit.*, p. 93.

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 95.

CAI é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações associadas às atividades agrícolas²⁰⁵.

O CAI não vai se constituir apenas pela disseminação de lavouras mecanizadas, mas também por uma ampla rede de distribuição dos maquinários agrícolas e pela rede de captação e distribuição da produção agrícola regional. Não é mais possível pensar numa produção moderna sem que a agricultura tenha se modernizado e integrado ao sistema produtivo nacional, que criou uma dependência do campo em relação aos produtos químicos como adubos, corretivos, herbicidas e fungicidas; às técnicas de plantio e manejo das lavouras com o intenso uso de maquinários, infraestrutura de energia, armazenamento e transporte; às novas alimentações e remédios de uso animal; e ao sistema financeiro, que canalizou recursos com crédito e juros reduzidos para a moderna produção no campo.

Em seu texto “A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira”, José Graziano da Silva²⁰⁶ discute a tendência de urbanização que o campo sofreu pela intensa incorporação da agricultura aos CAIs, que se integra cada vez mais com o setor de serviços, com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos. A urbanização da agricultura traz novas formas de relacionamento e de integração das atividades agrárias que, na visão do autor, não são mais definidas pelo tamanho da propriedade, mas pela forma que essa propriedade, seja ela grande ou pequena, se relaciona com o capital industrial.

O final do século mostraria assim a nossa agropecuária – que não será mais apenas rural, dada a urbanização de inúmeros ramos de atividades e do próprio trabalho no campo – segmentada não mais em grandes ou pequenos produtores, mas em produtores integrados ou não-integrados aos CAI's. Os primeiros, se forem grandes capitais, estarão verticalmente relacionados às atividades agroindustriais, se forem pequenos, buscarão formas sociais e políticas de aliviar essa luta frenética pela sobrevivência [...]. Já os não-integrados – possuem eles grande ou pequenas extensões de terras – estarão condenados a atividades produtivas marginais, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora²⁰⁷.

²⁰⁵ Cf. Silva, *op. cit.*, 1993, pp. 01-10.

²⁰⁶ Müller, *op. cit.*, 1989, p. 54.

²⁰⁷ Silva, *op. cit.*, 1993, p. 07.

A integração da agricultura ao mercado representou a nova forma de produzir do campo subordinada à cidade. Essa subordinação consistiu numa divisão regional do trabalho fruto da evolução do modo capitalista de produzir, garantindo, de um lado, a integração do campo de forma dependente agricultura-indústria, e do outro, a articulação de regiões produtivas ao CAI.

Para Angela Kageyama, a modernização do campo que transforma a base técnica de produção “representa a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias”²⁰⁸.

Na expansão do CAI surgiram novas relações sociais engendradas por novas forças produtivas capazes de gerar diversificadas e complexas relações sociais, provocando tanto a integração do campo, como a capitalização das unidades produtivas, e a exclusão ou não-integração de produtores.

A produção no campo integrada ao CAI, que organiza a agricultura em bases industriais, apareceu como expansão, redefinição e criação dos novos interesses das indústrias e agroindústrias, assim como daqueles setores associados às indústrias química, mecânica e de ração, revelando cada vez mais um desenvolvimento agrícola dependente, atrelado e monitorado pelos interesses do capital monopolista.

As transformações ocorridas no campo deram-se como fruto da ação estatal e do capital monopolista, que desencadearam uma reorganização na lógica de produção pautada por um moderno padrão produtivo. Essas novas relações conduziram a uma verdadeira transformação nas relações sociais no meio rural, que se integraram não só à indústria mas a toda uma lógica de produção e consumo dos produtos industriais. A indústria não transformou apenas o produto agrícola em mercadoria, mas desarticulou a autonomia da base produtiva do campo.

²⁰⁸ KAGEYAMA, Angela; *et. al.* **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Brasília: IPEA, 1990, p. 114.

Para produzir na agricultura não basta mais ser proprietário de terras, ainda que elas sejam um pressuposto da produção. Ocorre que no movimento de sua reposição, enquanto elemento da produção, deve ser levado em conta um certo montante de bens de capital, sem o qual a produção agrícola pode ser posta em xeque pela penalização dos valores. Nesse sentido, a terra subordina-se ao capital industrial e financeiro. Mais precisamente: é o trabalho agrícola que se subordina ao capital, no contexto de uma crescente industrialização das atividades agrárias, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em prol da terra-capital²⁰⁹.

A subordinação da agricultura a uma moderna lógica produtiva atrelou o campo aos CAIs por um conjunto de articulações e de dependência de grandes empresas transnacionais, com domínio tanto na produção de insumos e equipamentos agrícolas como no processamento e beneficiamento industrial dos produtos agropecuários, mantendo controle sobre a comercialização e, em alguns casos, sobre o financiamento. “[...] a atividade agrícola foi integrada de forma dependente, transformando-se em mero apêndice dos poderosos monopólios ou oligopólios industriais”²¹⁰.

Em seu texto “Brasil Agrário: heranças e tendências”, Geraldo Müller²¹¹ faz uma análise das duas grandes heranças que a agricultura herdou do processo de crescimento do país: a dependência da agricultura em relação à indústria e a exclusão de produtores que ficaram à margem da moderna integração produtiva. Ao se integrar, o produtor perdeu sua autonomia, a decisão sobre o que será plantado, para quem será vendido e o preço do produto, passou a ser da indústria ou do Estado que, juntos ou individualmente, decidiram ou sinalizaram o que seria cultivado, quem deveria comprar e quem deveria vender. Essa é uma das características do processo de integração produtiva: a agricultura perdeu sua autonomia para a indústria, que passou “a comandar a direção, as formas e o ritmo das transformações operadas na base de produção agrícola”²¹².

A agricultura teve seu papel e função redefinidos pelas novas exigências produtivas e comerciais, perdendo o controle sobre suas próprias atividades que

²⁰⁹ Müller, *op. cit.*, 1988a, p. 178.

²¹⁰ BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**. Trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 104.

²¹¹ Müller, *op. cit.*, 1993, p. 12.

²¹² MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. **Revista Agrária**. Nº. 4. São Paulo: Revista do Laboratório de Geografia Agrária. 2008, p. 169. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/4/4.htm>. Acesso em: 21/08/2008.

foram subordinadas a uma lógica produtiva integrada à indústria. A modernização configurou à dinâmica rural uma produção pautada por padrões produtivos capazes de gerar um forte êxodo rural; aumenta-se a eficiência produtiva juntamente com o desemprego, gerando aquilo que Geraldo Müller chama de “pobreza moderna rural”²¹³.

A subordinação da agricultura ao capital industrial deu-se de tal forma que não é mais possível pensar numa agricultura moderna, capaz de competir no mercado nacional e internacional, se não for aquela que tenha recebido os investimentos da indústria produtora de equipamentos e insumos e da indústria processadora e/ou beneficiadora dos produtos agrícolas. O campo não sobrevive mais sem a indústria, pois o processo produtivo só se concretiza por meio das atividades não-agrícolas. “Isso quer dizer que as atividades agrárias elevaram sua dependência em relação aos subsetores industriais da mecânica e da química e do subsetor financeiro”²¹⁴.

Para Silva²¹⁵, a modernização da base técnica foi responsável pela substituição do que era produzido internamente por compras extrassetorias: máquinas e insumos; e intrassetorias: sementes e mudas, abrindo espaço para o desenvolvimento do mercado interno que se efetivou pelo aumento no consumo de produtos intermediários por parte da agricultura, acentuando ainda mais a dependência da agricultura para com a indústria.

Analisando a integração da agricultura com a indústria, podemos afirmar que, do ponto de vista puramente econômico, a integração teve êxito, na medida em que inseriu o campo a uma dinâmica produtiva dependente das forças hegemônicas do capital industrial e bancário. A agricultura tornou-se um negócio altamente lucrativo, a produção para autoconsumo perdeu espaço para uma produção de mercado segundo padrões pré-estabelecidos.

²¹³ *Idem, ibidem*, pp. 14-15.

²¹⁴ Müller, *op. cit.*, 1988b, p. 53.

²¹⁵ *Op. cit.*, 2003b, p. 92.

Colocando-se sob a dependência da força mais dinâmica do progresso econômico – a grande indústria – pôde a agricultura prosseguir no caminho da industrialização, assimilar a mais avançada tecnologia, empregar métodos industriais de gestão compatíveis com o emprego dessa tecnologia, utilizar melhor as possibilidades de crédito e adquirir, em alguns casos, com a ajuda da firma integradora, todos os insumos modernos que estavam fora do seu alcance, aumentando assim sua produção e sua produtividade. Mas também fazendo aumentar sua dependência²¹⁶. (grifo nosso)

A integração das atividades produtivas do campo à economia nacional, só foi possível graças à efetiva ação do Estado, que atuou com a criação de órgãos e instituições de pesquisa e assistência técnica, concedeu crédito e subsídio agrícola, forneceu apoio logístico e incentivos fiscais; não agindo como mero coadjuvante dos interesses do capital industrial, mas com interesses próprios.

O governo desempenhou importante papel na consolidação do CAI ao possibilitar as condições estruturais e financeiras para a manutenção dos interesses do capital industrial, investindo em infraestrutura e linhas de financiamento para as empresas e para os produtores. Pelo importante papel estratégico do Estado, o governo recebeu inúmeras pressões dos setores agroindustriais, que dependiam das políticas destinadas ao setor agrícola para a expansão e consolidação da agricultura moderna.

As pressões sobre o aparelho estatal também vieram dos proprietários de terras, que cobraram medidas e ações que dessem suporte aos seus modernos empreendimentos rurais. Emergiu uma nova classe social oriunda da modernização do campo constituída por produtores rurais de médio e grande porte. Essa classe tornou-se uma grande parceira dos interesses das agroindústrias, visto que sua produção tornou-se estritamente vinculada ao moderno padrão agrário de produzir, usufruindo de todos os possíveis benefícios que o Estado pudesse disponibilizar.

²¹⁶ Guimarães, *op. cit.*, p. 124.

A enorme participação do Estado no processo de incorporação, que à primeira vista pode dar a impressão de ter havido uma estatização ímpar da economia agrária nacional, patrocinou a superação do modo de produzir tradicional pelo industrializado, sem mexer nos interesses privados consolidados, vale dizer, tomando a estrutura fundiária e os interesses sociais organizados como dados²¹⁷.

A baixa integração inter-regional, aliada ao baixo conhecimento técnico de manejo da moderna agricultura, contribuiu para que os próprios produtores se organizassem em sindicatos e cooperativas para pressionar o Estado na viabilização de recursos e ferramentas que pudessem superar possíveis adversidades, como escassez de créditos, precariedades na infraestrutura, baixos níveis de informação técnica, dentre outros.

O Estado, que também tinha interesse no desenvolvimento de uma agricultura moderna voltada aos valorizados produtos de exportação, desenvolveu estratégias para a constituição do CAI e para que a agricultura a ele se integrasse. O princípio de tal estratégia pode ser demarcado em 1964 com a elaboração do Estatuto da Terra – uma legislação específica para o campo que estimulou a modernização das atividades agrícolas. Na análise de Mário C. T. Silva²¹⁸, a espinha dorsal dessa estratégia de promoção da agroindustrialização se concretizou em 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que, utilizando-se da estrutura bancária do Estado, representada pelo Banco do Brasil, criou uma política de oferta de crédito para financiar a modernização da agricultura brasileira com condições favoráveis nas taxas de juros, prazos de pagamentos e carência. O crédito tornou-se indispensável para a moderna agricultura.

A agricultura não ficou dependente apenas da indústria. As mudanças acarretadas pela modernização do campo criaram uma dependência da agricultura cada vez maior em relação ao mercado, aos investimentos, ao crédito e ao subsídio. “Todas essas circunstâncias tornaram a agricultura, como regra, uma atividade incapaz de sustentar-se por si mesma, e apenas por exceção, uma atividade lucrativa”²¹⁹.

O Estado criou e definiu sistemas federais de tecnologias agrícolas alicerçados em instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

²¹⁷ Müller, *op. cit.*, 1988a, p. 179.

²¹⁸ Cf. Silva, *op. cit.*, 1992, pp. 96-99.

²¹⁹ Guimarães, *op. cit.*, p. 103.

(Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas para o campo.

Com o objetivo de planejar e executar a pesquisa agropecuária no nível nacional, a Embrapa foi criada em 1972 substituindo o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA), que foi extinto por se mostrar incapaz de se adaptar às novas necessidades do moderno padrão agrário de produzir. A estrutura do DNPEA não possibilitava a dinamização da moderna agricultura com excesso nos trâmites burocráticos e com baixa capacidade decisória. Já com uma estrutura mais complexa, criada para atender à necessidade do novo padrão produtivo, a Embrapa gozava de grande autonomia administrativa e financeira.

O sistema de assistência técnica rural também foi alterado com a criação da Embrater em 1974 que, vinculada ao Ministério da Agricultura, absorveu as funções da antiga Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Paralelamente, o governo constituiu o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) com a função de desenvolver atividades de assistência técnica e extensão rural.

A congregação de uma estrutura de pesquisa agrícola e extensão rural, juntamente com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e os diversos programas regionais de estímulo ao desenvolvimento agrícola, formavam a base estratégica estatal de viabilização da moderna agricultura.

O investimento estatal em instituições de fomento à pesquisa e de extensão rural solidificou a ação do capital industrial em regiões produtivas, contribuindo ainda mais para a consolidação do capitalismo no campo, onde ciência e técnica tornaram-se indispensáveis. Paralelo a essas ações, o Estado também desempenhou o papel de grande provedor da modernização do campo, utilizando-se de ferramentas como: Política de Garantia de Preços Mínimos, Política de Seguro Agrário e Política Nacional de Cooperativismo.

Tanto a ação das agroindústrias como a do Estado, seja com o crédito subsidiado ou com a criação de órgãos de pesquisa e extensão rural, deram-se de forma seletiva, ou seja, a atuação do capital industrial e do Estado foi extremamente dirigida para lavouras específicas, entre elas, a soja.

5.2 A ascensão da soja no mercado nacional

A partir dos anos 70, a soja ocupou posição de destaque nacional como atividade produtiva de exportação, beneficiada pelo contexto internacional favorável ao consumo da oleaginosa e de uma política nacional de incentivo à exportação. Mas antes disso, ainda no final dos anos 50, essa leguminosa já possuía relevância econômica junto aos produtores do Rio Grande do Sul, que foi inserida nesse Estado como cultura de rotação do trigo. O binômio soja-trigo representou uma boa alternativa para os agricultores regionais; além de serem cultivadas em diferentes épocas do ano, são capazes de proporcionar melhorias no solo e aumento na rentabilidade da propriedade.

Dois fatores contribuíram significativamente para que a cultura da soja ocupasse o papel de destaque na reprodução do capital no campo brasileiro: a substituição, em nível mundial, do uso de gorduras animais por gorduras vegetais e a diminuição da exportação de soja americana para o Japão e Europa, abrindo espaço para que outros países participassem desse moderno e competitivo mercado. Essas medidas contribuíram significativamente para que o Brasil assumisse o papel de produtor e exportador de grãos no mercado internacional.

Diferente de outras atividades como a pecuária bovina, que passou por uma transição do modo tradicional de produzir para uma produção integrada às agroindústrias, a soja brasileira “nasceu” moderna e integrada ao novo padrão produtivo, uma atividade mecanizada e consumidora de produtos industriais que abriu possibilidade para o crescimento da indústria voltada para o campo, bem como das agroindústrias que absorveram essa produção.

Aproveitando os bons ares nos cenários nacional, com incentivos do governo federal para a produção da soja, e internacional, com crescente demanda pela oleaginosa durante os anos 70, a soja deixou de ser uma cultura complementar do trigo para assumir o posto de atividade hegemônica da acumulação capitalista no campo, destacando-se em toda a região sul e nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Em pouco tempo tornou-se a “menina dos olhos de ouro” do governo brasileiro, pois seu valorizado preço no mercado internacional proporcionava ao governo a possibilidade de equilibrar a balança comercial com o aumento de divisas via exportação de grãos e derivados da soja.

Segundo Geraldo Müller²²⁰, a cadeia agroindustrial da soja é identificada por um conjunto de interesses econômicos e sociais responsáveis pelos processos de produção, transformação e circulação da soja e de seus derivados, constituindo um mercado oligopolizado em nível internacional. Para o autor, essa cadeia agroindustrial é composta basicamente por cinco elementos:

- Moderna unidade agrária onde a soja é produzida;
- Indústria agroalimentar que processa a soja e produz óleo e gordura vegetal para o consumo;
- Indústria de insumos que produz ração e farelo para animais, óleo e derivados para a indústria;
- Indústria de máquinas, equipamentos e insumos industriais voltados para o setor da soja;
- Financiamento e distribuição dos produtos.

Em 1965 as exportações de soja do Brasil representavam apenas 1,1% das exportações mundiais de soja em grãos e 3,7% das exportações mundiais de soja em forma de farelo, comprovando a baixa inserção do país nesse mercado. Em 1973 já era possível vislumbrar mudanças nesse cenário: a soja em grãos exportada do Brasil representou 11,4% das exportações mundiais dos grãos, 19,5% de farelo e 8,5% de óleo. Em 1980 houve diminuição da participação do Brasil na exportação mundial de soja em grãos (5,8%) e aumento da participação do país nas exportações de soja em farelo (36,6%) e óleos (23,4%), evidenciando o papel do Brasil no mercado de soja em farelo e óleos.

²²⁰ Müller, *op. cit.*, 1989, p. 109.

Tabela 14: Brasil – Exportação de soja em grãos, óleos e farelos (1965, 1970, 1973, 1975, 1980 e 1988)

ANO	GRÃOS		FARELOS		ÓLEOS	
	em 1.000 ton.	% exportações mundiais	em 1.000 ton.	% exportações mundiais	em 1.000 ton.	% exportações mundiais
1965	75	1,1	1	3,7	-9	-
1970	290	2,3	580	9,8	-2	-
1973	1.783	11,4	1.373	19,5	82	8,5
1975	3.516	20,2	3.450	35,3	320	19,4
1980	1.058	5,8	7.212	36,6	935	23,4
1988	8.050	11,0	10.753	33,0	2.897	26,0

Fonte: *United States Department of Agriculture (USDA)*, *apud* Oliveira, 1993, p. 48.

A queda na exportação de soja em grãos do Brasil de 20,2% em 1975 para 5,8% em 1980, evidenciou a fase de crescimento das agroindústrias esmagadoras de grãos no país, o que possibilitou o aumento das exportações de soja já processadas. A agroindústria esmagadora de soja assumiu a dianteira no processo de acumulação capitalista, tornando-se o eixo central da reprodução do capital no setor da soja. “Os excedentes agrícolas obrigatoriamente devem ser industrializados e o consumo de óleos e gordura vegetal tornou-se obrigatório, bem como se expandiu o emprego de rações para aves e gado”²²¹.

Enquanto os Estados Unidos se despontavam no cenário internacional como grande exportador de soja em grãos, o Brasil adotou outro caminho – exportar soja esmagada na forma de farelos e óleos. Ao fazer a opção pela soja esmagada e não em grãos, o governo brasileiro assumiu sua posição na divisão internacional do trabalho, não fazendo frente aos americanos no mercado internacional de soja em grãos, tendo nas agroindústrias de soja um importante aliado no projeto da industrialização nacional.

O governo brasileiro adotou algumas medidas práticas para estimular a exportação de soja beneficiada em detrimento da soja em grãos. Em 1968, o governo programou financiamentos subsidiados para a compra de máquinas esmagadoras e um financiamento para os produtores que tivessem exportado farelo e óleo de soja no ano de 1967²²². Em 1973 o governo federal criou um imposto adicional de 12,5% para a exportação de soja em grão e de 5% para a exportação

²²¹ Müller, *op. cit.*, 1989, p. 114.

²²² Williams & Thompson *apud* OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e reprodução do espaço**: o caso soja no Mato Grosso do Sul. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1993, p. 55.

do farelo de soja²²³. Em 1974, o governo adotou uma postura em prol das agroindústrias esmagadoras de soja, ao condicionar que a exportação de soja em grãos só seria permitida para os grãos que excedessem a capacidade de esmagamento das agroindústrias nacionais. Esses fatores foram fundamentais para que a soja brasileira fosse esmagada antes de ser exportada.

Em 1973, período de recessão internacional com a crise do petróleo e com crise no abastecimento de soja no mercado mundial, o Brasil se despontou e se inseriu na lógica da divisão internacional do trabalho como grande produtor de soja mundial, mas com dificuldades, pois não encontrou estrutura de armazenamento e transporte suficiente e adequado para o desenvolvimento das modernas lavouras de grãos. A produção da soja brasileira foi prontamente absorvida pelo cenário internacional, seja na forma de grãos seja em óleos e farelos. A produção da soja brasileira tinha um destino certo – exportação, principalmente para os mercados europeu e asiático.

Ao ser “intimado” a participar mais ativamente do mercado mundial da soja, o Brasil passou a exigir novas necessidades para o setor, afim de ter condições de competir no mercado com a soja americana. A qualidade protéica, o rendimento médio por hectare e o custo da produção passaram a ter um grau de importância muito superior ao que existia anteriormente. O Estado apontava, com maior transparência, um norte aos sojeicultores, ao reequipar e transformar o porto de Paranaguá em porto de soja; ao criar centros de pesquisa da EMBRAPA, especializados na pesquisa da soja, como o de CNPSO em Londrina, no Paraná, e a UEPAE, de Dourados, em Mato Grosso do Sul; ao elevar o crédito aos grandes produtores em detrimento dos pequenos, forçando o plantio em grande escala, supermecanizando a terra e baixando os custos; e por vezes, ao subsidiar exportações [...]²²⁴.

A soja impulsionou o desenvolvimento de vários outros setores industriais; além das indústrias de processamento e beneficiamento de grãos, cresceram as indústrias de fertilizantes, adubos químicos, pesticidas, máquinas e veículos pesados. As agroindústrias esmagadoras e refinadoras de soja foram a grande marca do processo de reprodução do capital no campo brasileiro.

De 1970 a 1980, o governo brasileiro não poupou esforços para incentivar a produção agrícola; 75% do crédito rural foi disponibilizado pelo governo por meio do

²²³ *Idem, ibidem*, p. 55.

²²⁴ Oliveira, *op. cit.*, 1993, p. 49.

Banco do Brasil. A produção de soja apresentou aumentos significativos para esse período; a exceção foi para as safras de 1978 e 1979, exatamente quando houve uma recessão do crédito agrícola fruto da queda dos depósitos bancários à vista²²⁵.

Tabela 15: Brasil – Produção de soja (1965-2006)

ANO	PRODUÇÃO (em ton.)	ANO	PRODUÇÃO (em ton.)
1965	523.176	1986	13.330.225
1966	594.975	1987	16.968.827
1967	715.606	1988	18.016.170
1968	654.476	1989	24.071.360
1969	1.056.607	1990	19.897.804
1970	1.508.540	1991	14.937.806
1971	2.077.291	1992	19.214.705
1972	3.222.589	1993	22.590.978
1973	5.011.614	1994	24.931.832
1974	7.876.527	1995	25.682.637
1975	9.893.008	1996	23.155.274
1976	11.227.123	1997	26.391.448
1977	12.513.406	1998	31.307.440
1978	9.540.577	1999	30.987.476
1979	10.240.306	2000	32.820.826
1980	15.155.804	2001	36.640.909
1981	15.007.367	2002	40.812.540
1982	12.836.047	2003	50.351.353
1983	14.582.347	2004	48.053.023
1984	15.540.792	2005	49.080.883
1985	18.278.585	2006	52.464.640

Fonte dos dados: IPEA, 2010.

A presença do Estado com uma política de financiamento das atividades agrícolas foi fundamental para a consolidação das agroindústrias refinadoras de soja. Além da crescente demanda por óleo de soja mundial, o Brasil foi paulatinamente substituindo o consumo dos óleos de amendoim e do caroço de algodão pelo óleo de soja. Em 1970 o consumo do óleo de soja no país era de 162 mil toneladas, contra 176 mil de óleo de amendoim e 164 mil de caroço de algodão; em 1980 o consumo de óleo de soja passou a ser de 1.450 toneladas, oito de óleo de amendoim e 114 de óleo de caroço de algodão.

²²⁵ *Idem, ibidem*, p. 51.

Tabela 16: Brasil – Consumo dos principais óleos comestíveis (1960, 1970, 1975 e 1980)

ANO	SOJA (em ton.)	AMENDOIM (em ton.)	CAROÇO DE ALGODÃO (em ton.)
1960	29	97	91
1970	162	176	164
1975	702	46	117
1980	1.450	8	114

Fonte dos dados: USDA, *apud* Oliveira, 1993, p. 52.

A partir de 1970, as transnacionais Samba, Cargil e Unilever, com experiência no ramo da soja, instalaram-se no sul do Brasil e, juntas, implantaram um crescente sistema de produção de farelo e de óleo de soja. Essas grandes empresas esmagadoras eram especializadas na produção de óleos e farelos que seriam comercializados no mercado internacional, possuíam capital fixo para investimentos e utilizavam-se dos avanços da ciência e da tecnologia destinados ao setor. Pelo destaque produtivo e de comercialização que detinham, interferiram diretamente em todas as etapas produtivas da soja, desde a industrialização até a comercialização, articulando-se cada vez mais com o Estado e com o sistema financeiro.

Em 1971 já era possível constatar o resultado da instalação das multinacionais de oleaginosas no Brasil; o total de grãos esmagados passou de 932 toneladas em 1970 para 1.700 em 1971, chegando a 13.008 em 1980. Do total de soja que o país produziu em 1970, 61,8% foram esmagados; em 1980 essa percentagem foi de 85,3%, demonstrando que a crescente produção de soja no país foi acompanhada da ação das agroindústrias de óleos e farelos. Esse crescimento só não foi maior entre o período 1973-1977, pois o embargo da soja americana em 1973²²⁶ contribuiu para a rápida produção e exportação da soja brasileira, o que não significou que a ação das agroindústrias de óleos e farelos tenha diminuído nesse período.

²²⁶ Com a crise do petróleo em 1973, o governo americano viu-se obrigado a realizar um embargo da exportação da soja para garantir o abastecimento interno.

Tabela 17: Brasil – Esmagamento de soja e produção dos derivados óleos e farelos (1960, 1970, 1971, 1973, 1975, 1980 e 1990)

ANO	GRÃOS ESMAGADOS (em ton.)	PRODUÇÃO DE ÓLEOS (em ton.)	PRODUÇÃO DE FARELOS (em ton.)
1960	185	38,8	146,2
1970	932	167,8	736,3
1971	1.700	306,0	1.343,0
1973	2.714	488,5	2.144,1
1975	5.516	992,9	4.357,6
1980	13.008	2.593,0	10.730,0
1990	15.438	2.674,0	11.315,5

Fonte dos dados: USDA, *apud* Oliveira, 1993, p. 54

A atuação de grandes multinacionais do setor oleaginoso, como Samba, Unilever e Anderson Clayton, criou uma forte dependência e subordinação do produtor em relação a essas empresas. Seu poderio econômico e produtivo atraiu os produtores pela segurança que as mesmas ofereciam ao realizarem a compra antecipada da soja e ao contribuírem com o aumento produtivo pela venda de sementes melhoradas e assistência técnica. As multinacionais também compravam a soja à vista, uma prática não muito comum entre as empresas nacionais. Tais medidas estreitaram os vínculos entre empresas e produtores, que eram cada vez mais atraídos para o setor da soja, o que garantiu abastecimento da oleaginosa no mercado nacional e internacional, contribuiu para o equilíbrio da balança comercial brasileira, fortaleceu o capital industrial representado pelas agroindústrias esmagadoras de soja instaladas no país e garantiu a reprodução do capital.

Até 1977 conviveram, nas devidas proporções, plantas esmagadoras de pequeno porte com tecnologia defasada e pouco capital circulante e as grandes multinacionais conhecedoras do mercado nacional e internacional da soja. Além de possuírem máquinas defasadas, as pequenas empresas não eram competitivas no mercado mundial. A crise do sistema de crédito nacional em 1978-1979, trouxe à tona a realidade de que o uso de tecnologias defasadas, associadas ao reduzido capital para investimentos, representou perda na qualidade produtiva com aumento nos custos de produção e redução no tempo de comercialização. Em outras palavras, as pequenas empresas não eram competitivas perante o moderno e concorrido mercado da soja. Sem os subsídios do Estado, as empresas de menor porte foram “engolidas” pelas de maiores plantas industriais.

A inserção do Brasil no mercado da soja exigiu um esforço do Estado para modernizar o parque industrial ligado às esmagadoras desse grão. De 1970 a 1977, houve aumento no número de empresas esmagadoras de soja nos Estados com maior concentração desse tipo de empresas: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Mas essa lógica não se manteve nos anos seguintes, pois as empresas que não se modernizaram foram obrigadas a encerrarem suas atividades produtivas. Desses quatro Estados, o único que não teve diminuição no número de empresas esmagadoras de soja no período de 1977 a 1990 foi o Estado do Paraná, que manteve o mesmo número de empresas existente em 1977, que era de 30 empresas. Uma das explicações para o ocorrido pode estar no fato de que o Estado do Paraná possuía um padrão tecnológico superior em relação aos demais Estados. Pelos dados da Tabela 18 é possível destacar outra tendência; a diminuição e/ou estagnação no número de empresas nos Estados de SP, RS, PR e SC foi acompanhada do aumento no número de empresas de outros Estados da Federação, que de quatro empresas em 1977 passaram para 27 em 1990.

Tabela 18: Brasil – Unidades de plantas esmagadoras de soja (1970, 1977, 1980 e 1990)

ANO	SP	RS	PR	SC	DEMAIS	TOTAL
1970	38	32	17	1	5	93
1977	54	36	30	9	4	133
1980	27	36	23	7	6	99
1990	20	25	30	8	27	110

Fonte: Oliveira, 1993, p. 59.

No período de 1977 a 1990, o Brasil reduziu o número de empresas esmagadoras de soja de 133 para 110 empresas. O Estado que teve a maior redução dessas empresas foi São Paulo, que passou de 54 para 20 empresas. Os Estados com o maior número de empresas esmagadoras de soja assumiram diferentes funções no processo de esmagamento de soja. Em 1980 o Estado de São Paulo se despontou como grande produtor de óleo refinado para o consumo interno – 49% da produção nacional; já os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul assumiram a ponta na produção de farelo, 43,6% (PR) e 32,7% (RS) e de óleo bruto 33% e 35,3%, respectivamente.

Tabela 19: Produção de óleos e farelo de soja (1980)

Estado	Óleo Refinado (em ton.)	Produção nacional (%)	Óleo Bruto (em ton.)	Produção nacional (%)	Farelo (em ton.)	Produção nacional (%)
SP	547,3	49,0	391,0	19,6	763,0	11,6
PR	261,5	23,4	657,2	33,0	2.866,6	43,6
RS	211,6	18,9	702,7	35,3	2.151,5	32,7
SC	49,6	4,2	203,2	10,2	-	-

Fonte: Oliveira, 1993, p. 60.

As dificuldades na aquisição do crédito e a crescente necessidade de modernizar a estrutura produtiva das agroindústrias nos anos de 1978-1979, levou as empresas esmagadoras a trabalharem com reduzido volume de capital para investimentos, modernização e principalmente para a compra da soja, fazendo crescer a capacidade ociosa das esmagadoras.

Enquanto o ano de 1980 representou um salto na produção nacional de soja – 15.155.804 ton. em relação à produção de 1979 que foi de 10.240.306 ton. – o período de 1980-1984 foi marcado pela queda na produção de soja em grãos e pelas dificuldades das agroindústrias de modernizarem seu parque industrial e de obterem capital para investimentos e compra de soja. Em 1981 a produção nacional de soja foi de 15.007.367 ton., passando para 12.836.047 em 1982. Mas o triênio 1983-1985 reanimou o setor de grãos: a produção nacional subiu para 14.582.347 ton. em 1983, um aumento de 13,6% em relação ao ano anterior, com aumento produtivo para o ano de 1984 de 6,6% e de 17,6% para o ano de 1985, conforme dados da Tabela 15 (p. 159). O crescimento produtivo no triênio 1983-1985 deu-se pela desvalorização de 30% da moeda nacional - o cruzeiro - que contribuiu para aumentar o poder competitivo da soja nacional.

A atuação das agroindústrias esmagadoras de soja no período de 1985-1990 evidenciou mudanças do espaço produtivo das agroindústrias. Segundo Thompson²²⁷, em 1977 o Brasil tinha uma capacidade instalada para produzir 40.534 ton./dia; em 1987 essa capacidade saltou para 77.965 ton./dia e, em 1990, para 90.999 ton./dia. As pequenas plantas industriais cederam espaço para as médias e grandes empresas do setor de soja. Os dados da Tabela 20 demonstram a evolução da capacidade de esmagar soja das pequenas e grandes empresas. Em 1977, 82,7% das empresas esmagadoras de grãos eram de pequeno porte e tinham

²²⁷ Oliveira, *op. cit.*, 1993, p. 62.

capacidade de esmagar, no máximo, 499 ton./dia; em 1987 essa percentagem passou para 44,6% e, em 1990, para 37,3%. Já as indústrias de grande porte, com capacidade para processar entre 1.000 a 1.999 ton./dia, passaram de 6,8% em 1977 para 30,9% em 1990.

Tabela 20: Brasil – Distribuição dos estabelecimentos por classe de capacidade (%) de processamento (1977, 1987 e 1990)

Ano	Total de estabelecimentos	Até 499 ton./dia (%)	500-999 ton./dia (%)	1.000-1.999 ton./dia (%)	mais de 2.000 ton./dia (%)
1977	133	82,7	10,5	6,8	-
1987	101	44,6	22,8	25,7	6,9
1990	110	37,3	25,5	30,9	6,3

Fonte dos dados: adaptado de Oliveira, 1993, p. 63.

Ao detalharmos a distribuição das empresas nos Estados de maior concentração de agroindústrias processadoras de grãos, é possível destacar que todos os Estados tiveram perdas significativas no número de unidades de pequeno porte, com capacidade de esmagamento de até 499 ton./dia e aumento das empresas de médio e grande porte.

Tabela 21: Distribuição dos estabelecimentos por classe de capacidade de processamento dos principais estados esmagadores de grãos (1977 e 1990)

Região	Até 499 ton./dia		500-999 ton./dia		1.000-1.999 ton./dia		mais de 2.000 ton./dia	
	1977	1990	1977	1990	1977	1990	1977	1990
SP	51	10	02	05	02	05	-	-
PR	23	06	04	10	03	12	-	02
SC	08	04	01	02	-	02	-	-
RS	25	11	06	02	05	07	-	05
Total	107	31	13	19	10	26	-	07

Fonte dos dados: Oliveira, 1993, p. 63.

Em 1977 havia 107 unidades com capacidade de esmagamento de até 499 ton./dia; em 1990 eram 31 unidades. O Estado de São Paulo foi o que apresentou maior queda no número de estabelecimentos de pequeno porte, passando de 51 para 10 unidades. Diferente foi o ocorrido nos estabelecimentos com capacidade esmagadora entre 1.000 a 1.999 ton./dia, passando de 10 para 26 unidades entre o

ano de 1977 e 1990. O Estado que obteve maior crescimento percentual foi o Paraná - 300%.

O crescimento das médias e grandes indústrias esmagadoras de soja não se restringiu às multinacionais; as empresas nacionais como Sadia, Olvebra, Ceval, Braswey e Perdigão, aproveitaram o crescimento da demanda por soja esmagada para ocupar espaços das falidas esmagadoras de soja de menor porte. Essas empresas encontraram, a partir de meados dos anos 80, um contexto favorável para sua disseminação nos Estados esmagadores de soja, assumindo a ponta na estocagem, produção e exportação de farelos e óleos.

Ao contrário das agroindústrias falidas que possuíam uma atuação estrita, locacional, quando muito regional, todas essas empresas tinham contextualidade nacional. [...] contava-se com um parque industrial brasileiro completo, apto a fornecer equipamentos de limpeza, processamento de farelo, preparação e refinação de óleo, secadores e transportadores, painéis elétricos, ou seja, capaz de fornecer todo o material necessário para a modernização e a montagem de usinas esmagadoras longe das amarras dos processos de importação de peças e equipamentos²²⁸.

O aumento da produção de soja no centro-oeste contribuiu para a instalação de empresas esmagadoras nacionais nessa região, que buscavam diminuir o custo de produção pela proximidade com a matéria-prima. Em 1984 o CO foi responsável pela produção de 3.931.398 ton. de soja e em 1989 a produção foi de 8.820.361 de ton. Enquanto o CO tornou-se polo receptivo de agroindústrias processadoras de soja, as demais regiões tiveram regressão no número de unidades instaladas, acarretando perda da capacidade relativa no processamento de soja. Os Estados do sudeste e do sul perderam, respectivamente, 4,84% e 6,25% de sua capacidade de esmagamento, o CO aumentou sua capacidade em 9,72%, evidenciando a transferência da capacidade esmagadora dos Estados do sudeste e sul para o centro-oeste.

²²⁸ *Idem, ibidem*, p. 62.

Tabela 22: Brasil – Participação relativa (%) da capacidade de esmagamento de soja por regiões (1986-1990)

Regiões	1986	1987	1988	1989	1990
Nordeste	1,00	1,60	1,23	2,22	2,39
Sudeste	21,20	21,10	20,40	16,24	16,36
Sul	72,20	70,80	69,83	69,67	65,95
Centro-Oeste	5,60	6,5	8,54	11,87	15,32
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados: Oliveira, 1993, p. 65.

As empresas nacionais que se instalam no CO possuíam rendimento superior à média nacional, pois sua instalação nesses Estados foi conduzida por uma moderna tecnologia que influenciou diretamente nos resultados produtivos da região. “As agroindústrias implantadas nas novas regiões receberam máquinas de última geração em sua maioria, ou máquinas com um grau de recondicionamento que lhe permite um rendimento satisfatório”²²⁹. Segundo Oliveira, as empresas de capital nacional Caramuru, Ceval, Frigobrás, Incobra, Sadia, Perdigão e Teka, investiram muito capital em modernização, transferência de unidades produtivas e compra de esmagadoras falidas, enquanto a Cargill Agrícola, uma das gigantes multinacionais do setor de soja, acumulava prejuízos²³⁰. O início dos anos 90 marcou uma nova etapa de reprodução do capital dessas agroindústrias com a verticalização da produção e ascensão de um novo produto – as margarinas.

A verticalização produtiva foi uma tendência para a agroindústria agregar valor na produção. Localizadas próximas das regiões produtivas, a agroindústria esmagadora de soja se articulou com a crescente atividade da avicultura e da suinocultura.

Os grupos nacionais nasceram praticamente sob o signo da verticalização. Sem a preocupação com a remessa de lucros para o exterior e com a inflação devorando a liquidez de seu capital, os grupos nacionais (Sadia, Ceval, Braswey, etc) viram-se e vêem-se na necessidade de inversão de seus capitais em setores que lhes desses (ou dêem) maior capacidade de racionalização de custos. Nesse sentido, a verticalização da produção por esses grupos ao redor de pólos agrícolas é uma tendência que faz parte de uma realidade palpável²³¹.

²²⁹ *Idem, ibidem*, p. 64.

²³⁰ *Idem, ibidem*, p. 66.

²³¹ *Idem, ibidem*, p. 69.

A verticalização da produção foi uma estratégia dos grupos agroindustriais para atingir mais segmentos consumidores de produtos agroindustrializados, incorporando cada vez mais o campo à lógica de produção industrial “e ao estilo empresarial de gerir a unidade econômica agrária”²³². A partir dos anos 80, a agroindústria da soja tornou-se uma das principais forças propulsoras da integração produtiva de algumas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul à economia nacional, dentre elas a região produtiva de Dourados. Antes de avançarmos nessa discussão, porém, é importante uma breve apresentação do contexto da criação do Estado de MS e das duas grandes fases de industrialização do Estado após sua criação.

5.3 A criação do Estado de Mato Grosso do Sul e a formação da indústria do setor alimentício

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado com a divisão da parte sul do Estado de Mato Grosso em 11 de outubro de 1977, mas instalado em 1º de janeiro de 1979. Apesar de sua criação ter ocorrido somente em 1977, os movimentos separatistas que almejavam dividir o Estado de Mato Grosso em duas Unidades Federativas – norte e sul, remontam ao ano de 1900, quando migrantes sulistas disputavam terras com a Cia Matte Larangeira.

A vinda dos migrantes para o sul do Estado de Mato Grosso causou transtornos para a Cia Matte Larangeira, pois aqueles não estavam dispostos a viverem submissos aos mandos da Cia. Somando-se a alguns coronéis e fazendeiros de gado instalados no sul do Estado, a vinda dos gaúchos foi decisiva para fermentar um regionalismo que se opunha ao poder dominante do Norte, revertendo-se em vários movimentos separatistas.

A insatisfação dos sulistas com a ausência do Estado como mediador e interventor regional, crescera ao ponto daqueles fundarem o primeiro movimento separatista do Estado de Mato Grosso, em 1900. Uma das maiores queixas residia no fato de que para produzir em terras de concessão da Cia Matte Larangeira, que detinha o monopólio de exploração da erva-mate no sul do Estado, os sulistas precisavam da autorização da Cia para regularizar qualquer atividade econômica

²³² Müller, *op. cit.*, 1988a, p. 176.

que estivesse nas áreas destinadas à exploração dos ervais. Competia ao migrante duas tarefas: primeiro, provar que a terra almejada para o desenvolvimento de qualquer atividade não era destinada à cultura da erva-mate – e aqui residia o primeiro problema; segundo, era necessário que os políticos de Cuiabá autorizassem o desenvolvimento de outra atividade que não fosse a erva-mate – eis aqui o segundo problema, pois os donos da Cia Matte Larangeira, que não queriam autorizar a instalação dos pecuaristas em suas terras, ocupavam cargos nos governos federal e estadual.

Talvez o que a Cia Matte Larangeira não tenha percebido, na época, é que os fugitivos da Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande de Sul em 1895 não procuravam apenas um refúgio, mas uma vida nova, e isso implicava serem donos da terra. Os sulistas se organizaram e iniciaram os primeiros movimentos separatistas no atual município de Nioaque²³³; para isso, tiveram o apoio de uma rica classe de sulistas que financiaram os dois movimentos separatistas que mais se destacaram na região, conhecidos como Revolução de Jango Mascarenhas e Revolução da Paz

A Revolução de Jango Mascarenhas foi liderada por João Ferreira Mascarenhas, líder do partido autonomista, fazendeiro e comerciante no município de Nioaque. João F. Mascarenhas foi presidente da Intendência Municipal (equivalente a prefeito), comandante das forças patrióticas do sul, deputado estadual por Nioaque e vice-presidente do Estado de Mato Grosso. Depois de muitos conflitos armados com as forças oficiais do Estado e da Cia Matte Larangeira, seu movimento foi derrotado e ele foi morto em combate em 1901. Já o Movimento Revolução da Paz foi liderado por Bento Xavier, um fazendeiro de Bela Vista que combateu de 1907 a 1911 em prol da separação do Estado.

Porém, em face do tamanho do território controlado pela empresa e a fragilidade das formas de controle de seus domínios, persistentes em seu objetivo de conseguir terras na região, os gaúchos representavam uma fissura no poder disciplinar da Companhia, pois, desafiando-a, instalavam-se nos seus domínios mais recônditos, o que provocava confrontos constantes que remontam ao início do século XX²³⁴.

²³³ Na época, haviam seis municípios no sul do Estado de Mato Grosso: Corumbá, Santana do Paranaíba, Miranda, Nioaque, Coxim e Campo Grande.

²³⁴ TERRA, Ademir. O assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. **Revista Campo - território**. Vol. 5, nº. 9. Uberlândia: UFU, 2010, p. 170. Disponível em: <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php>. Acesso em 22/07/2010.

A partir de 1912 novas propostas para solucionar o conflito em torno da exploração de atividades econômicas na região de domínio da erva-mate surgiram, como a do parcelamento e do arrendamento das terras de domínio dos ervais entre os imigrantes sulistas. Muitos moradores que viviam sob coação da Cia Matte Larangeira aproveitaram esse movimento para manifestar, por meio de telegramas e abaixo-assinados aos deputados, sua insatisfação em trabalhar de forma submissa para a Cia.

É importante destacar que o movimento separatista organizado por coronéis e imigrantes sulistas não visava uma simples desarticulação do poder da Cia Matte Larangeira; era, antes, a melhor forma de se ver independente do norte e de se consolidar o poder da elite regional do sul do Estado.

Apesar de não terem, na época, atingido seu objetivo - formar uma nova unidade federativa com a divisão do Estado de Mato Grosso, os sulistas não desistiram de seus ideais e, em 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, uniram-se aos paulistas insatisfeitos pela forma com que Vargas assumira o poder e lutaram por uma nova constituição, iniciando o movimento de Revolução Constitucionalista. As forças federais do sul do Mato Grosso aderiram ao movimento, exceto Corumbá, que permaneceu fiel à Cuiabá, aliada do governo federal²³⁵.

O movimento organizou-se e, em 11 de julho de 1931, foi fundado o Estado de Maracaju, elegendo Campo Grande como a capital do novo Estado. Imediatamente, o governo do Estado de Mato Grosso enviou as tropas de Cuiabá para desarticular o grupo separatista, mas não obteve sucesso, pois as forças do movimento separatista localizadas em Coxim impediram o avanço das tropas vindas de Cuiabá. Entretanto, em 1932, com o enfraquecimento dos separatistas paulistas, o movimento foi derrotado. Suas idéias, porém, não o foram, e em 1934 foi criada a Liga Mato-grossense que manteve vivo, durante décadas, o ideal separatista do Estado de Mato Grosso.

Apesar das intenções para separar a parte sul do Estado de Mato Grosso remontarem ao ano de 1900, a criação da nova unidade federativa no sul desse Estado só ocorreu em 1977, quando o Ministério do Interior, a partir de 1975,

²³⁵ Gressler; Vasconcelos, *op. cit.*, 2005, p. 73.

realizou estudos visando a viabilidade, conveniência e oportunidade do desmembramento do Estado de Mato Grosso e da criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo pronunciamento do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, existiam razões históricas que justificavam a divisão do Estado de Mato Grosso, pois a “região Norte apresenta características pré-amazônicas e reúne grandes possibilidades nas atividades agropecuárias, florestais e de mineração”²³⁶; diferente é a região sul “com extraordinária potencialidade agrícola, [...] liga-se aos grandes centros de produção da região sudeste e ao Paraná e aos corredores de exportação de Santos e Paranaguá”²³⁷.

A região Sul do Estado apresenta excepcionais condições de desenvolvimento a curto prazo, em decorrência de vantagens de localização, integrada aos corredores de exportação da área de São Paulo, e de suas potencialidades, em especial no setor agropecuário²³⁸.

A criação do Estado de Mato Grosso do Sul evidenciou uma conjuntura de reprodução do capital que aproximou esse Estado dos moldes de acumulação capitalista presentes no sudeste, em especial no Estado de São Paulo. O novo Estado da federação foi fruto do processo de uma divisão regional do trabalho e já nasceu como filho da política agroexportadora, possibilitando que as atividades agrícolas fossem pensadas e desenvolvidas dentro do moderno sistema produtivo mundial.

²³⁶ REIS, Maurício Rangel. Os benefícios da criação de Mato Grosso do Sul. **Revista Interior**. Edição Especial. Ano III, nº. 20. Brasília: Minter, 1977, p. 04.

²³⁷ *Idem, ibidem*, p. 04.

²³⁸ IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1979, p. 159.

Mapa 26: Estado de Mato Grosso do Sul – Divisão administrativa (2011)

Quadro 6: Estado de Mato Grosso do Sul - Evolução da organização administrativa dos municípios (1850 - 2003)

As relações que se estabeleceram no campo no Estado de Mato Grosso do Sul deram-se como fruto da necessidade de reprodução do capital, que encontrou nesse espaço duas forças que disputavam poder: os tradicionais pecuaristas de gado e os modernos produtores de grãos, que nem sempre atuavam de forma separada.

As lavouras de grãos que se viabilizaram no Estado a partir dos anos 70, já foram gestadas e desenvolvidas dentro da nova e moderna lógica de reprodução capitalista, que previu uma produção articulada ao moderno padrão agrário de produzir integrada às agroindústrias. Enquanto as lavouras de grãos já eram pensadas sob essa nova lógica produtiva, a pecuária bovina caminhava num ritmo menos acelerado, isso em função da difícil transição do tradicional modo de produzir e comercializar para um moderno sistema produtivo.

Toda a articulação do setor agrícola com o setor industrial notado no campo brasileiro, também pode ser observada no Estado de Mato Grosso do Sul, o que possibilitou a intensificação no uso de maquinários e insumos agrícolas de origem industrial. A necessidade de modernizar e programar um desenvolvimento pautado no sistema agroexportador que integrasse o Estado ao sistema produtivo nacional, fez com que os governos estadual e federal dessem condições necessárias à instalação de pequenas indústrias imprescindíveis à modernização da agricultura. Alguns fatores corroboraram para essa fase da industrialização assentada na indústria de pequeno porte:

A queda nos investimentos no setor público; a montagem da máquina administrativa no novo Estado animando os índices de emprego regional e o poder aquisitivo da população, coadunados com o aumento dos índices de urbanização e crescimento populacional, incitavam comerciantes locais e pequenos investidores desalojados da possibilidade de investimentos no Sudeste e Sul a investirem numa pequena “industrialização substituidora de importações” (do centro dinâmico) no Estado. Abre-se assim a primeira fase da industrialização do MS²³⁹.

Para Tito Oliveira²⁴⁰, essa primeira fase da industrialização do Estado de Mato Grosso do Sul (1979-1985) foi marcada pelo modelo substituidor de importações, onde o destaque não foi para as máquinas com tecnologia avançada; ao contrário, a

²³⁹ Oliveira, *op. cit.*, 1993, p. 26.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 26.

industrialização ocorreu com maquinários já usados oriundos dos Estados do sudeste e do sul, seja em função da falência das indústrias nessas regiões, seja por já estarem obsoletos.

Em 1970 existiam 643 indústrias no território do atual Estado de Mato Grosso do Sul, a maioria era do setor alimentício – 181 indústrias, e do setor madeireiro – 152 indústrias. Em 1980 eram 1.436 unidades industriais, sendo 447 do setor de produtos minerais não metálicos, 405 de madeira e 267 do setor alimentício²⁴¹. Nessa primeira fase, uma das principais características das indústrias instaladas no Estado era o pequeno capital investido, 90% das indústrias possuíam menos de 20 empregados e a mão de obra predominante não era especializada. Em 1979 não existiam plantas industriais de grande porte instaladas no novo Estado; as únicas indústrias de médio porte eram do setor de destilarias – duas indústrias, criadas em função do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) instituído em 1975 – e mais duas indústrias de abate de gado²⁴².

O período da primeira industrialização do Estado é marcado pela forte modernização do campo que, apesar de ter sido orientada para as lavouras de exportação, trouxe impactos para a tradicional atividade da pecuária bovina, principalmente no final dos anos 70, quando houve um esforço para mudar a estrutura produtiva desse setor. O crescimento e a expansão das atividades agrícolas refletiram em avanços estruturais com ampliação e melhoria nas vias de circulação e no crédito para os setores produtivos do campo. Novas técnicas para o desenvolvimento de pastagens, criação e alimentação do gado, uso de vermífugos e vacinas, acarretaram o aumento da produtividade e em melhorias nas condições para o desenvolvimento das agroindústrias ligadas ao setor da pecuária.

Historicamente, a atual área do Estado de Mato Grosso do Sul sempre foi orientada para as atividades agrícolas e para a pecuária bovina. Ao observarmos os dados da Tabela 23, é possível destacar a significativa redução das áreas naturais de pastagens e o aumento das áreas plantadas para a formação dos pastos. Em 1970, havia 7.471.166 cabeças de gado no que hoje é o Estado de MS; em 1980 esse número foi para 11.904.494; e, em 1985 para 14.991.356²⁴³. Apesar do aumento no número de gado, a área total de pastagens apresentou pouca

²⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 28.

²⁴² *Idem, ibidem*, p. 27.

²⁴³ IBGE, 1970, 1980 e 1985.

oscilação, o grande incremento deu-se pela ampliação da área plantada em detrimento da área natural, que apresentou melhores condições para a criação do gado.

Tabela 23: Estado de Mato Grosso do Sul – Evolução das pastagens natural e artificial (1970, 1980 e 1985)

Tipo de pastagem	1970 (ha)	%	1980 (ha)	%	1985 (ha)	%
Natural	18.669.469	84,7	12.266.007	57,5	9.658.224	44,3%
Plantada	3.368.744	15,3	9.068.931	42,5	12.144.529	55,7
TOTAL	22.037.213	100	21.334.938	100	21.802.753	100

Fonte dos dados: IBGE, 1970, 1980 e 1985.

A criação do Estado de MS foi acompanhada pelo crescimento das cidades. Em 1970 a população total dos municípios que, a partir de 1977 fariam parte do Estado de MS, era de 998.211 habitantes, dos quais 54,7% residiam no campo. Em 1980 essa população passou para 1.369.567 de habitantes, com 32,89% residindo no campo²⁴⁴.

Por volta de meados dos anos 80, é possível destacar uma nova fase no processo de industrialização do Estado, que teve nas agroindústrias sua principal expressão da reprodução do capital. O novo Estado da federação encontrava-se em crescente processo de urbanização, com um setor industrial representado pelas pequenas indústrias orientadas principalmente para os setores de produtos não metálicos, madeireiras e produtos alimentícios, responsável pela diversificação da economia regional, com fortalecimento do comércio e das atividades agrárias.

Distinto da fase anterior (1979-1985), onde predominavam as indústrias de pequeno porte, essa nova fase, pós-1985, foi representada pela instalação e crescimento das indústrias de médio e grande porte. A existência das pequenas indústrias no Estado serviu como suporte para a instalação e o crescimento das médias e grandes indústrias.

²⁴⁴ IBGE, 1970 e 1980.

No geral, as pequenas indústrias servem como suporte de sinalização para a grande indústria, isto é, a expansão e proliferação de pequenas unidades dentro de um espaço faz avolumar, ali, investimentos em capitais fixos, circulantes e variáveis. Engrandece, o que na teoria chama-se *composição orgânica do capital*, cravam-se as colunas que sustentarão a grande exploração capitalista. Em síntese, o alastramento de pequenas unidades industriais tradicionalmente apresenta-se, nos tempos favoráveis, como farol que indica o caminho para a implantação da grande indústria; em tempos difíceis, configura-se como bengala de apoio ao processo de acumulação²⁴⁵.

Para Tito Oliveira, essa segunda fase caracterizou-se por uma industrialização em que o capital industrial se apoiou na técnica e na ciência, sendo capaz de promover a elevação das necessidades da população e de concentrar trabalhadores num mesmo local. Segundo o autor, algumas características contribuíram para o desenvolvimento das agroindústrias de médio e grande porte no Estado²⁴⁶:

- produção agropecuária: as pequenas indústrias impulsionando uma crescente produção agropecuária, criando condições propícias para a agroindustrialização;
- conjuntura nacional e internacional: o aumento nas exportações de produtos agroindustrializados do Brasil a partir de 1984, como farelo de soja, fruto de um contexto internacional de aumento no consumo dos derivados da soja e da política nacional de incentivo às exportações agrícolas;
- nova política industrial: uma política voltada para o mercado mundial com programas de desenvolvimento tecnológico industrial orientados para o mercado externo;
- vontade política de industrializar: interesse dos empresários e comerciantes locais em aplicar capital no setor industrial, que encontraram no Estado importante aliado na viabilização de investimentos e crédito subsidiado.

Esses foram alguns fatores importantes para o processo de desenvolvimento das agroindústrias a partir de meados dos anos 80 no Estado de Mato Grosso do Sul, que se reverteram no crescimento e expansão das agroindústrias esmagadoras de soja, frigoríficos, usinas de açúcar, laticínios, abatedouros, fecularias, curtumes

²⁴⁵ Oliveira, *op. cit.*, 1993, p. 53.

²⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 30-36.

entre outras, que juntas, contribuíram para o aumento de outros setores industriais e para os investimentos em infraestrutura de transporte e energia.

Essas duas fases da indústria no Estado de Mato Grosso do Sul, contribuíram para que a ascensão das plantas industriais modernizasse o setor agrícola e inserisse o campo ao novo padrão produtivo integrado à economia nacional. No entanto, essa suposta integração não se deu para todos os produtos nem para todas as regiões do Estado, ela foi seletiva, integrando apenas partes do território do Estado ao moderno sistema produtivo nacional. Vejamos agora como essa integração se processou na região produtiva de Dourados.

5.4 A modernização técnica na região produtiva de Dourados

A modernização do campo na região produtiva de Dourados, ocorrida a partir de meados dos anos 70, trouxe profundas transformações produtivas com avanço nas técnicas, nos instrumentos produtivos e nas relações de trabalho. Uma modernização que contou com o apoio estatal que viabilizou financiamentos públicos a juros subsidiados.

Em 1970 apenas 1,6% dos estabelecimentos rurais da região produtiva de Dourados declararam utilizar fertilizantes (orgânico e químico); em 1980 essa percentagem chegou a 38,5%, demonstrando a inserção da região aos meios industriais de aumento da produtividade. Enquanto os estabelecimentos rurais do Estado de MS, exceto os da região produtiva de Dourados, que declararam utilizar fertilizantes em 1985, representaram 20,1% do total dos estabelecimentos, na região produtiva de Dourados essa proporção foi de 48,4%²⁴⁷.

Além do expressivo aumento no uso de fertilizantes de mais de 2.200% no período de 1970 a 1985, o uso de tratores, maquinários e arados também apresentou um vertiginoso aumento. Em 1970 o número de tratores nos estabelecimentos rurais na região produtiva de Dourados era de 1.078; em 1985 essa quantidade já era de 10.923, representando um crescimento de mais de 900%. Ao analisarmos a quantidade de tratores de todos os municípios do Estado de MS em 1985, foi possível constatar que os municípios da região produtiva de Dourados foram os que tiveram maior concentração desse maquinário; 35,2% de todos os

²⁴⁷ IBGE, 1970, 1980 e 1985.

tratores do Estado estavam nessa região. Nesse mesmo ano, a relação tratores/pessoas ocupadas na agropecuária na região produtiva de Dourados era de um trator para cada 6,1 pessoas, uma concentração elevada se compararmos com os dois Estados da federação que tinham a maior concentração de tratores do país: MS e SP, que concentravam um trator para cada 8,1 e 8,5 pessoas, respectivamente. De 1985 a 2005/6 o crescimento é estabilizado e a região teve leve redução de 3,2% no número de tratores.

Tabela 24: Região produtiva Dourados – Unidade de tratores, máquinas e arados nos estabelecimentos agrícolas (1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6)

Ano	Tratores	Máquinas		Arados	
		Plantio	Colheita	Tração animal	Tração mecânica
1970	1.078	-*	394	11.496	1.142
1980	8.322	5.280	2.061	5.737	9.266
1985	10.923	6.897	2.759	5.084	10.428
1995/6	10.391	6.153	2.677	1.419	10.660
2005/6	10.578	5.311	2.577	-*	12.255

* Não houve contagem deste grupo.

Fonte dos dados: IBGE, 1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6.

Além de inserir novos elementos ao sistema produtivo regional, a modernização do campo ocorrida na região produtiva de Dourados destruiu técnicas tradicionais. Do censo agropecuário de 1970 a 1995/6, o número de arados de tração animal reduziu em 87,7%, enquanto o aumento de arados de tração mecânica de 1970 a 2005/6 foi de quase 1.000%. No mesmo período, as colheitadeiras tiveram aumento de 554%. Comparando os dados do censo agropecuário de 1985 e 1995/6 da Tabela 24, podemos perceber que houve pequena redução no número de tratores e máquinas de plantio e colheitadeiras, de 4,9%, 10,8% e 2,3%, respectivamente, e modesto aumento de 1,8% no número de arados de tração mecânica. A redução no uso desses maquinários e equipamentos se explica pelo fato da região ter atingindo um patamar elevado do “surto” modernizador, que alterou a configuração regional e substituiu as tradicionais formas produtivas pelo novo padrão agrário de produzir assentado em modernas e inovadoras técnicas produtivas.

Todo esse crescimento foi acompanhado de transformações na paisagem rural. Em uma década (1970 a 1980) o aumento da área destinada às lavouras foi

de 388%, passando de 174.399 ha para 850.668 ha (ver Tabela 25). No mesmo período também houve aumento das áreas de pastagens de 41,8%, confirmando que a modernização afetou não apenas as lavouras de grãos, mas também a tradicional atividade da pecuária bovina, que modernizou e diversificou sua produção. De 1970 a 1985, as áreas de matas e florestas reduziram-se em mais de 45%; já as áreas com potencial produtivo que não estavam sendo utilizadas passaram de 109.339 ha para apenas 56.703 ha. Do censo agropecuário de 1995/6 ao censo 2005/6 houve um crescimento de 58% das áreas de lavouras e uma redução de quase 25% das áreas de pastagens.

Tabela 25: Região produtiva de Dourados – Utilização das terras - ha (1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6)

Utilização	1970*	1980	1985	1995/6	2005/6
Lavoura (permanente, temporária, em descanso e irrigada)	174.399	850.668	991.261	713.627	1.129.323
Pastagem (natural e plantada)	2.053.365	2.912.672	2.726.447	2.365.754	1.778.105
Matas e florestas (natural e plantada)	612.323	534.330	333.613	418.560	547.138
Produtivas não utilizadas	109.339	83.595	56.703	34.573	-**
Total	2.949.426	4.381.265	4.108.024	3.532.514	3.454.566

* Neste ano, as terras em descanso estão agrupadas junto com as “produtivas não utilizadas”.

** Não houve contagem deste grupo.

Fonte dos dados: IBGE, 1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6.

A modernização do campo na região produtiva de Dourados só foi possível graças aos recursos públicos e privados destinados ao financiamento das modernas atividades agrícolas. De 1970 a 1980 houve um surpreendente crescimento de mais de 27.000% dos valores de recursos financeiros liberados para a agropecuária na região, passando de Cr\$ 21.557 (em mil cruzeiros) em 1970 para Cr\$ 5.878.497 (em mil cruzeiros) em 1980. Esse último valor representou quase 40% do total dos recursos liberados para todo o Estado de Mato Grosso do Sul²⁴⁸. Já em 2005/6, dos R\$ 1.864.497 (em mil reais) liberados para a agropecuária em todo o Estado, pouco mais de 17% foram destinados para os municípios da região produtiva de Dourados²⁴⁹.

A modernização do campo e a ampliação das áreas produtivas na região produtiva de Dourados, foram acompanhadas pela evolução da produção agrícola e

²⁴⁸ De 15/05/1970 a 27/02/1986 a moeda nacional era o Cruzeiro (Cr\$); a partir do dia 01/07/1994 a moeda nacional passou a ser o Real (R\$).

²⁴⁹ IBGE, 1970, 1980 e 2005/6.

da pecuária bovina. Uma evolução que não foi contínua, mas que apresentou variações em função de aspectos como oscilação do preço dos produtos, recursos públicos disponíveis para financiamentos, quebra na safra, etc. Em 1976 a produção de grãos na região foi de 341.254 ton. ao passo que em 1987 essa produção já superava 2.000.000 de toneladas. As oscilações na produção de grãos não se mantinham por muito tempo, a recuperação e o apoio estatal, com financiamentos a juros subsidiados e carência no pagamento, foram fundamentais para que o setor não estagnasse ou entrasse em crise prolongada. Mais uma vez vale frisar como o processo de integração foi seletivo e excludente, pois a região produtiva de Dourados se despontou em todas as atividades da agropecuária que mais proporcionavam lucros aos produtores e receitas ao Estado.

Tabela 26: Região produtiva de Dourados – Evolução da produção de grãos (soja, trigo e milho) e do rebanho bovino (1976-2006)

Ano	Grãos (em ton.)	Gado (em cabeça)	Ano	Grãos (em ton.)	Gado (em cabeça)
1976	341.254	2.006.958	1992	1.263.407	3.222.796
1977	746.606	1.855.410	1993	1.638.942	3.122.062
1978	443.832	1.718.120	1994	1.808.296	3.153.065
1979	805.206	1.832.280	1995	2.041.783	3.189.107
1980	1.101.389	2.508.759	1996	1.814.502	2.986.195
1981	1.099.955	2.580.888	1997	2.244.957	3.023.352
1982	1.256.735	2.600.290	1998	2.192.329	3.057.905
1983	1.460.913	2.724.140	1999	2.705.457	3.100.028
1984	1.370.578	2.781.292	2000	1.870.383	3.100.937
1985	1.950.247	2.905.467	2001	3.222.577	3.145.586
1986	1.604.908	3.169.642	2002	2.776.013	3.216.664
1987	2.089.579	3.134.728	2003	4.912.641	3.072.065
1988	2.016.502	3.215.718	2004	3.359.587	2.893.134
1989	2.194.798	3.066.163	2005	2.901.742	2.809.257
1990	1.436.612	3.153.168	2006	4.202.582	2.778.224
1991	1.580.846	3.151.848	Total	60.455.158	88.275.248

Fonte dos dados: IPEA, 2010.

Acompanhando a evolução da agropecuária regional, houve aumento no número de silos para forragens, também utilizados para armazenamento de grãos, e de depósitos para grãos. Enquanto o número de silos aumentou 15,3% no período de 1970 a 1985, sua capacidade de armazenamento de forragens aumentou 9.500%, o que só foi possível pelo crescimento no número de silos com grande capacidade de armazenamento, diferente do que ocorria em 1970, quando a capacidade de armazenamento era restrita. Pelos dados da Tabela 27, é possível

observar a significativa redução no número de depósitos para grãos, passando de 5.408 unidades em 1970 para 1.821 em 1980. Mesmo assim, a capacidade de armazenamento de grãos aumentou mais de 134%, evidenciando que as novas unidades de depósitos para grãos, assim como os silos construídos até 1980, tinham grande capacidade de armazenamento.

Tabela 27: Região produtiva de Dourados – Silos para forragens e depósitos para armazenamento de grãos (1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6)

Ano	Silos para forragens		Depósitos para grãos	
	Unidades	Capacidade (ton.)	Unidades	Capacidade (m ³ e ton.)
1970	183	1.066	5.408	395.047 m ³
1980	30	1.230	1.821	925.253 m ³
1985	211	102.328	2.143	428.795 ton.
1995/6	533	101.097	1.861	551.429 ton.
2005/6	454	116.271	1.034	378.201 ton.

*Obs: Nos anos de 1970 e 1980 a medida da capacidade dos depósitos para grãos era feita em m³, a partir de 1985 esta medida passou a ser realizada em toneladas.

Fonte dos dados: IBGE, 1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6.

A formação da região produtiva de Dourados a partir do processo de integração territorial em nível nacional e internacional, não foi um processo homogêneo no tempo e no espaço. Muitos produtores foram excluídos do processo integrador e expulsos de suas terras e/ou expropriados de seus meios de produção, ficando relegados a terras menos férteis, com uso de práticas tradicionais, com diversificação na produção agrícola para a subsistência e para a comercialização. Analisando a exclusão da grande maioria dos produtores do campo que passaram pela modernização conservadora, Müller destaca:

A origem e expansão dessa exclusão assenta-se em uma complexa rede de determinações: (i) nos mercados fortemente oligopolizados e administrados aos quais as atividades agrárias foram incorporadas; (ii) na conversão dessas atividades em mercados para as indústrias de bens de capital e insumos modernos, bem como para as novas agroindústrias e organizações comerciais; (iii) nas dinâmicas internas dos mercados fortemente influenciados pela internacionalização crescente dos padrões produtivos e comerciais; (iv) na capacidade dos grupos sociais agrários, e também dos não-agrários mas com interesses nas atividades agrárias, de mobilizar recursos políticos e públicos para sua expansão segundo exigências da modernização; e (v) no perfil de distribuição da renda no país²⁵⁰.

²⁵⁰ Müller, *op. cit.*, 1988a, p. 169.

Uma das grandes dificuldades de integração do pequeno produtor ao moderno padrão agrário de produzir vinculado as lavouras de grãos, deu-se exatamente pela extensão de sua propriedade, pois o investimento em maquinários e equipamentos que foram pensados e desenvolvidos para uso intensivo e em grande escala tornou-se excessivamente caro para os pequenos produtores. Muitos produtores buscaram uma integração não via produção de grãos, mas pela verticalização da cadeia de grãos com a criação de aves e suínos. O sistema de máquinas define um módulo rural mínimo para a mecanização do campo; o uso em áreas inferiores implicaria ociosidade de equipamentos e recursos, tornando-se inviável sua efetivação. A integração com a indústria não era para todos, devendo, portanto, ser pensada e analisada segundo alguns critérios:

O que cabe ser enfatizado no processo de integração é o fato de que os produtores foram sendo incorporados (i) segundo a capacidade de resposta que possuíam à expansão e à diversificação suscitadas pelas agroindústrias às demandas provenientes das exportações e da massa de salários do mercado interno; (ii) segundo sua capacidade de se endividarem junto ao sistema financeiro e (iii) segundo sua capacidade de racionalizar suas linhas produtivas face à nova estrutura de despesas²⁵¹.

É importante salientar que o fato do processo de integração da região produtiva de Dourados dar-se de forma desigual e, ao mesmo tempo, combinado, já que o capital não transformou todas as produções, de uma só vez, em produções ditadas pelo lucro capitalista, não significou que a pequena produção familiar deixou de estar subordinada ao capital agroindustrial.

A modernização ocorrida no campo na região produtiva de Dourados trouxe implicações na estrutura fundiária das propriedades. De 1970 a 1980, a área total ocupada pelos estabelecimentos rurais aumentou quase 14%; já o número total dos estabelecimentos teve uma redução de 33%, passando de 20.940 em 1970 para 14.040 em 1980, evidenciando uma concentração das propriedades rurais. Nesse período de dez anos, o número de estabelecimentos do grupo I (menos de 50 ha) caiu pela metade, enquanto os estabelecimentos dos grupos II (de 50 a menos de 200 ha), III (de 200 a menos de 1.000 ha) e IV (de 1.000 a menos de 5.000 ha)

²⁵¹ Müller, *op. cit.*, 1989, p. 128.

creceram 37,5%, 65,9% e 38,1%, respectivamente, o que demonstra o aumento das médias em detrimentos das pequenas propriedades. (ver Tabelas 28 e 29).

Tabela 28: Região produtiva de Dourados – Número de estabelecimentos rurais e área total ocupada segundo faixas de área (1970)

Grupo	Faixa de área (ha)	Número de estabelecimentos	Área total ocupada (ha)
I	Menos de 50	17.159	209.707
II	De 50 a menos de 200	1.607	154.402
III	De 200 a menos de 1.000	1.330	618.820
IV	De 1.000 a menos de 5.000	709	1.499.040
V	De 5.000 a menos de 10.000	91	615.829
VI	De 10.000 a mais	44	868.246
TOTAL		20.940	3.966.044

Fonte dos dados: IBGE, 1970.

Tabela 29: Região produtiva de Dourados – Número de estabelecimentos rurais e área total ocupada segundo faixas de área (1980)

Grupo	Faixa de área (ha)	Número de estabelecimentos	Área total ocupada (ha)
I	Menos de 50	8.539	128.491
II	De 50 a menos de 200	2.209	230.598
III	De 200 a menos de 1.000	2.206	1.013.429
IV	De 1.000 a menos de 5.000	979	2.011.217
V	De 5.000 a menos de 10.000	79	516.915
VI	De 10.000 a mais	28	615.302
TOTAL		14.040	4.515.952

Fonte dos dados: IBGE, 1980.

Muitos produtores da região não puderam se modernizar, principalmente aqueles que tinham na pequena propriedade rural, com uso da mão de obra familiar, sua única condição de sobrevivência. Inicialmente, esses produtores ficaram relegados a produzir um pequeno excedente alimentar para a comercialização, mas as repercussões de uma súbita modernização não pararam por aí, ocasionando ainda a expulsão de muitos trabalhadores rurais, arrendatários e posseiros. A modernização se expandiu para o campo de forma diferenciada, impondo sua forma de gerenciamento da unidade técnico-produtiva.

De 1970 a 1980 houve diminuição no número de estabelecimentos e da área das propriedades dos grupos I, V e VI e aumento no número de estabelecimentos e da área das propriedades dos grupos II, III e IV. Nesse período, o número de estabelecimentos com menos de 50 ha (grupo I) ficou reduzido pela metade, mas essa diminuição não foi acompanhada, na mesma proporção, pela redução de sua

área total, que foi de 38,7%. Fica evidenciado, mais uma vez, que o número dos estabelecimentos de pequeno porte diminuiu, mas sua área aumentou.

Essa mesma análise não pode ser realizada para as grandes propriedades dos grupos V e VI que, de 1970 a 1980, tiveram uma redução de 20,7% no número de estabelecimentos e de 23,7% na sua área total. As propriedades que obtiveram crescimento, tanto no número de estabelecimentos quanto da área total, foram as dos grupos II, III e IV que juntas cresceram 48% no número de estabelecimentos e 43,3% na sua área total.

De 1970 a 1985 houve diminuição no número total de estabelecimentos agrícolas, de 20.940 para 14.937 estabelecimentos. No mesmo período, o aumento da área total ocupada foi de 6,9%, indicando um movimento de concentração de terras com a diminuição das pequenas propriedades (grupo I). Apesar do curto período de tempo entre os anos de 1980 a 1985, foi possível constatar que houve alterações na estrutura agrária da região; as grandes propriedades dos grupos IV, V e VI tiveram, juntas, uma redução de pouco mais de 13% de sua área total. Nesse período, os únicos grupos que obtiveram crescimento da área total dos estabelecimentos rurais foram os dos grupos II (19%) e III (4,8%).

Tabela 30: Região produtiva de Dourados – Número de estabelecimentos rurais e área total ocupada segundo faixas de área (1985)

Grupo	Faixa de área (ha)	Número de estabelecimentos	Área total ocupada (ha)
I	Menos de 50	8.913	127.155
II	De 50 a menos de 200	2.667	274.544
III	De 200 a menos de 1.000	2.365	1.062.132
IV	De 1.000 a menos de 5.000	914	1.860.224
V	De 5.000 a menos de 10.000	49	331.420
VI	De 10.000 a mais	29	586.012
TOTAL		14.937	4.241.487

Fonte dos dados: IBGE, 1985.

Em 1985, 65% da área total dos estabelecimentos agrícolas da região produtiva de Dourados estavam concentrados nas grandes propriedades dos grupos IV, V e VI, que juntas representavam apenas 6,6% do total dos estabelecimentos rurais da região. As pequenas propriedades do grupo I representavam quase 60% do total dos estabelecimentos, mas juntas não tinham mais do que 3% da área total da região.

Os dados apresentados confirmam que no período entre 1970 e 1985, ocorreram alterações na configuração das propriedades rurais da região produtiva de Dourados com aumento tanto no número de propriedades como na área dos grupos II, III e IV, e diminuição dos grupos I, V e VI. O grupo que obteve maior crescimento na área dos estabelecimentos rurais foi o grupo III: um aumento de 443.312 ha.

Ao analisarmos a condição dos produtores rurais na região produtiva de Dourados, foi possível constatar que, de 1970 a 1980, houve uma redução de 43,2% dos estabelecimentos rurais da região que eram arrendados e um aumento de mais de 200% de sua área total. Essa relação também pode ser observada na categoria dos parceiros; apesar da redução dos estabelecimentos ter sido de 76%, o crescimento de sua área total mais que dobrou. Tais dados sinalizam uma maior participação das médias e grandes propriedades nessas categorias que, pela extensão de suas propriedades, foram capazes de elevar a área total desse grupo.

Tabela 31: Região produtiva de Dourados – Condição do produtor (1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6)

Ano	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
1970	10.816	3.721.284	4.339	90.289	2.063	19.973	3.728	135.427
1980	9.290	4.140.320	2.465	272.588	493	42.241	1.800	60.850
1985	9.582	3.321.414	2.793	325.705	329	20.003	2.269	61.920
1995/6	6.293	3.398.241	1.065	208.819	159	22.429	1.808	43.912
2005/6	9.473	3.168.789	1.126	258.366	115	37.688	412	9.915

Fonte dos dados: IBGE, 1970, 1980, 1985, 1995/6 e 2005/6.

A integração da região produtiva de Dourados, associada à forte modernização do campo, além de expulsar trabalhadores, contribuindo com o êxodo rural, expandiu-se para o campo de forma diferenciada, impondo sua forma de gerenciamento da unidade técnico-produtiva. A região foi reorganizada pela inserção de novas relações sociais que foram capazes de expulsar uma considerável parcela da população do campo, ocasionando no rápido crescimento das cidades, com pressões sociais no meio urbano por emprego e renda, além dos serviços sociais como saúde, educação e transporte.

A modernização dessas atividades, a despeito de restrita em termos de estabelecimentos rurais, em termos regionais e, até certo ponto, em termos do processo de trabalho, é economicamente robusta, a ponto de se impor em âmbito nacional. Ela é nacionalmente predominante e impõe, categoricamente, seu modo de produzir e de distribuir ao conjunto das atividades agrárias. Seu caráter restritivo tem seu traço mais evidente na exclusão da grande maioria dos produtores²⁵².

Todos os dados apresentados contribuem para retratar as transformações ocorridas no campo na região produtiva de Dourados, evidenciando uma reorganização do espaço rural ocorrida nessa região a partir de 1970, que também se expressaram por um forte êxodo rural, acarretando concentração populacional nos grandes centros urbanos.

Até o ano de 1970, a população da região produtiva de Dourados era eminentemente rural; a única exceção ficava por conta do município de Maracaju, que tinha 3.691 habitantes residentes na cidade e 3.628 no campo. A partir do censo de 1980 essa realidade foi alterada; a modernização do campo também expulsou muitos trabalhadores num curto período de tempo. Nesse ano, os únicos municípios que apresentaram aumento da população rural em comparação com o ano de 1970 foram Amambai, Rio Brilhante e Sidrolândia, e os que mantiveram uma maior concentração da população total do município no campo foram: Aral Moreira, Fátima do Sul, Rio Brilhante e Sidrolândia.

Em 1991 apenas o município de Aral Moreira possuía mais habitantes na zona rural; mesmo assim, esse município diminuiu o número de habitantes residentes no campo de 7.809 em 1980 para 5.115 em 1991. Em 1992 foi criado o município de Laguna Carapã, que juntamente com o município de Aral Moreira mantiveram-se, até o censo de 2007, como os únicos municípios da região com predomínio da população total residente da zona rural, como pode ser observado na Tabela 32 (p. 187) e na representação do Cartograma 2 (p. 188).

²⁵² Müller, *op. cit.*, 1988a, p. 169.

Tabela 32: Região produtiva de Dourados – Evolução da população por situação de domicílio (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007)

MUNICÍPIO	1940			1950			1960			1970			1980		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Amambai	-	-	-	16.088	2.899	13.189	24.370	5.377	18.993	22.667	5.940	16.727	58.524	31.351	27.173
Aral Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.118	2.309	7.809
Caarapó	-	-	-	-	-	-	13.758	3.015	10.743	26.007	5.377	20.630	27.213	15.058	12.155
Douradina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dourados	14.985	1.821	13.164	22.834	4.730	18.104	84.955	16.468	68.487	79.186	31.599	47.587	106.493	84.849	21.644
Fátima do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.913	9.221	31.692	33.313	16.454	16.859
Itaporã	-	-	-	-	-	-	12.019	2.592	9.427	20.283	5.525	14.758	14.398	7.778	6.620
Laguna Carapã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maracaju	5.160	1.359	3.801	5.799	1.696	4.103	6.176	2.119	4.057	7.319	3.691	3.628	13.604	10.019	3.585
Naviraí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.117	7.657	15.460	28.564	17.776	10.788
Nova Alv. Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponta Porã	32.996	6.784	26.212	19.997	5.889	14.108	30.262	12.107	18.155	33.798	14.347	19.451	38.070	27.483	10.587
Rio Brilhante	8.375	1.388	6.987	8.838	1.296	7.542	5.626	1.093	4.533	10.269	4.016	6.253	15.579	7.606	7.973
Sidrolândia	-	-	-	-	-	-	7.905	1.510	6.395	9.589	2.906	6.683	12.847	4.660	8.187
TOTAL	61.516	11.352	50.164	73.556	16.510	57.046	185.071	44.281	140.790	273.148	90.279	182.869	358.723	225.343	133.380
MUNICÍPIOS	1991			1996			2000			2007					
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Amambai	25.951	15.279	10.672	27.935	17.417	10.518	29.848	18.818	10.666	33.426	19.883	13.543			
Aral Moreira	8.064	2.949	5.115	7.381	3.148	4.233	8.055	3.271	4.784	9.236	3.028	6.208			
Caarapó	22.492	14.265	8.227	21.427	15.064	6.363	20.706	14.656	6.050	22.723	15.989	6.734			
Douradina	4.741	2.487	2.254	4.718	2.634	2.084	4.732	2.703	2.029	4.900	2.996	1.904			
Dourados	135.984	122.856	13.128	153.191	139.695	13.496	164.949	149.928	15.021	181.869	165.886	15.983			
Fátima do Sul	22.155	16.953	5.101	10.511	17.119	3.392	19.111	16.280	2.831	18.789	16.502	2.287			
Itaporã	15.935	9.971	5.664	15.440	10.983	4.457	17.045	11.731	5.314	18.605	12.285	6.320			
Laguna Carapã	-	-	-	5.518	1.798	3.720	5.531	2.200	3.331	5.813	2.368	3.445			
Maracaju	22.999	17.356	5.643	24.621	19.689	4.932	26.219	21.190	5.029	30.912	26.034	4.878			
Naviraí	30.670	25.192	5.478	34.670	29.365	5.305	36.662	32.662	4.000	43.391	39.820	3.571			
Nova Alv. Sul	-	-	-	6.928	4.514	2.414	9.956	6.682	3.274	12.026	8.111	3.915			
Ponta Porã	55.541	47.040	8.501	58.505	53.015	5.490	60.016	54.383	6.533	72.207	65.684	15.523			
Rio Brilhante	22.509	14.734	7.775	18.660	14.801	3.859	22.640	16.677	5.963	26.560	10.270	6.290			
Sidrolândia	16.340	10.794	5.546	18.150	14.303	3.847	23.483	15.862	7.621	38.147	22.842	15.305			
TOTAL	383.381	299.876	83.104	407.655	343.545	74.110	448.953	367.043	82.446	518.604	411.698	105.906			

Fonte dos dados: IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007.

Cartograma 2: Região produtiva de Dourados - Predomínio da população por situação de domicílio (1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007)

Dos 14 municípios da região produtiva de Dourados, o município de Dourados, que até 1970 apresentava maior concentração de sua população total no campo, foi o que mais recebeu moradores vindos do campo de toda a região. A população total desse município que, em 1970, era de pouco mais de 79.000 habitantes, chegou a quase 136.000 em 1991. Nesse mesmo período, a população urbana passou de 31.599 para 122.856 habitantes, evidenciando como o processo de modernização do campo redefiniu o papel da agricultura em função de novas exigências produtivas e comerciais que foram impostas, gerando uma migração interna na própria região que concentrou a população nos centros urbanos.

A partir do século XXI, já era possível observar uma nova tendência na organização das atividades produtivas do campo na região produtiva de Dourados. A crescente demanda por fontes alternativas de energia renovável conferiram à cana-de-açúcar, planta de alto potencial energético, posição de destaque no cenário internacional.

Para fomentar o setor energético no país, o governo Federal lançou, em 2006, o Plano Nacional de Agroenergia (PNA), que teve como objetivo “organizar uma proposta de pesquisa, desenvolvimento, inovação e de transferência de tecnologia, com vistas a conferir sustentabilidade, competitividade e maior equidade entre os agentes das cadeias de agroenergia”²⁵³.

Seguindo as diretrizes do PNA, o governo do Estado investiu no desenvolvimento e na expansão do setor canavieiro na região produtiva de Dourados. A instalação de usinas de álcool e cana-de-açúcar evidencia uma nova fase na organização produtiva do campo na região. Em 2000, a região foi responsável por 99,6% da produção de cana-de-açúcar de todo o Estado.

²⁵³ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Nacional de Agroenergia (2006 – 2011)**. Brasília, 2008, p. 7. Disponível em: <http://www.biodidiesel.gov.br>. Acesso em: 19/07/2011.

Tabela 33: Mato Grosso do Sul e região produtiva de Dourados - Produção e área plantada de cana-de-açúcar (2000–2007)

Ano	Mato Grosso do Sul		Região produtiva de Dourados	
	Área (ha)	Produção (ton.)	Área (ha)	Produção (ton.)
2000	98.938	3.158.794	47.745	3.146.543
2001	99.673	4.608.767	47.658	4.002.444
2002	112.100	5.585.332	48.350	4.063.977
2003	120.534	6.310.884	50.997	4.197.534
2004	130.970	6.435.867	51.874	4.431.930
2005	136.803	5.347.503	63.016	5.153.753
2006	152.747	7.483.152	66.855	6.038.805
2007	191.577	9.626.583	98.279	9.125.413

Fonte dos dados: IPEA, 2011.

Em 2007, a produção de cana-de-açúcar na região representou 94,8% da produção estadual, evidenciando como a região, que durante décadas se despontou como grande produtora de grãos, foi inserida num novo contexto produtivo regional. Somente o município de Dourados opera 14 das 22 usinas de processamento de cana-de-açúcar do Estado. Segundo matéria do Jornal O Estadão²⁵⁴, as usinas instaladas na região de Dourados absorvem mais de 13 mil índios Guarani nos trabalhos em canaviais.

²⁵⁴ ARRUDA, Roldão. Canaviais empregam mais índios. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,canaviais-empregam-mais-indios,122569,0.htm>. Acesso em: 15/11/2011.

6. Considerações finais

Foto 16: Trabalhadores indígenas em meio à plantação de canaviais (2010). (Fonte: <http://www.survivalinternational.org/povos/guarani>. Acesso em 27/06/2011).

A penetração, no campo, das formas mais modernas do capitalismo conduz a dois resultados complementares. De um lado, novos objetos geográficos se criam, fundando uma nova estrutura técnica; de outro, a própria estrutura do espaço muda.

(Milton Santos. Espaço e método, p. 92)

Desde o final da Guerra do Paraguai até o final dos anos 30 do século XX, as tradicionais atividades da pecuária bovina e da erva-mate foram as principais atividades econômicas que estruturaram o território da região de domínio da erva-mate em grandes propriedades rurais. Com uma característica em comum representada pela necessidade de grande extensão territorial para seu desenvolvimento, elas pouco contribuíram para o processo de integração da região à economia nacional.

A integração da região de domínio da erva-mate ao mercado externo deu-se pelo e para o capital, que monopolizou a exploração do gado, da erva-mate e da terra, caracterizando um processo que resultou na concentração de terras devolutas nas “mãos” da Cia Matte Larangeira. Essa Companhia manteve o domínio sobre a exploração e a comercialização da erva-mate, contribuindo para a formação de uma elite regional formada por grandes fazendeiros e políticos com a exploração da mão de obra paraguaia.

O monopólio da Cia Matte Larangeira na exploração da erva-mate e no domínio territorial regional só foi possível graças à atuação do poder público que, ao legislar a favor da Cia, beneficiou membros do alto escalão do próprio governo. A articulação entre o poder público e Cia Matte Larangeira conferiu à última direitos até então da esfera pública, assumindo efetivamente o poder e o controle sobre todas as terras devolutas que estavam sob sua concessão, inclusive o poder de polícia.

A busca pelo dito progresso e pela civilização dos moradores da região, principalmente o povo indígena e seus descendentes, foi uma das metas estabelecida pela Cia Matte Larangeira, que teve claros propósitos de destruir práticas e tradições dos trabalhadores dos ervais para incutir novos hábitos e crenças, o que facilitaria o domínio e o controle territorial. Os índios foram submetidos ao jugo e à moral cristã impostos pela Cia, que considerava suas crenças, costumes e tradições como práticas profanas e culturalmente inferiores às das não indígenas. O uso da violência foi uma das estratégias utilizadas pela Cia Matte Larangeira, que iam desde os açoites públicos à obrigatoriedade de aprenderem a língua portuguesa e o conhecimento da fé cristã em detrimento de sua própria língua e crença.

A sede da Fazenda Campanário, símbolo do poder econômico da Cia Matte Larangeira, também conhecida como uma moderna cidade em meio ao sertão, criou

na região um mundo à parte. Sua grandiosidade foi acompanhada de profundas mudanças que ultrapassaram os aspectos paisagísticos com infraestrutura de escola, hotel, restaurante, oficinas, farmácia, hospital, cinema, campo de equitação, cassino, etc., para se constituírem em transformações sócio-territoriais com a introdução dos administradores e das máquinas, que alteraram os processos e o ritmo do trabalho, além das mudanças nas tradições com a proibição de jogos, bebidas, festas e uso de trajes típicos. O propósito de civilizar os trabalhadores não era apenas para nacionalizar a fronteira, era antes uma estratégia para inseri-los ao novo sistema produtivo condizente com a demanda do mercado internacional, mesmo que isso implicasse expropriar seus conhecimentos sobre o uso e o manejo da erva-mate adquirido com o povo Guarani.

Poucos ousaram questionar a atuação da Cia Matte Laranjeira na região de domínio da erva-mate. Pela articulação política que os gaúchos tinham junto à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foram os primeiros a se organizarem para questionar as práticas da Cia e a legitimidade do monopólio de exploração da erva-mate e da terra na região, tanto com o uso de armas como pela pressão junto a Assembléia Legislativa do Estado.

Mas o poder da Cia Matte Laranjeira foi desarticulado no final dos anos 30 com a atuação do governo Vargas, que imprimiu uma nova estratégia de desenvolvimento nacional abrigada no discurso nacionalista e em diretrizes centralizadoras orientadas para ocupar os chamados vazios demográficos. A concepção de vazio demográfico estava articulada à política do Estado Novo em nacionalizar a região de fronteira, fazendo coincidir a fronteira política com a fronteira econômica.

Uma nacionalização verde-amarelo que reestruturou o território dos ervais em pequenas propriedades rurais como mecanismo de ampliação e diversificação da produção e de integração do mercado interno cativo à indústria nacional. A pequena propriedade rural garantiu a ocupação do território e o desenvolvimento do sistema produtivo baseado em atividades de policultura.

Ao consolidar uma colonização estruturada numa política migratória como alternativa de ocupação da fronteira, Vargas inseriu a região das Colônias Agrícolas ao processo produtivo nacional atraindo grandes companhias colonizadoras, contribuindo para que os ideais do governo em nacionalizar a fronteira fossem, na

prática, conduzidos para uma colonização mais econômica que social, amparada por um modelo de acumulação capitalista sustentado pela indústria de consumo.

Para atingir seus ideais colonizadores, Vargas utilizou-se de discursos ideológicos de nacionalizar essa região de fronteira e nela consolidar o dito progresso, a ordem e o bem estar social. A própria construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligava São Paulo a Corumbá, na fronteira com a Bolívia, contribuiu para os ideais do governo Vargas, possibilitando maior controle e interferência do governo na região com o avanço das relações produtivas capitalistas.

Criada sob os ideais do Estado Novo em integrar o território nacional, a CAND teve o objetivo de garantir a integridade da fronteira e a integração da região das Colônias Agrícolas à economia nacional, convertendo-a em produtora de matéria-prima e consumidora de produtos industrializados. As medidas do governo com a criação da CAND em área dos ervais, ajudaram a desestruturar de vez a Cia Matte Larangeira que mantinha o monopólio do arrendamento para a exploração da erva-mate em toda a porção meridional do Estado de Mato Grosso e que durante 60 anos impôs forte domínio na região com a produção voltada para a exportação.

O deslocamento de contingentes populacionais para as regiões de baixa densidade demográfica acalmou os ânimos em torno do problema da estrutura fundiária nacional, esvaziou o discurso em torno da reforma agrária, garantiu um contingente de migrantes que foram absorvidos pelas empresas colonizadoras em terras devolutas, ampliou a produção de alimentos para o abastecimento dos centros urbanos, contribuiu para consolidar a ocupação territorial e a fronteira nacional, inseriu a região das Colônias Agrícolas ao circuito produtivo nacional como produtora de matéria-prima e consumidora de produtos industrializados e confirmou essa região como extensão do Sudeste.

A CAND contribuiu para reconfigurar o território regional em pequenas propriedades rurais com uso da mão de obra familiar, com valorização e especulação das terras e com mudanças no sistema produtivo não mais assentado nas tradicionais atividades da pecuária bovina e da erva-mate, mas numa produção agrícola diversificada que abasteceu o mercado regional. Mas a tradicional atividade da pecuária bovina não saiu de cena completamente; ela também foi desenvolvida nas pequenas propriedades rurais fruto dos projetos de colonização.

A migração de milhares de trabalhadores do campo para a região das Colônias Agrícolas, que garantiu a reestruturação das propriedades rurais em pequenas propriedades, não foi sinônimo de fixação do trabalhador no campo. As poucas e precárias condições para produção e comercialização, aliadas às dificuldades inerentes às condições físico-geográficas como solos e clima, e a possibilidade de ganhar dinheiro com a venda da propriedade, fizeram com que muitos produtores vendessem suas terras e migrassem para os centros urbanos da região ou para o norte do Estado, ou voltassem para sua terra natal. Os colonos constituíram-se mais como desbravadores da região do que como trabalhadores do campo.

Estavam postas as condições para a integração da região das Colônias Agrícolas à economia nacional, que não se sustentou puramente pela produção agrícola, mas por uma produção que aproveitou a matéria-prima local para o abastecimento dos Estados do sudeste. Essa integração se processou pela modernização do campo e pela agroindustrialização das atividades agrícolas à constituição dos Complexos Agroindustriais, ampliando tanto o mercado de produção como o de consumo dos produtos industriais.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, o centro-oeste passou por um processo de consolidação de seu papel enquanto região agroexportadora de produtos agropecuários e minerais e consumidora de produtos industriais. Tal consolidação teve respaldo nos ideais do governo militar com discurso desenvolvimentista e de integração nacional. Foi no contexto do planejamento e do desenvolvimento nacional que o sul do Estado de Mato Grosso foi desmembrado da parte norte e criado, em 1977, o estado de Mato Grosso do Sul.

O novo estado foi “gestado” num contexto político que objetivava integrar a porção meridional do Estado de Mato Grosso, mais próximos dos Estados do sudeste, à economia nacional como Estado agroexportador de *commodities* e consumidor de produtos industriais, fazendo com que esse Estado já “nascesse” integrado ao novo sistema produtivo representado pelas modernas lavouras de grãos, de carne bovina e de minérios. A concentração da riqueza gerada pelo Estado de Mato Grosso do Sul abriu mais oportunidades de reprodução do capital nacional e estrangeiro, acentuando seu papel na divisão regional do trabalho.

A Sudeco, órgão de planejamento governamental que atuou no centro-oeste no período de 1967 a 1990, priorizou investimentos em infraestrutura que permitissem a produção e o escoamento agrícola, mas foi o setor de transportes que mais recebeu recursos da Superintendência, pois as dificuldades de circulação de pessoas e mercadorias ainda era um empecilho ao processo de reprodução do capital. Criar mecanismos para alterar o padrão produtivo e possibilitar o escoamento da produção agrícola foram algumas das ações estratégicas da Superintendência.

Os discursos da Sudeco para diminuir as disparidades regionais, gerar empregos e riqueza, combater a pobreza e desenvolver o centro-oeste de forma sustentável, serviram para escamotear os reais interesses do governo, que criou uma instituição a serviço do capital, orientado para o(a): avanço da fronteira econômica do país, ocupação e exploração da Amazônia, promoção de grandes fazendas como polos agropecuários e minerais, ocupação econômica das áreas de fronteira, zoneamento de atividades econômicas e de reservas indígenas e aumento da produção agrícola para o consumo e para as agroindústrias.

A partir de meados dos anos 70, quando as ações de integração do centro-oeste à economia nacional estavam implementadas, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul foi fundamental aos interesses do capital que incorporou, em suas políticas, a idéia do avanço da fronteira econômica articulada aos padrões pré-estabelecidos pelas indústrias e agroindústrias. A ocupação desse Estado, orientada pelas diretrizes da Sudeco, foi direcionada para uma agricultura empresarial condizente com a lógica de reprodução do capital. Para sobreviver nesse novo cenário, o produtor rural só tinha uma opção: produzir o que fosse estipulado pelo Estado dentro dos padrões pré-estabelecidos pela iniciativa privada.

Para viabilizar as ações que proporcionassem o almejado desenvolvimento econômico das diversas regiões do centro-oeste, a Sudeco criou vários planos e programas de desenvolvimento regional, entre eles o Prodegran, criado em 1976. Ele foi o único programa direcionado exclusivamente para a região da Grande Dourados, que canalizou sua produção para as modernas atividades agrícolas, principalmente as lavouras de grãos.

A região da Grande Dourados foi elencada como região que deveria receber investimentos públicos e privados que possibilitassem a modernização do campo e

a agroindustrialização dos produtos da agropecuária. Porém, o que de fato ocorreu é que tal modernização não se processou para todos os produtos e produtores, mas foi direcionada para setores e locais que apresentaram melhores condições de uma integração ao moderno sistema produtivo nacional, que consolidasse na região uma moderna agricultura comercial.

As mudanças no padrão produtivo regional não foram direcionadas exclusivamente para as grandes propriedades rurais, elas também o foram para algumas pequenas propriedades que deixaram de ser sinônimo de produção diversificada, com uso da mão de obra familiar, para se constituírem, também, como produtoras de soja e de gado, bem como de outras atividades atreladas às agroindústrias, como avicultura, piscicultura, sericicultura e suinocultura.

Mesmo com características distintas, as lavouras de grãos e a pecuária bovina foram desenvolvidas nos municípios que mais receberam recursos do Prodegran. Por ter direcionado recursos e investimentos para produtos e produtores específicos, a região da Grande Dourados foi integrada à economia nacional de forma seletiva e excludente, onde apenas 14 dos 40 municípios da região puderam se inserir a nova lógica produtiva integrada à economia nacional, constituindo uma nova região dentro da região da Grande Dourados.

Essa região, denominada região produtiva de Dourados, alterou seu padrão produtivo regional e conduziu a agricultura para uma especialização produtiva orientada pelo capital agroindustrial, que teve no Estado um importante e fiel aliado.

A ação estatal na região, que criou linhas de financiamento e crédito com juros subsidiados e investiu em infraestrutura básica para produção e comercialização, foi fundamental para consolidar os interesses do capital agroindustrial com a integração da região produtiva de Dourados à economia nacional. Uma integração que foi acompanhada de transformações sócio-territoriais com mudanças na organização do espaço, nas técnicas produtivas e na relação do homem com o meio, conduzindo a produção agrícola para uma lógica empresarial, fazendo com que o produtor ficasse cada vez mais dependente e subordinado ao capital industrial e financeiro.

Das atividades agrícolas da região produtiva de Dourados, a soja foi a cultura de maior importância econômica regional; aliada às agroindústrias, expandiu-se por

toda a região tornando-se a atividade hegemônica do processo de reprodução do capital que se processou a partir do final dos anos 70 até a primeira década do século XXI.

O século XXI foi acompanhado de discussões a respeito da necessidade de se buscar fontes de energia alternativa que substituíssem a principal matriz energética do Brasil – o petróleo. Tais discussões entraram na pauta do governo brasileiro com o incentivo à produção de cana-de-açúcar para a produção do etanol.

O Plano Nacional de Agroenergia, criado em 2006, com objetivo de desenvolver e transferir conhecimentos e tecnologias para a produção de energia renovável, orientou as políticas do setor agroenergético nacional, investiu em infraestrutura de transporte, facilitou o acesso ao crédito para investimentos e fomentou a pesquisa e a inovação tecnológica.

As usinas de álcool e açúcar instaladas na região produtiva de Dourados a partir do início do século XXI, evidenciam um contexto econômico onde a tradicional atividade da pecuária bovina está, paulatinamente, cedendo espaço para a cana-de-açúcar que, sustentada pela demanda nacional e internacional por etanol, expandiu-se para os municípios da região, configurando um novo arranjo produtivo regional.

7 – Referências Bibliográficas

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental**: a SUDECO no espaço Mato-Grossense - contexto, propósitos e contradições. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2001, 328p.

ACERVO MEMÓRIA FOTOGRÁFICA DE DOURADOS. Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: CDR/UFGD, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1984.

ANDRADE, Nair Leal de. Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.literaturado brasil.com.br/livro.29>. Acesso em: 09/03/2009.

ARRUDA, Roldão. Canaviais empregam mais índios. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,canaviais-empregam-mais-indios,122569,0.htm>. Acesso em: 15/11/2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Disponível em: <http://www.abant.org.br>. Acesso em: 22/07/2010.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra**: os trabalhadores da Matte Larangeira. Assis: Universidade Estadual de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 1989. 233p.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**. Trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul**: conflitos étnicos e fundiários. Campo Grande: [s.e.], 2009.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2007.

CANO, Wilson; GUIMARÃES NETO, Leonardo. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. **Pensamiento Iberoamericano**, nº. 10. Madri: Instituto de Cooperation Iberoamericana, 1986, pp. 167-184.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra**: Povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados: UFGD, 2008.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano**: a Guerra do Paraguai. 24ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943)**. 2ª. edição. Campo Grande: UFMS, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, Julio César Zorzenon. **Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2007, 265p.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai**. 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Recomendação Técnica para o cultivo da soja na região da Grande Dourados 1986/87**. Circular Técnica N°. 13. Dourados, 1986.

FIGUEIREDO, Alvanir de. **A presença geoeconômica da atividade ervateira**. São Paulo: UNESP. Tese de Doutorado, 1967.

GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Fundamentos para o ensino de geografia: seleção de textos**. São Paulo: SE/CENP, 1982, pp. 21-47.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; *et. al.* **Geografia: conceitos e temas**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 49-76.

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. **A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais**. Campo Grande: Gráfica do DSP/MS, 2000.

_____. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Grande Dourados**. Dourados: IPLAN/MS, 2001.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **O Centro-Oeste e a retomada do desenvolvimento nacional: proposições de Mato Grosso do Sul para o I PND da Nova República**. Campo Grande, 1985.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque ao município de Dourados. Dourados: L. Gressler, 1988.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. **Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos**. Dourados: L. Gressler, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário e Demográfico**. Rio de Janeiro, 1970, 1979, 1980, 1985, 1995/6, 2005/6 e 2007.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Base de dados regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 24/01/2009.

KAGEYAMA, Angela; *et. al.* **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Brasília: IPEA, 1990.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. **Revista Brasileira de História**. Vol. 6, nº. 12. São Paulo: ANPUH, 1986a, pp. 47-64.

_____. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Unicamp, 1986b.

MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista GEOSUL**. Vol. 1, nº. 1. Santa Catarina: UFSC, 1986, pp. 39-58. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 10/09/2010.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Nº. 3. São Paulo: Ipea, 1990, pp. 03-44.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. **Revista Agrária**. Nº. 4. São Paulo: Revista do Laboratório de Geografia Agrária. 2008, pp. 165-184. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/4/4.htm>. Acesso em: 21/08/2008.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, Brasília, 2001.

_____. **Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Dourados, 1984.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Nacional de Agroenergia (2006–2011)**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.biodidiesel.gov.br>. Acesso em: 19/07/2011.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Integração Nacional**: discursos e conferências. Rio de Janeiro, 25.01.1968.

_____. **Integração nacional**: a responsabilidade do centro-oeste na integração nacional. Conferência pronunciada pelo Superintendente da Sudeco Sebastião Dantes de Camargo Junior. Brasília, 1970.

_____. **PRODEGRAN - Exposição de motivos**. Brasília, 1976a.

_____. **PRODEGRAN - Programação para 1976.** Brasília, 1976b.

_____. **PRODEGRAN 1976-1978 - Relatório Final.** Brasília, 1979.

_____. **Relatório de Pesquisa na área de Grande Dourados.** Sistema de produção e êxodo rural. Manaus, 1984.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).** Brasília: Diário Oficial, 06.12.1974.

MÜLLER, Geraldo. Ambivalência da modernização agrária: ampliação do modo capitalista intensivo de produzir e distribuir nas atividades agrárias. **Revista Novos Estudos CEBRAP.** N.º. 21. São Paulo: Cebrap, 1988a, pp. 168-184.

_____. Brasil Agrário: heranças e tendências. **Revista São Paulo em Perspectiva.** Vol. 07, n.º. 03. São Paulo: Fundação SEADE, 1993, pp. 11-20. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_02.pdf. Acesso em: 19/11/2010.

_____. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. São Paulo – o núcleo do Padrão Agrário Moderno. **Revista São Paulo em Perspectiva.** Vol. 07, n.º. 03. São Paulo: Fundação SEADE, 1988b, pp. 50-56. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v02n04/v02n04_13.pdf. Acesso em: 01/08/2010.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960).** Dourados: UFGD, 2007.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945).** São Paulo: UNESP-Assis. Dissertação de Mestrado, 1999, 243p.

OLIVEIRA, Benícia Couto de; JUSTINO, Valdeir. O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontros na malha fundiária. **Revista de Geografia.** N.º. 5. Campo Grande: UFMS, 1997, pp. 10-14.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e reprodução do espaço: o caso soja no Mato Grosso do Sul.** São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1993, 217p.

PINTO SOBRINHO, Almiro. **Amambai: Memórias e histórias de nossa gente.** São Paulo: Pedro & João editores, 2009.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Breve roteiro das transformações recentes no campo sul-mato-grossense (1970–1985).** Dourados, 1989. (fotocópia)

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Bauru: UDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.

REIS, Maurício Rangel. Os benefícios da criação de Mato Grosso do Sul. **Revista Interior**. Edição Especial. Ano III, nº. 20. Brasília: Minter, 1977.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo; CARLEIAL, Liana Maria de Frota. A integração desintegradora: estudo de caso do complexo agroindustrial de algodão no Ceará. **Revista Espaço & Debate**. Ano XIV, nº. 38. São Paulo: Núcleo de estudos regionais e urbanos, 1994, pp. 27-38.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª. edição. São Paulo: Edusp, 2008.

SEREJO, Hélio; *et. al.* (Orgs.). **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul (1883–1947)**. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

SILVA, José de Melo e. **Fronteiras Guaranis: a trajetória da nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai**. 2ª. edição. Campo Grande: IHGMS, 2003a.

SILVA, José Graziano da. A Industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol. 07, nº. 03. São Paulo: Fundação SEADE, 1993, pp. 01-10. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_01.pdf. Acesso em: 19/11/2010.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2ª. edição. Porto Alegre: UFRGS, 2003b.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. Dourados: trajetória e perspectiva do processo de desenvolvimento regional. **Revista de Geografia**. Nº 3. Dourados: CEUD/UFMS, 1996, pp. 29-36.

_____. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 1992, 245p.

SILVA, Walter Guedes. A industrialização do Estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do Centro-Oeste brasileiro: Uma análise do período de 1930 a 1970. **Anais do XIX ENGA**. São Paulo: FFLCH-USP, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/eventos.htm>. Acesso em: 12/10/2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SWENSSON, Lauro Joppert. **Dourados no contexto regional de Mato Grosso do Sul**. Rio Claro: Instituto de Geociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Dissertação de Mestrado, 1982, 151p.

TEIXEIRA, Marcio Antonio. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul. O exemplo da Grande Dourados.** São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1989. 133p.

TERRA, Ademir. O assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. **Revista Campo-território** – revista de geografia agrária. Vol. 5, nº. 9. Uberlândia: UFU, 2010. Disponível em: <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php>. Acesso em: 22/07/2010.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do planejamento do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia.** Vol. 1, nº. 34. Rio de Janeiro: Fundação Seade, 1972, pp. 49-144.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970).** Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia da Universidade Estadual Paulista. Dissertação de Mestrado, 1986, 105p.

VITULE, Maria Luiza de Lima. A agricultura moderna. **Revista São Paulo em Perspectiva.** Vol. 11, nº. 02. São Paulo: Fundação SEADE, 1997, pp. 42-49.

WENCESLAU, Marina Evaristo; SILVA, Walter Guedes da. **O espaço na comunidade indígena de Dourados – identidade e auteridade.** In: Anais do XIII Encontro de Geógrafos de América Latina. Costa Rica, 2011.